

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2009





RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE 2009

APS - ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SINES, S.A.

MENSAGEM DA PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A sustentabilidade é um factor transversal em todas as áreas de actuação no Porto de Sines, consubstanciada numa visão de médio e longo prazo alicerçada em diferentes e importantes factores: a viabilidade económica das acções, o envolvimento ambiental, a segurança e a protecção em todas as áreas portuárias, a simplificação e a desmaterialização de procedimentos e os aspectos sociais.

No ano de 2009 foram dados passos muito importantes no desenvolvimento sustentável do Porto de Sines, que marcarão, estamos certos, de forma positiva, as gerações futuras, referindo-se a entrada em funcionamento do Cartão Único Portuário, integrado, numa perspectiva de simplificação administrativa, no programa SIMPLEX 2007, e que visa regular os procedimentos a adoptar pelos signatários no âmbito das autorizações emanadas e consequente facturação, permitindo simplificar e agilizar os processos relativos aos despachos de movimento de tripulantes, passageiros e trabalhos a bordo respeitantes aos navios, de trabalhadores, empregatários e visitas em geral no que respeita aos concessionários de terminais marítimos.

A introdução de meios electrónicos de suporte a toda a actividade portuária, com a evolução da Janela Única Portuária (JUP), para a JUP II, em que todos os actores intervenientes, internos e externos, na cadeia logística e portuária no processo de movimentação de cargas utilizam os meios electrónicos para o despacho de mercadorias e navios, permitem uma monitorização mais eficaz dos processos, disponibilizam acesso multicanal e uma melhor integração com sistemas externos.

Numa estratégia que visa dar continuidade à participação do Porto de Sines nas acções de conservação da natureza e de defesa do am-

biente, bem como a sua harmonização como um desenvolvimento sustentado, foi assinado um Protocolo de Cooperação entre a Administração do Porto de Sines e o Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS.

No ano de 2009 foi ainda aprovado o Código de Ética e de Conduta da Administração do Porto de Sines, e preparado e aprovado o Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas, onde são reconhecidas e analisadas as áreas de risco de corrupção e infracções conexas na actividade da administração portuária e as medidas de prevenção correspondentes.

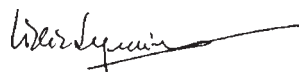
Empenhada em minimizar os impactes ambientais da sua actividade para além da certificação de acordo com a Norma ISO 14001, a APS procura ainda, de forma voluntária, soluções que contribuam para minimizar potenciais impactos no ambiente, de que é exemplo, a manutenção de um sistema regular de transporte colectivo do seu pessoal, prestado por empresa externa, facilitador de deslocações, numa área em que a rede de transportes não é suficiente face à organização dos tempos de trabalho implementados, minimizando a utilização de viaturas particulares, e contribuindo assim, por um lado para a sensibilização para comportamentos mais amigos do ambiente, e por outro potenciando uma mobilidade segura e ambientalmente mais sustentada.

A entrada em vigor do novo regime jurídico de protecção social na parentalidade foi também mais uma oportunidade para a APS, já que lhe permitiu, sem ultrapassar os limites previstos na lei, contribuir para o fomento da participação do pai na partilha das responsabilidades familiares, reforçando assim laços afectivos, num quadro de pessoal maioritariamente do género masculino.

Por forma a cooperar na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e contribuir para a igualdade de oportunidades, concede aos seus trabalhadores, prestações que garantem a possibilidade dos filhos frequentarem estabelecimentos de educação e ensino com condições que permitem às mães e aos pais desenvolverem a sua actividade profissional, sem sobressaltos e com confiança, certos de que aos seus filhos são prestados cuidados de qualidade e em segurança.

No sentido da garantia da cooperacionalidade todos os trabalhadores têm acesso individual a apoio para o desenvolvimento das suas qualificações académico-profissionais, para além da formação profissional disponibilizada pela empresa, sendo ainda uma preocupação da APS elevar a formação/qualificação académica de trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos, utilizando como instrumento o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, no âmbito de um acordo firmado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

O presente relatório foi elaborado conforme as Directrizes da GRI, Versão 3.0, e representa uma apresentação equilibrada e razoável do desempenho económico, ambiental e social da organização, num testemunho objectivo do contributo que a APS tem dado para o desenvolvimento sustentável do porto, para a região onde está inserido, e para a economia nacional, auto-declarando-se o cumprimento do nível A de aplicação das directrizes GRI, relativamente ao perfil e indicadores de desempenho.



Lídia Sequeira



ÍNDICE

11	1. Estratégia e Análise
12	1.1. Impactos, riscos e oportunidades
13	1.2. Análise económica e financeira
17	2. Perfil Organizacional
18	2.1. Estrutura organizacional
19	2.2. Principais marcas, produtos e/ou serviços
21	2.3. Estrutura operacional da organização, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>
23	2.4. Países em que a organização opera
30	2.5. Tipo e natureza jurídica da propriedade
30	2.6. Principais alterações ocorridas
33	3. Governação, Compromisso e Envolvimento
34	3.1. Governação
35	3.2. Princípio da precaução
36	3.3. Objectivos estratégicos
37	3.4. Diálogo com as partes interessadas
41	4. Abordagem de Gestão e Indicadores de Desempenho
42	4.1. Indicadores de desempenho económico
46	4.2. Indicadores de desempenho ambiental
52	4.3. Indicadores de desempenho referentes a práticas laborais e trabalho condigno
69	4.4. Indicadores de desempenho referentes a direitos humanos
70	4.5. Indicadores de desempenho social referentes à sociedade
72	4.6. Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto
75	5. Autodeclaração do Nível de Aplicação da GRI
79	6. Sumário do Conteúdo da GRI
91	7. Lista de Acrónimos e Símbolos
97	8. Inquérito de Avaliação
101	9. Relatório Único



NOTAS METODOLÓGICAS



NOTAS METODOLÓGICAS

Com vista ao melhoramento contínuo da qualidade do serviço prestado e do grau de satisfação do *shareholder* e dos *stakeholders*, a APS-Administração do Porto de Sines, S.A., (APS), adopta os princípios de *bom governo* das empresas do Sector Empresarial do Estado, expressos quer na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007 de 1-1, quer no Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23-8, que republicou o Decreto-Lei n.º 558/99 de 17-12, bem como no novo Estatuto do Gestor Público, constante do Decreto-Lei n.º 71/2007 de 27-3, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2008 de 22-4, no Despacho n.º 14277/2008 publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 99 de 23-5 e no Despacho n.º 20406/2009 publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 176 de 10-9.

Classificada com o Código de Actividade Económica (CAE) n.º 52220-Actividades Auxiliares dos Transportes por Água, a APS, dispõe de um Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (SI), e está certificada desde 2005-12-05, pela norma ISO 9001, conferida pela Lloyd's Register Quality Assurance Limited, no âmbito do processo de realização "Movimentação de navios no porto" (que inclui "Pilotagem") e do processo de realização "Gestão de contratos de concessão", conforme Certificados de Apro-

vação n.º PTG0230205 e n.º SGI4230205 e desde 2008-05-13, certificada nos sistemas de gestão de ambiente da segurança e da saúde, segundo as normas internacionais ISO14001 e OHSAS18001, conforme Certificado de Aprovação n.º SGI6003016. A APS em 2008 elaborou o seu primeiro Relatório de Sustentabilidade, com base nas directrizes e protocolos *Global Reporting Initiatives* (GRI), versão 3.0 (G3), e respectivos indicadores de desempenho, económico (EC), ambiental (EN), práticas laborais e trabalho condigno (LA), direitos humanos (HR), sociedade (SO) e de responsabilidade pelo produto (PR), tendo obtido no Relatório de Sustentabilidade de 2008, a classificação A, que reflectiu o grau de abrangência da estrutura de elaboração do relatório, não tendo auto-declarado o "sinal mais" (+) possível, por não ter recorrido a parecer de entidade externa.

Não sendo uma empresa certificada em Responsabilidade Social ou em Ética das Organizações, dispõe de um Código de Ética e de Conduta (RI019), formulado com base na Norma NP 4460, e em consonância com o Código, dispõe também de um "Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas" (PL02R0, de 2009-12-30), onde são identificadas e analisadas áreas de gestão deste tipo de risco.

Nesta oportunidade, é elaborado o segundo relatório de sustentabilidade a par do Relatório de Gestão e Contas do Exercício, sendo que a informação disponibilizada através dos indicadores de desempenho, refere-se única e exclusivamente à actuação e gestão da APS, excluindo dados de empresas participadas, de empresas concessionárias, de empresas licenciadas e outras, ainda que os dados de estatística portuária reflectam a actividade total do porto, e sempre que possível se estabeleça uma relação com as partes interessadas. O questionário em anexo, de preenchimento facultativo, bem como perguntas referentes ao relatório ou ao seu conteúdo, deverão ser dirigidas a:

Nome: Helena Maria Silva
Função: Directora de Recursos Humanos
Telefone: +351 269 860 600
Fax: +351 269 860 690
E-mail: geral@portodesines.pt

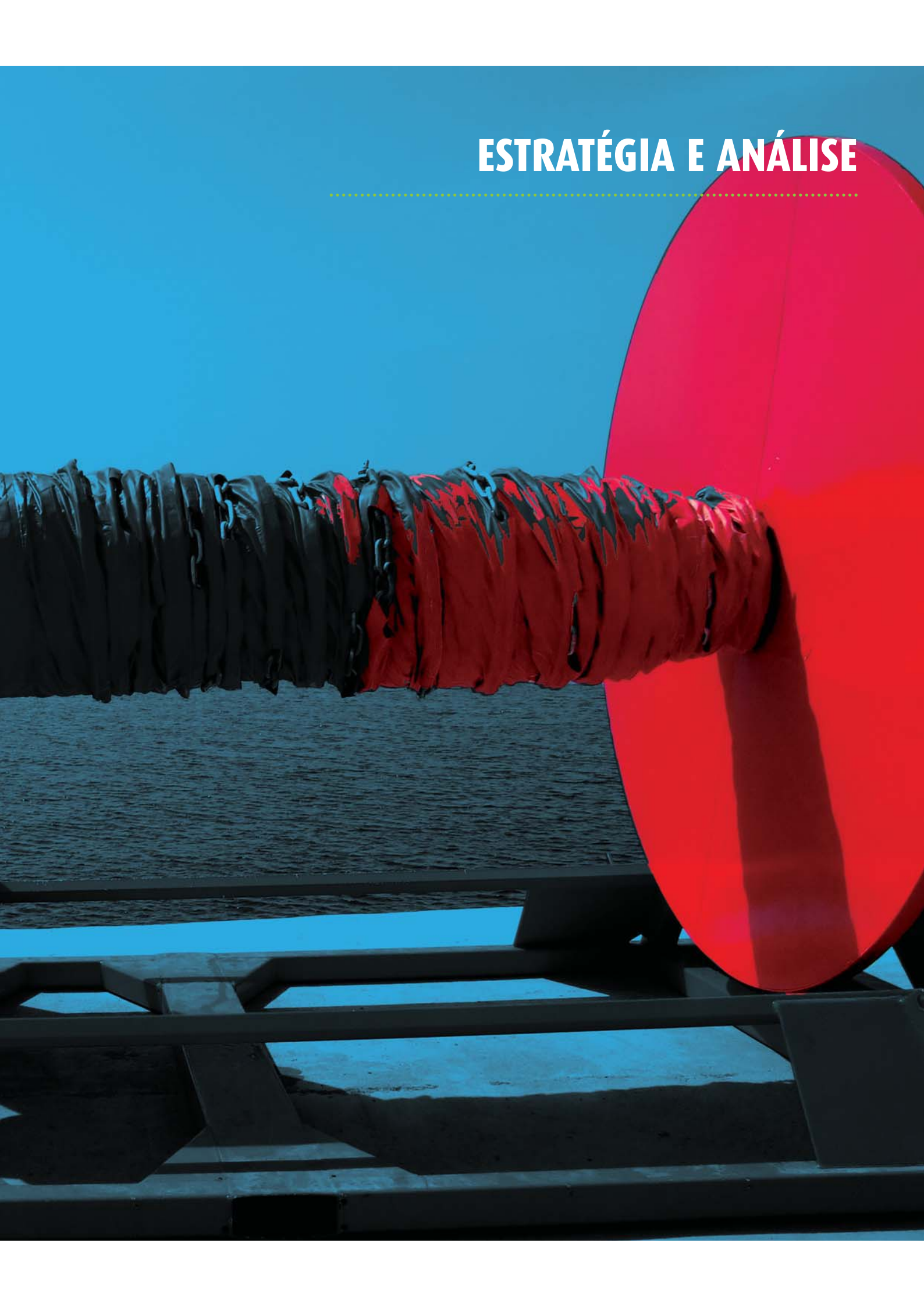
www.portodesines.pt

APS—Administração do Porto de Sines, SA
 Apartado 16
 7520-953 Sines
 Portugal





ESTRATÉGIA E ANÁLISE



1. ESTRATÉGIA E ANÁLISE

1.1. Impactos, riscos e oportunidades

O Porto de Sines movimenta anualmente cerca de 25 milhões de toneladas (ton) de mercadorias que representam uma quota nacional de 40%, relativamente aos 5 principais portos nacionais, apresentando como principal desafio a garantia de condições de movimentação de carga que permitam responder à contínua necessidade do país em movimentar mercadorias do modo marítimo, tirando partido das suas características geofísicas.

Em termos económicos, o principal impacto está relacionado com o abastecimento energético do país, cujo papel do Porto de Sines é fundamental, relevando a concretização das obras do Projecto de Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (PETS), que vão permitir o aumento da capacidade de armazenagem total do terminal, constituindo esta mais uma oportunidade para o aumento do volume de tráfego do Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL).

Também o Terminal de Contentores (TXXI), com relevância no *transshipment* de carga para o norte de Portugal e norte de Espanha, com a concretização das obras de ampliação do cais e terrapleno, da responsabilidade do concessionário, associadas à melhoria das ligações rodo-ferroviárias, constituem uma oportunidade de aumentar a capacidade instalada e o volume de tráfego, potenciando a prestação de um melhor serviço aos clientes, afirmando-se o TXXI já

como um importante *hub* na fachada atlântica, e apresentando-se o congestionamento de vários portos a nível europeu, associado à capacidade das infra-estruturas e de produtividade existentes e a instalar, como um desafio na assumpção do importante papel no abastecimento da Península Ibérica.

A APS enquanto entidade responsável pela movimentação de cargas de forma segura, e em cumprimento da sua Política de Qualidade, Ambiente e Segurança estabeleceu objectivos e metas nestes domínios, e para os atingir, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, executar, prosseguir, rever e manter a política da organização, numa estratégia prospectiva de identificação e resolução de impactes ambientais negativos decorrentes das suas actividades, tendo criado boas práticas com o objectivo de reduzir os consumos de energia, águas e matérias primas, minimizar a emissão de poeiras e outros poluentes, a contaminação dos solos e águas, reduzir taxas de deposição de resíduos e melhorar os indicadores de desempenho ambiental, referindo-se que para a manutenção do galardão Bandeira Azul, quer à Praia Vasco da Gama quer ao Porto de Recreio de Sines, foi determinante a aplicação do Código de Conduta Ambiental.

Mantém-se no Porto de Sines os mecanismos de controlo e de normativos legais que motivam a existências de infra-estruturas e

equipamentos adequados e procedimentos de grande rigor e complexidade, dos quais se destacam componentes previstas no International Ship and Port Security Code (ISPS), HazMat, SafeSeaNet, Plano Portuário de Recolha de Resíduos, Plano Mar Limpo, Controlo de Tráfego Marítimo, entre outras.

Outro impacto da empresa no sentido de mitigar o risco e potenciar oportunidades, foi a implementação, no âmbito do programa SIMPLEX 2007, da Janela Única Portuária (JUP) que entrou em produtivo em 2008, e que em 2009 foi objecto de actualização, com a designada JUPII, mais intuitiva, e que permite uma monitorização mais eficaz dos processos, disponibilizando acesso multicanal e permitindo uma melhor integração com sistemas externos.

Internamente a empresa mantém sistemas informáticos de suporte à gestão e à tomada de decisão, que representam não só uma oportunidade de desenvolvimento como uma oportunidade ambiental, já que por um lado contribuem para a redução de burocracia, e por outro para uma relevante redução da utilização de papel, com ganhos de eficiência em todo o processo.



1.2. Análise económica e financeira

O exercício de 2009 foi o primeiro em que se fez sentir na sua totalidade o efeito de uma alteração estrutural com grande repercussão sobre a actividade da empresa como a concessão do Terminal de Granéis Líquidos concretizada no início de Agosto de 2008. Por este motivo a comparabilidade entre este exercício e os anteriores fica altamente condicionada.

O resultado líquido apurado no exercício ascendeu a 5.874.074€, enquanto que o EBITDA gerado superou os 13 milhões de euros.

Em 2009, e como vinha acontecendo nos anos anteriores a 2008 ano em que as mais valias contabilísticas decorrentes da alienação do património do terminal concessionado tiveram um peso primordial, o resultado extraordinário foi em grande parte determinado pelos proveitos relacionados com a amortização dos subsídios ao investimento. Com a alteração da política de

amortizações da empresa no exercício de 2008, as quais passaram na sua totalidade a ser efectuadas à taxa máxima legal, estes proveitos extraordinários tomaram valores ainda mais expressivos, registando mais de sete milhões de euros no exercício findo. Ainda assim, também a reversão de provisões no montante de 2,19 milhões de euros, nas quais se destacam as que haviam sido constituídas para efeitos de trabalhos futuros de descontaminação de terrenos que vieram a revelar-se não necessários, muito contribuíram para o montante do resultado extraordinário.

O saneamento do passivo bancário da empresa, realizado em 2008 com a amortização antecipada dos empréstimos contraídos para financiamento das obras na zona leste do porto no Banco Espírito Santo/Caixa Geral de Depósitos (BES/CGD) e dos empréstimos contraídos junto do Millennium bcp (BCP) e da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de

Santiago do Cacém (CCAMSC), para liquidação junto da Associação dos Portos de Portugal (APP) das responsabilidades no financiamento das medidas prevista no Pacto de Concertação Social do Sector Portuário APP de 1993, permitiu que o resultado da função financeira apresentasse um valor negativo muito reduzido (-6.405 €).

O efeito estrutural da concessão do Terminal de Granéis Líquidos foi a principal causa para a diminuição do valor dos proveitos operacionais e para a alteração da estrutura dos mesmos. Os proveitos suplementares sofreram uma grande diminuição, em parte porque durante o ano não foram registadas vendas de materiais da pedreira e porque no ano anterior esta rubrica se encontrava inflacionada pela alienação de diversos tipos de bens à nova concessionária.

RESULTADOS DO EXERCÍCIO

	2007	2008	2009	Unidade: Euros Var. %
Resultados Operacionais	2.994.517	1.573.693	-139.935	-108,89%
Resultados Financeiros	(2.746.944)	(1.557.620)	-6.405	99,59%
Resultados Extraordinários	2.933.966	11.101.590	7.874.961	-29,06%
Impostos s/Rendimento Exercício	(544.057)	429.817	1.854.547	331,47%
Resultado Líquido Exercício	3.728.598	10.687.846	5.874.074	-45,04%

PROVEITOS OPERACIONAIS

	2007	2008	2009	Unidade: Euros Var. %
Vendas	363.920	248.247	0	-100,00%
Prestações de Serviços	33.709.522	32.832.351	30.292.899	-7,73%
Proveitos Suplementares	1.110.366	1.189.491	156.406	-86,85%
Subsídios à exploração	10.640	19.009	42.608	124,15%
Trabalhos p/a Própria Empresa	560.208	526.768		-100,00%
Reversões de Amortizações e Ajustamentos	45.684	2.223.023	601.327	-72,95%
TOTAL	35.800.341	37.038.889	31.093.240	-16,05%

Com o tráfego de navios ao mesmo nível do ano anterior e com um aumento da tonelagem bruta dos mesmos, verifica-se que a Taxa de Uso do Porto (TUP-Navio) registou um valor semelhante ao do ano anterior e a Tarifa de Pilotagem apresentou mesmo um crescimento no seu montante. Com a concessão do Terminal de Granéis Líquidos desapareceu a Tarifa de Movimentação de Cargas e cresceram substancialmente as rubricas de Concessões e de For-

necimentos e Serviços, neste caso essencialmente pelo efeito do ressarcimento das remunerações dos funcionários afectos àquela concessão e que continuam a pertencer ao quadro da APS e pelo aumento do montante relativo à venda de electricidade.

Em relação aos custos operacionais do ano 2009 podemos constatar que estes sofreram uma variação negativa generalizada,

para a qual também muito contribuiu a concessão concretizada em 2008. As excepções são os custos com pessoal e as amortizações, estas pelas razões atrás mencionadas relacionadas com a alteração da política aplicada pela empresa. O efeito desta alteração de política sobrepôs-se ao que decorreu da diminuição do imobilizado da empresa pela alienação afectos àquela concessão.

	Unidade: Euros			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2007	2008	2009	Var. %
TUP - Navio	8.210.122	8.367.604	8.372.880	0,06%
Tarifa de Pilotagem	1.984.698	2.025.745	2.100.086	3,67%
Tarifa Movimentação Cargas	13.895.775	8.414.429	0	-100,00%
Fornecimentos e Serviços	1.539.208	2.265.243	3.426.003	51,24%
Concessões	7.314.185	10.639.136	15.248.475	43,32%
Licenciamentos	524.452	844.874	878.018	3,92%
Náutica de Recreio	233.879	246.833	242.456	-1,77%
Outras	7.203	28.487	24.982	-12,31%
TOTAL	33.709.522	32.832.351	30.292.899	-7,73%

	Unidade: Euros			
CUSTOS OPERACIONAIS	2007	2008	2009	Var. %
CMVMC	1.092.554	1.182.443	29.213	-97,53%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.108.536	7.257.419	4.725.082	-34,89%
Impostos	112.690	143.019	69.680	-51,28%
Custos com pessoal	10.906.856	11.068.769	11.214.195	1,31%
Outros Custos Operacionais	1.457.448	1.437.629	1.302.935	-9,37%
Amortizações e Ajustamentos	11.903.609	12.582.905	13.735.239	9,16%
Provisões	224.129	1.793.013	156.832	-91,25%
TOTAL	32.805.823	35.465.196	31.233.176	-11,93%

A diminuição da rubrica de fornecimentos e serviços externos decorreu essencialmente, em grande parte por efeito da concessão, dos decréscimos nas aquisições combustíveis

(-46.7%), seguros (-61.5%), conservação e reparação (-67.3%), limpezas industriais/higiene e conforto (-47.3%), vigilância e segurança (-45.2%) e água (-18.9%).

Os principais indicadores económico-financeiros apresentam-se no quadro seguinte:

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	Unidade: Euros		
	2007	2008	2009
Volume de Negócios (1) (euros)	35.183.807	34.270.089	30.449.305
EBITDA (2) (euros)	15.076.571	13.726.587	13.150.809
Margem do EBITDA (3) %	42,9	40,1	43,2
Valor Acrescentado Bruto (4) (euros)	27.440.876	26.232.985	25.667.939
Rentabilidade das Vendas (5) %	10,9	32,3	19,4
Rentabilidade Capitais Próprios (6) %	3,1	8,3	4,5
Rentabilidade do Activo (7) %	0,8	2,6	1,5
Autonomia Financeira (8) %	26,2	31,4	32,6
Divida Remunerada / Capital Próprio (9)	0,53	0,07	0,04
ROACE (10) %	3,50	4,01	5,03

(1) Contas 71+72+73+76

(2) Resultado operacional apurado antes de amortizações e provisões

(3) EBITDA/Volume de Negócios

(4) Contas POC (71+72+73+74+75-61-62-63)

(5) Resultados Líquidos/(Vendas+Prestações de Serviços)

(6) Resultados Líquidos/Capitais Próprios

(7) Resultados Líquidos/Activo Total

(8) Capital Próprio/Activo Total

(9) Divida Remunerada/Capital Próprio

(10) ROACE - Rentabilidade dos Capitais Empregues





PERFIL ORGANIZACIONAL



2. PERFIL ORGANIZACIONAL

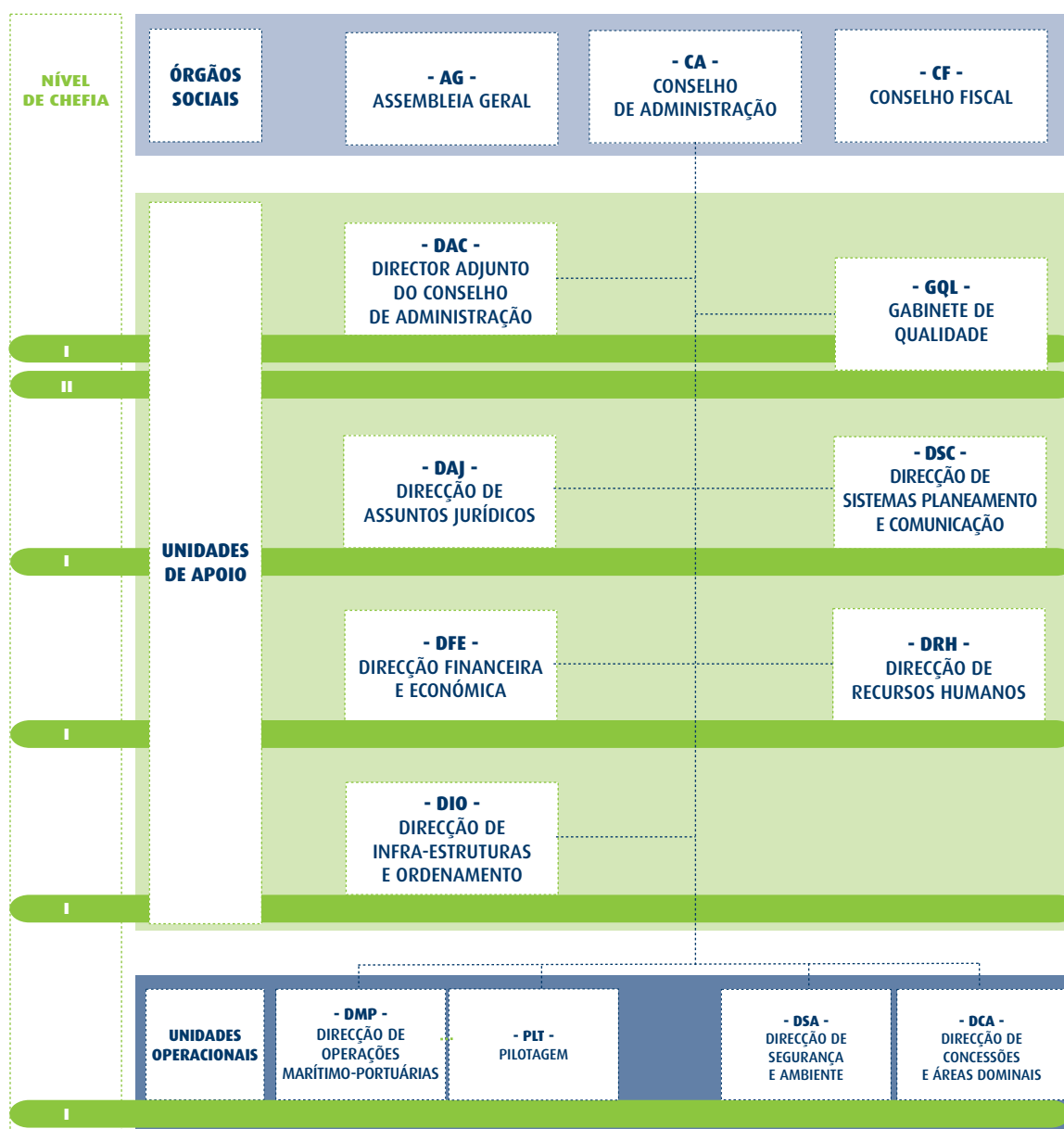
2.1. Estrutura organizacional

A missão e a visão do Porto de Sines estão amplamente divulgados e constam no Manual do Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (00MA01) e na página electrónica no endereço www.portodesines.pt, bem como a macro estrutura da APS que é constituída pelos órgãos sociais da empresa eleitos em Assem-

bleia Geral, assim como por 7 unidades de apoio e 4 unidades operacionais.

O efectivo médio de 240 trabalhadores manteve-se estável no biénio 2006/2007, tendo apresentado um decréscimo no ano de 2008 por motivo de Concessão do Terminal de Grãos Líquidos e da Gestão Integrada de Resí-

duos do Porto de Sines, com efeitos a partir de 2008-08-01, apresentando também no ano de 2009 um decréscimo face a 2008 pelo principal motivo de saída de trabalhadores por aposentação, tendo o efectivo médio registado 230 e 214 activos, incluindo trabalhadores a prestar serviço em concessionárias conforme consta em (LA1).



MISSÃO: Assegurar o exercício das competências e atribuições de planeamento, modernização, promoção e regulação do Porto de Sines, visando a racionalização e optimização do aproveitamento dos seus recursos e a eficiência económica e operacional, no respeito pelos requisitos de segurança e ambientais, proporcionando satisfação aos clientes e valor acrescentado no mercado ibérico e europeu.

2.2. Principais marcas, produtos e/ou serviços



Porto de Sines



ZalSines



Porto de Recreio de Sines

Os serviços portuários estão disponíveis 365 dias por ano e 24 horas por dia, e concorrem para a formação do produto portuário que consta do Manual do Sistema Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança (02MA01), sendo que desde 2008-08-01, altura em que entrou em vigor o Contrato de Concessão do Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de Resíduos do Porto de Sines, alguns serviços deixaram de ser directamente prestados pela APS, como a movimentação de cargas no Terminal de Granéis Líquidos de Sines (TGLS), o fornecimento de água potável e industrial e a recolha e tratamento de resíduos.

Em 2009 o “produto” portuário apresentou índices de evolução que, apesar da conjuntura económica muito desfavorável, demonstram uma reacção sempre bastante positiva, uma vez que, com excepção do

Terminal de Granéis Líquidos, todos os terminais apresentaram índices de crescimento positivos e, alguns deles, com crescimentos que superaram, em muito, os valores obtidos em anos transactos.

A totalidade da mercadoria movimentada em 2009 apresentaram assim alguns sinais de abrandamento, no entanto, o Porto de Sines continuou a ser o principal porto nacional e, sobretudo o principal porto em termos de Granéis Líquidos, sendo responsável pelo abastecimento da maior parte das necessidades energéticas do país.

O ano de 2009 registou o segundo melhor valor desde o início do funcionamento do porto relativamente ao número de navios entrados, com um movimento de 1.479 navios, a que lhe corresponde um total de porte correspondente *Gross Tonnage* (GT) de 34.532.983, e

que representou ainda assim um incremento de 4,3% face ao período homologado.

Registou-se de igual forma, um aumento significativo no movimento de navios no Terminal de Contentores de Sines, representado por um incremento de 11% e reflectindo, uma vez mais, a crescente dinâmica portuária deste tipo de carga.

A movimentação de mercadorias no Porto de Sines registou, em 2009, um total de 24.379.511 ton, que, embora represente um decréscimo de 3,1% face ao período transacto, lhe permite assegurar, com larga margem, a liderança no sector marítimo portuário nacional na movimentação de mercadorias, representada por uma quota de mercado de 40%.

MOVIMENTAÇÃO PORTUÁRIA

	2007	2008	2009
Navios Entrados	1.465	1.489	1.479
GT Total dos Navios Entrados	31.670.845	32.886.755	34.532.983
Navios no Terminal de Contentores de Sines	322	424	469
Movimentação de Mercadorias (Ton)	26.299.079	25.148.564	24.379.511
Movimentação de Contentores (TEUS)	150.038	233.118	253.495
Movimentação de Carga Geral (Ton)	2.015.131	3.014.877	3.106.593
Movimentação de Granéis Sólidos (Ton)	4.962.069	4.353.621	5.295.744
Movimentação de Granéis Líquidos (Ton)	19.321.879	17.780.066	15.977.174

A consolidação do TXXI, com um movimento total de 253.495 *Twenty-Foot Equivalent Unit* (TEU) em 2009, a que correspondeu um acréscimo de 9% face a igual período homólogo, revela, cada vez mais, a sua excelente performance e um crescimento sustentado, inclusive em plena crise económica, e coloca o Terminal de Contentores numa posição considerável em termos nacionais.

Tal deveu-se, também, ao alargamento progressivo da área de influência do Terminal de Contentores na Península Ibérica, englobando, agora, grande parte do mercado do norte de Espanha que passou a ser servido a partir de Sines desde Julho de 2009, tendo

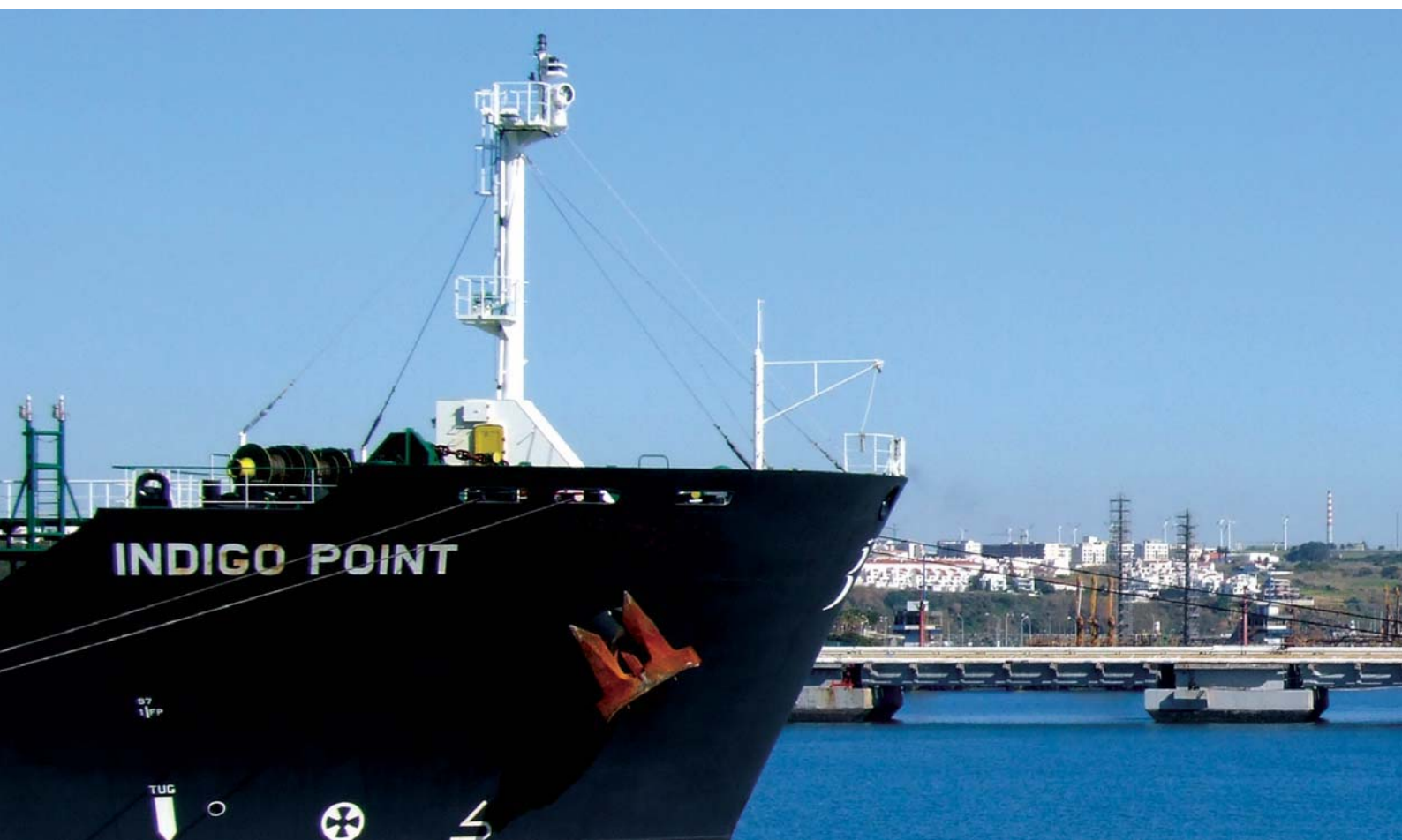
aumentado, assim, as linhas de *feeder* que em Sines fazem as ligações com as linhas transcontinentais, com particular importância para os tráfegos regulares com o Extremo Oriente e com as Américas.

Para a movimentação total do porto, contribuiu o acréscimo de movimentação na Carga Geral, de 3%, projectando-o e consolidando a sua referência neste tipo de mercadorias, a par das mercadorias do sector energético.

No segmento dos granéis sólidos, o crescimento foi ainda superior, já que o Terminal Multipurpose teve um crescimento anual de 22%, tendo o carvão apresentado o

maior peso neste crescimento, com um aumento de 25%.

No entanto, o crescimento de 1 milhão de toneladas registado na movimentação de carga geral e de granéis sólidos, e o crescimento em 1,5% face ao ano anterior, registado no Terminal de Gás Natural Liquefeito, não foram suficiente para “conter” o decréscimo registado na movimentação de granéis líquidos, em 1,8 milhões de toneladas, redução que se verificou em virtude da paragem da Refinaria de Sines, motivada pelo acidente ocorrido no início do ano, que interrompeu o movimento de ramas e de refinados durante cerca de dois meses.



2.3. Estrutura operacional da organização, operadoras, subsidiárias e *joint ventures*

A APS participa no capital de diferentes empresas, na Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A. (ADRAL), com uma participação de 3,6% no montante de 17.956,72€, na AICEP Global Parques, Ges-

tão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A., com uma participação de 2,15% no montante de 434.265,00€, e na Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A. (EDAB), com uma participação de

1,25% no montante de 50.000,00€, e ainda em diversas associações sectoriais, profissionais e regionais, designadamente:

Associação dos Portos de Portugal (APP)	Associação Porta Atlântica (APA)	Associação Portuguesa da Qualidade (APQ)
Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos (APG)	Associação Empresarial da Região de Setúbal (AERSET)	Associação Empresarial de Sines (AES)
Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância (APTMD)	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário (ADFER)	<i>International Association of Ports and Harbours (IAPH)</i>
<i>World Association for Waterborne Transport Infrastructure (PIANC)</i>	<i>European Sea Ports Organization (ESPO)</i>	Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)
Associação Portuguesa do Centro Europeu com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral (APOCEEP)	Associação Portuguesa de Portos de Recreio (APPR)	Associação Para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano (ETLA)
Fórum de Administradores de Empresas (FAE)		



Relativamente a operações atribuídas a serviços externos, assumem relevância as seguintes concessões, licenças e contratos:

DESIGNAÇÃO	CONCESSIONÁRIO/LICENCIADO
Concessão do Terminal de Granéis Líquidos	CLT - Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A. (CLT)
Concessão do Terminal Petroquímico	Repsol Polímeros, Lda.
Concessão do Terminal Multipurpose	PORTSINES - Terminal Multipurpose de Sines, S.A. (PORTSINES)
Concessão do Terminal de Contentores	PSA SINES - Terminais de Contentores, S.A. (PSA SINES)
Concessão do Terminal GNL	REN Atlântico
Concessão do Porto de Pesca de Sines	DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. (DOCAPESCA)
Concessão de Exploração do Serviço de Reboque e Amarração no Porto de Sines	REBOPORT - Sociedade Portuguesa de Reboques Marítimos, S.A. (REBOPORT)
Concessão do Serviço Público de Abastecimento de Bancas a Navios e Embarcações por Meios Terrestres Fixos nos Terminais Petrolífero e Petroquímico do Porto de Sines	PETROGAL - Petróleos de Portugal, S.A. (PETROGAL)
Concessão de Uso Privativo de Parcela Desafectada do Domínio Público para Manutenção e Instalação de Tanques de Armazenagem de Combustíveis – Tanque de Nafta	Repsol Polímeros, Lda.
Concessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno para Construção de Instalações Destinadas à Movimentação e Armazenagem de Cimentos, Clinquer, Pozolanas e Gesso	CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A. (CIMPOR)
Concessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno do Domínio Público - Central de Aquecimento e Bombagem de Propano	SIGÁS - Armazenagem de Gás, A.C.E. (SIGÁS)
Concessão de Uso Privativo de Parcela de Terreno do Domínio Público Marítimo – Estação para Captação/Rejeição de Água do Mar	GALP Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A.
Licença de Uso Privativo de Parcela de Terreno do Domínio Público-Tanque de Metanol	EURORESINAS - Indústrias Químicas, S.A. (EURORESINAS)
Licença de Uso Privativo de Parcela de Terreno do Domínio Público-Construção, Exploração e Manutenção Tanque de Fuel de Pirólise	Evonik Carbogal, S.A.
Licença para o Exercício da Actividade de Abastecimento de Bancas por Meios Móveis Flutuantes	PETROGAL - Petróleos de Portugal, S.A. (PETROGAL)
Licença de Uso Privativo de Parcela de Terreno do Domínio Público – Tanques de Paraxileno e Ácido Acético	ARTENIUS SINES PTA, S.A.
Licença de Uso Privativo de Parcela de Terreno do Domínio Público – Tanques de Óleos Vegetais, Biodiesel e Metanol	Greencyber, S.A.

No âmbito da gestão da ZALSINES destacam-se os seguintes contratos:

DESIGNAÇÃO	EMPRESA
Direito de Superfície para a Construção de uma Nave Logística no Lote A3	SITANK - Agência de Navegação, Lda. (SITANK)
Exploração do Refeitório ZALSINES e dos Bares dos Edifícios da APS	SODEXO - Sodexo Portugal II – Restauração e Serviços, S.A. (SODEXO)
Contrato de Utilização de Bens e Prestação de Serviços – Espaço para Escritório no Edifício A9	UPS - Ups Supply Chain Solutions (Portugal) – Transitários, Unipessoal, Lda. (UPS)
Contrato de Utilização de Bens e Prestação de Serviços – Espaço para Escritório no Edifício A9	Marmedsa - Agência Marítima (Portugal), Lda. (Marmedsa)
Contrato de Utilização de Bens e Prestação de Serviços – Espaço para Escritório no Edifício A9	IBERCOAL, Lda.
Contrato de Utilização de Bens e Prestação de Serviços – Espaço para Laboratório no Edifício A9	IBERCOAL, Lda.
Contrato de Utilização de Bens e Prestação de Serviços – Espaço para Escritório no Edifício A9	James Rawes & C., Lda. (James Rawes)

2.4. Países em que a organização opera

A APS opera em Portugal, sendo que o mercado do Porto de Sines abrange os sectores dos transportes e logístico.

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS SEGUNDO O TERRITÓRIO E PAÍSES DE CARGA E DESCARGA

TERRITÓRIOS	2008				2009			
	CARGA	DESCARGA	TOTAL	VAR. %	CARGA	DESCARGA	TOTAL	VAR. %
Continente e R. Autónomas								
PORTUGAL	3.209.754	883.960	4.093.714	-6,07%	3.294.845	641.408	3.936.253	-3,85%
Total	3.209.754	883.960	4.093.714	-6,07%	3.294.845	641.408	3.936.253	-3,85%
União Europeia								
ALEMANHA	76.477	723	77.200	-35,54%	63.980	17.884	81.864	6,04%
BÉLGICA	218.282	192.003	410.285	-25,54%	177.393	157.952	335.344	-18,27%
DINAMARCA	13.163	26.854	40.017	--	0	17.034	17.034	-57,43%
ESPAÑA	858.930	486.247	1.345.177	9,45%	872.397	561.756	1.434.153	6,61%
FINLÂNDIA	3.501	0	3.501	39,31%	0	0	0	-100,00%
FRANÇA	35.864	6.925	42.789	-74,29%	47.727	38.805	86.532	102,23%
GRÉCIA	68.149	66.712	134.860	-1,02%	12.742	34.266	47.008	-65,14%
HOLANDA	221.644	81.379	303.023	40,93%	276.203	108.388	384.591	26,92%
IRLANDA	2.944	118.915	121.859	4.354,93%	14	8	22	-99,98%
ITÁLIA	78.380	10.119	88.500	-6,99%	9.329	99.284	108.613	22,73%
LETÓNIA	0	73.571	73.571	-80,06%	0	51.956	51.956	-29,38%
LITUÂNIA	0	32.962	32.962	10,00%	0	3.516	3.516	-89,33%
POLÓNIA	60	3.942	4.002	-71,31%	365	10.508	10.873	171,72%
REINO UNIDO	81.321	137.220	218.541	10,53%	74.849	35.564	110.413	-49,48%
ROMÉNIA	0	7.869	7.869	29.705,13%	0	8.253	8.253	4,89%
SUÉCIA	28.125	225	28.350	--	11.153	32.301	43.454	53,28%
Total	1.686.840	1.245.666	2.932.505	-7,24%	1.546.153	1.177.473	2.723.626	-7,12%
Países Terceiros								
ÁFRICA DO SUL	440	1.249.218	1.249.658	-24,07%	772	1.661.617	1.662.389	33,03%
ALBÂNIA	0	0	0	--	8.376	0	8.376	--
ANGOLA	0	825.112	825.112	-32,69%	0	549.987	549.987	-33,34%
ANTILHAS HOLANDESAS	0	138.171	138.171	86,72%	38.433	0	38.433	-72,18%
ARÁBIA SAUDITA	56.230	127.611	183.841	86,25%	6	95.745	95.751	-47,92%
ARGÉLIA	0	266.640	266.640	-38,59%	8.865	159.641	168.507	-36,80%
ARGENTINA	0	869	869	--	25	1.610	1.635	88,20%
AUSTRÁLIA	0	770	770	1.539,69%	0	11.947	11.947	1.451,84%
BANGLADESH	0	0	0	--	0	44	44	--
BAREM	0	5	5	--	0	23.427	23.427	486.939,81%
BENIM	0	0	0	--	0	121.720	121.720	--

TERRITÓRIOS	2008				2009			
	CARGA	DESCARGA	TOTAL	VAR. %	CARGA	DESCARGA	TOTAL	VAR. %
BRASIL	3.806	1.307.268	1.311.074	-13,11%	0	985.256	985.256	-24,85%
CABO VERDE	0	0	0	--	0	82	82	--
CAMARÕES	0	0	0	--	1.226	225.242	226.468	--
CANADÁ	367.660	39.551	407.211	--	0	35.706	35.706	-91,23%
CATAR	0	2.996	2.996	--	0	224	224	-92,54%
CEUTA	20.000	0	20.000	-33,19%	0	0	0	-100,00%
CHILE	14.995	57.828	72.822	355,14%	7	377	384	-99,47%
CHINA	37.215	172.642	209.857	4.123,49%	30.495	410.633	441.128	110,20%
COLÔMBIA	5.285	1.913.520	1.918.805	-14,16%	0	1.889.769	1.889.769	-1,51%
COREIA DO SUL	492	71.809	72.301	--	2.066	194.623	196.689	172,04%
COSTA DO MARFIM	3.829	3.666	7.495	193,54%	0	1.335	1.335	-82,19%
CROÁCIA	6.305	0	6.305	--	12.524	13.363	25.887	310,58%
CUBA	691	29.062	29.753	3.181,95%	14.642	227	14.869	-50,02%
DJIBOUTI	0	0	0	--	0	2.810	2.810	--
EGIPTO	0	328.114	328.114	-63,06%	0	222.016	222.016	-32,34%
EMIRATOS ÁRABES UNIDOS	0	56.066	56.066	19,55%	0	64.239	64.239	14,58%
EQUADOR	0	2	2	-100,00%	0	0	0	-100,00%
ESTADOS UNIDOS AMÉRICA (EUA)	571.657	573.243	1.144.900	-33,30%	684.957	1.154.274	1.839.230	60,65%
GANÁ	5.962	6.089	12.051	201,49%	0	2.395	2.395	-80,13%
GEORGIA	0	0	0	--	0	85.133	85.133	--
GIBRALTAR	291.247	0	291.247	-5,11%	359.524	20.886	380.409	30,61%
GUATEMALA	0	49	49	--	0	203	203	316,05%
GUIANA	0	2.050	2.050	-14,76%	0	3.667	3.667	78,86%
GUINÉ EQUATORIAL	0	444.389	444.389	-52,64%	0	466.596	466.596	5,00%
GUINÉ-BISSAU	12.656	0	12.656	--	18.134	0	18.134	43,29%
HONDURAS	0	219	219	--	0	1.686	1.686	671,32%
HONG KONG	253	11.158	11.411	24.508,14%	522	11.387	11.910	4,37%
IEMEN	0	30	30	--	0	61	61	99,93%
ILHAS BAHAMAS	86.868	48.652	135.520	74,62%	22.330	5.469	27.799	-79,49%
ILHAS CAIMÃO	390	0	390	--	0	0	0	-100,00%
ÍNDIA	0	61.977	61.977	-34,26%	86	6.096	6.182	-90,03%
INDONÉSIA	0	153.675	153.675	156,13%	0	0	0	-100,00%
IRÃO	0	301.987	301.987	2,04%	0	285.146	285.146	-5,58%
IRAQUE	0	408.621	408.621	-2,93%	0	0	0	-100,00%
ISRAEL	0	0	0	-100,00%	0	23	23	--
JAPÃO	0	161.907	161.907	--	0	74.642	74.642	-53,90%
JORDÂNIA	0	0	0	--	0	271	271	--

TERRITÓRIOS	2008				2009			
	CARGA	DESCARGA	TOTAL	VAR.%	CARGA	DESCARGA	TOTAL	VAR.%
KUWAIT	0	20.990	20.990	-70,48%	0	1.028	1.028	-95,10%
LÍBANO	0	33	33	-99,96%	0	123	123	276,67%
LÍBIA	0	1.556.808	1.556.808	7,93%	0	750.915	750.915	-51,77%
MADAGASCAR	0	0	0	--	0	72	72	--
MALASIA	0	37.806	37.806	--	0	0	0	-100,00%
MARROCOS	76.141	18.971	95.112	-29,95%	69.065	17.397	86.462	-9,09%
MAURÍCIA	0	1.869	1.869	--	0	4.459	4.459	138,63%
MÉXICO	200.002	177.668	377.670	-40,92%	346.451	21.693	368.144	-2,52%
MOÇAMBIQUE	0	295	295	--	72	280	353	19,58%
NIGÉRIA	71.462	3.190.801	3.262.263	27,44%	0	2.908.169	2.908.169	-10,85%
NORUEGA	17.873	701.901	719.775	89,40%	24.431	691.648	716.080	-0,51%
NOVA ZELÂNDIA	0	720	720	--	0	6.028	6.028	736,76%
OMAN	0	5.506	5.506	--	49	4.688	4.737	-13,95%
PAÍSES E TERR. NÃO DETERMIN.	87.298	84.804	172.102	--	146	1.046	1.192	-99,31%
PANAMÁ	0	0	0	--	37.642	30.014	67.656	--
PAQUISTÃO	0	40	40	--	0	23.525	23.525	59.390,38%
PERÚ	438	472	910	--	375	366	741	-18,53%
QUÊNIA	0	95	95	--	0	6.671	6.671	6.906,60%
REPUBLICA DOMINICANA	387	383	770	-95,64%	19.338	8.735	28.073	3.545,20%
RÚSSIA, FEDERAÇÃO DA	558	672.967	673.525	-18,01%	14.099	845.788	859.887	27,67%
SENEGAL	39.297	63	39.360	--	4.200	1.045	5.245	-86,67%
SINGAPURA	21.957	67.405	89.362	3.613,92%	190	112.518	112.707	26,12%
SÍRIA	0	0	0	-100,00%	0	81.032	81.032	--
SRI LANKA	0	1.965	1.965	6.494,98%	0	262	262	-86,67%
SUDÃO	0	0	0	--	0	2.305	2.305	--
TAILÂNDIA	60	0	60	--	0	0	0	-100,00%
TAIWAN	0	306	306	--	0	5.656	5.656	1.746,44%
TANZÂNIA	0	186	186	--	0	8.505	8.505	4.470,95%
TOGO	38.150	0	38.150	--	0	0	0	-100,00%
TRINDADE E TOBAGO	0	15.800	15.800	-60,89%	185	345.146	345.331	2.085,64%
TURQUIA	27.548	417.391	444.939	64,98%	111.163	560.082	671.244	50,86%
UCRÂNIA	0	153.764	153.764	--	0	241.097	241.097	56,80%
URUGUAI	0	233	233	--	0	0	0	-100,00%
VENEZUELA	0	160.988	160.988	--	524	418.845	419.369	160,50%
Total	2.067.151	16.055.193	18.122.344	-3,50%	1.830.923	15.888.709	17.719.632	-2,22%
TOTAL	6.963.745	18.184.819	25.148.564	-4,37%	6.671.921	17.707.590	24.379.511	-3,06%

A carga para o mercado externo apresentou um decréscimo de 8,4% relativamente a 2008, pese embora o aumento significativo registado ao nível dos granéis sólidos e de carga geral de respectivamente 75,3% e 11,9%, não se tenha revelado suficiente para colmatar o peso do decréscimo registado no movimento de granéis líquidos.

A nível da descarga do mercado externo, a representação das variações nas descargas foi idêntica ao das cargas, muito por força da paragem da refinaria da GALP em Sines que obrigou a uma redução nos valores de importação de ramas e de exportação de refinados.

De igual forma, o mercado interno apresentou uma redução de 3,9% relativamente ao período transacto.

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS POR TIPO DE MERCADOS

	VAR. %		
TIPOS DE MERCADO	2008	2009	2009/08
MERCADO EXTERNO (DESCARGA)			
Total	17.216.715	17.049.480	-0,97%
Granéis Líquidos	11.929.020	10.727.101	-10,08%
Granéis Sólidos	4.132.189	5.033.164	21,80%
Carga Geral	1.155.506	1.289.215	11,57%
MERCADO EXTERNO (CARGA)			
Total	3.669.847	3.361.763	-8,40%
Granéis Líquidos	2.237.588	1.704.267	-23,83%
Granéis Sólidos	86.269	151.186	75,25%
Carga Geral	1.345.990	1.506.310	11,91%
MERCADO INTERNO (CABOTAGEM)			
Total	4.093.714	3.934.562	-3,89%
Portos Continente	3.301.656	3.192.304	-3,31%
Regiões Autónomas	792.058	742.257	-6,29%
SHIFTING			
Total	168.287	33.706	-79,97%
TOTAL	25.148.564	24.379.511	-3,06%

Apesar de uma diminuição de 1,4% na movimentação de mercadorias com os países extra comunitários, estes continuam a destacar-se num contexto geral e abrangente em termos de quantidades movimentadas,

quando comparados com a movimentação a nível nacional ou com os países comunitários. De realçar que apesar das reduções verificadas em 2009, a movimentação de granéis sólidos e de carga geral, onde se

inclui a contentorizada, apresentou um aumento representativo no mercado extra comunitário.

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS POR TIPO DE CARGA E PROVENIÊNCIA/DESTINO

Unidade: Ton.

ORIGEM / DESTINO	2008			2009			VAR. % 2009/08
	CARGA	DESCARGA	TOTAL	CARGA	DESCARGA	TOTAL	
CONTINENTE E REGIÕES AUTÓNOMAS							
GRANÉIS LIQUÍDOS	2.898.302	715.156	3.613.458	3.004.705	541.100	3.545.805	-1,87%
GRANÉIS SÓLIDOS	135.163	0	135.163	111.395	0	111.395	-17,58%
CARGA GERAL							
Fraccionada	0	0	0	0	0	0	--
Ro-Ro	0	0	0	0	0	0	--
Contentorizada	176.290	168.804	345.094	178.746	100.308	279.053	-19,14%
Sub-total	3.209.754	883.960	4.093.714	3.294.845	641.408	3.936.253	-3,85%
UNIÃO EUROPEIA							
GRANÉIS LIQUÍDOS	771.216	491.573	1.262.789	536.744	661.428	1.198.172	-5,12%
GRANÉIS SÓLIDOS	62.091	150.260	212.350	81.892	34.878	116.769	-45,01%
CARGA GERAL							
Fraccionada	37.974	1.590	39.564	43.595	2.044	45.640	15,36%
Ro-Ro	0	0	0	0	0	0	--
Contentorizada	815.559	602.244	1.417.802	883.922	479.123	1.363.045	-3,86%
Sub-total	1.686.840	1.245.666	2.932.505	1.546.153	1.177.473	2.723.626	-7,12%
PAÍSES TERCEIROS							
GRANÉIS LIQUÍDOS	1.466.372	11.437.448	12.903.819	1.167.523	10.065.673	11.233.196	-12,95%
GRANÉIS SÓLIDOS	24.178	3.981.930	4.006.108	69.294	4.998.286	5.067.580	26,50%
CARGA GERAL							
Fraccionada	0	10.368	10.368	3.184	7.301	10.485	1,12%
Ro-Ro	0	0	0	0	0	0	--
Contentorizada	576.601	625.448	1.202.049	590.921	817.449	1.408.370	17,16%
Sub-total	2.067.151	16.055.193	18.122.344	1.830.923	15.888.709	17.719.632	-2,22%
TOTAL	6.963.745	18.184.819	25.148.564	6.671.921	17.707.590	24.379.511	-3,06%

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS 2009 PELOS 3 PRINCIPAIS PAÍSES DE PROVENIÊNCIA

Unidade: Ton.

TIPOS DE CARGA	Tipo de Produto	País de Proveniência	Quantidade
Granéis Líquidos	Ramas	NIGÉRIA	1.358.303
		BRASIL	976.967
		LÍBIA	725.789
	Refinados	PORTUGAL	497.756
		ESPAÑA	239.767
		RÚSSIA, FEDERAÇÃO DA	188.043
	GPL	NORUEGA	71.921
		REINO UNIDO	33.870
		SUÉCIA	31.650
	GNL	NIGÉRIA	1.533.656
		TRINDADE E TOBAGO	295.007
		ITÁLIA	83.397
	Olefinas	MÉXICO	4.509
		ITÁLIA	4.433
		HOLANDA	3.915
Granéis Sólidos	Outros (Granéis Líquidos)	ARÁBIA SAUDITA	49.117
		TRINDADE E TOBAGO	48.700
		PORTUGAL	39.778
	Carvão	COLÔMBIA	1.888.443
		ÁFRICA DO SUL	1.653.278
		ESTADOS UNIDOS AMÉRICA (EUA)	946.232
	Cereais	GUIANA	3.667
	Outros (Granéis Sólidos)	ESTADOS UNIDOS AMÉRICA (EUA)	71.277
		CROÁCIA	13.029
		ESPAÑA	11.750
Carga Geral	Fraccionada	COREIA DO SUL	2.806
		VENEZUELA	2.055
		HOLANDA	953
	Contentorizada	CHINA	410.037
		ESPAÑA	303.324
		BÉLGICA	147.831

MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS 2009 PELOS 3 PRINCIPAIS PAÍSES DE DESTINO

Unidade: Ton.

TIPOS DE CARGA	Tipo de Produto	País de Proveniência	Quantidade
Granéis Líquidos	Ramas	PORTUGAL	42.075
	Refinados	PORTUGAL	2.833.240
		ESTADOS UNIDOS AMÉRICA (EUA)	421.756
		GIBRALTAR	359.523
	GPL	PORTUGAL	117.750
		FRANÇA	6.273
		MARROCOS	5.903
	Olefinas	BÉLGICA	53.747
		ALEMANHA	44.546
		ESPANHA	35.426
	Outros (Granéis Líquidos)	HOLANDA	93.952
		FRANÇA	21.773
		PORTUGAL	9.403
Granéis Sólidos	Carvão	NORUEGA	24.426
		RÚSSIA, FEDERAÇÃO DA	14.099
		REINO UNIDO	10.455
	Minerais	SENEGAL	4.200
	Outros (Granéis Sólidos)	PORTUGAL	111.395
		REINO UNIDO	51.867
		SUÉCIA	11.149
Carga Geral	Fraccionada	HOLANDA	39.041
		ITÁLIA	4.554
		MARROCOS	1.958
	Contentorizada	ESPANHA	733.362
		ESTADOS UNIDOS AMÉRICA (EUA)	253.352
		PORTUGAL	178.746

2.5. Tipo e natureza jurídica da propriedade

A APS foi criada pelo Decreto-Lei nº 508/77 de 14-12, e é actualmente uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públi-

cos, cujo modelo orgânico foi criado pelo Decreto-Lei nº 337/98 de 3-11, conforme consta do Manual do Sistema Integrado da

Qualidade, Ambiente e Segurança (02MA01), divulgado no endereço electrónico www.portodesines.pt.

2.6. Principais alterações ocorridas

O grande destaque do ano de 2009 foi o incremento de actividade na Zona de Actividades Logísticas (ZALSINES), na parte intra-portuária, que registou o seu primeiro ano completo de comercialização e actividade, pelo que, para além dos contratos firmados em 2008, com a UPS (escritório no Edifício Logístico A9) e a SITANK (construção de uma nave logística no lote A3), o ano 2009 assistiu à instalação de mais três empresas na ZALSINES, a James Rawes, a Marmedsa e a IBERCOAL, as quais elegeram o Edifício Logístico A9 para localizar os seus escritórios em Sines, sendo que, no caso da IBERCOAL, foram outorgados dois contratos, um relativo a um espaço para escritório e outro relativo a um espaço para laboratório. Para além destas empresas, refira-se igualmente a entrada em exploração do Refeitório ZALSINES, a cargo da empresa SODEXO, o qual tem vindo a servir, desde Abril de 2009, não só as empresas instaladas e os utentes da ZALSINES, mas também toda a comunidade portuária.

Apesar de corresponder a um contrato já celebrado, outra nota de grande destaque deve ser dada ao início da construção da nave logística da SITANK, infra-estrutura vocacionada para oferecer aos potenciais clientes as actividades de armazenagem, consolidação/desconsolidação de contentores, distribuição, e outros, constituindo uma mais-valia para o desenvolvimento das actividades de movimentação de mercadorias no Porto de Sines, prevendo-se que a nave esteja construída e a iniciar actividade durante o primeiro trimestre de 2010.

No que se refere à gestão dos contratos de concessão, no ano de 2009 é de destacar a concretização das obras de ampliação do cais (730 m) e terrapleno (24 ha) do TXXI, associados à Fase 1 B de desenvolvimento do terminal, a qual deverá ficar totalmente concluída até 30 de Junho de 2011, conforme previsto no terceiro aditamento ao contrato de concessão do TXXI, formalizado em 18 de Dezembro de 2009.

Em termos de novos contratos, destaca-se a concessão de uso privativo outorgada, a 13 de Outubro de 2009, à Galp Central de Ciclo Combinado de Sines, S.A., destinada à construção de uma casa de bombas e implantação de tubagens de tomada e de rejeição de água para arrefecimento da Central de Ciclo Combinado de Sines, a instalar na Zona Industrial Ligeira de Sines (ZILS).

Refere-se ainda no âmbito dos novos contratos, a licença de uso privativo para utilização de um armazém entre o Porto de Recreio e o Porto de Serviços, outorgada à Pellets Power 2, a 4 de Junho de 2009, que para além de representar a instalação de uma nova empresa no porto, apresenta como grande mais-valia a movimentação de uma nova carga no Terminal Multipurpose de Sines (TMS), *pellets* de madeira, que se constitui como uma fonte de energia limpa cuja utilização na Europa se encontra em expansão, contribuindo para a diversificação da base de cargas do TMS e, tendo registado cerca de 40.000 toneladas movimentadas no segundo semestre de 2009, poderá representar, em anos de cruzeiro, cerca de 80.000 toneladas/ano, facto especialmente interessante se considerarmos que se trata de um movimento de exportação de uma mercadoria produzida numa unidade localizada no *hinterland* de proximidade do Porto de Sines (Alcácer do Sal).

Relativamente a obras, teve início a concretização das obras do Projecto de Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (PETS), o qual contempla a construção de um terceiro tanque criogénico, com a capacidade de 150.000m³ (aumentando a capacidade de armazenagem total do terminal para 390.000m³), o aumento da capacidade de emissão para 1.350.000m³(n)/h e ainda a construção de novas condutas de adução e rejeição de águas.

Também decorreram as obras de construção de estacionamento do Trem Naval e Reparação de Passadiços do Porto de Recreio Náutico, adjudicadas à firma Sociedade de Em-

preitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A. (SETH), encontrando-se praticamente concluída no final de 2009, sendo o cais de estacionamento constituído por passadiços flutuantes ligados a terra por uma ponte e sistema de amarração por poitas e correntes, tendo ainda sido criado em terra um espaço que permite a instalação de serviços de apoio da APS e de entidades externas de fiscalização, e realizados trabalhos de reparação/substituição de passadiços do Porto de Recreio Náutico, numa preocupação de garantia de melhoria continua nas condições disponibilizadas aos seus utentes, tendo ainda sido desenvolvidas acções que visaram dar continuidade à qualidade da praia Vasco da Gama para utilização por veraneantes, tendo sido executadas acções de manutenção das infra-estruturas de apoio e substituídos o corredor de segurança dos banhistas e o corredor de abicagem de embarcações.

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo (VTS) do Porto de Sines, foi alvo de uma profunda evolução em termos tecnológicos, constituindo uma forte aposta ao nível das condições de operação, estando mais moderno e funcional, desempenhando as condições operacionais e de segurança marítimo-portuária um papel cada vez mais relevante na actividade portuária.

Procedeu-se ainda à construção de um muro de alvenaria de blocos na zona do Parque de Bancas resolvendo, com uma solução mais duradoura, a segurança à intrusão do TGLS, e à criação de infra-estruturas para a movimentação mais rápida e eficiente das barreiras flutuantes no combate à poluição marítima, que incluiu a construção de duas rampas de betão armado junto ao enraizamento do posto 4/5 e a instalação de enroladores hidráulicos para a movimentação das barreiras flutuantes.

Na parte relativa a protocolos, referencia para o Protocolo de Cooperação entre a APS e o Instituto Hidrográfico iniciado em 2001 e sucessivamente prorrogado por períodos de

2 anos, que disponibiliza informação relativa a infra-estruturas, obras e bacias portuárias da responsabilidade do Porto de Sines, com acções desenvolvidas no âmbito da aquisição, registo e processamento de informação de ondulação, marés e meteorologia numa base contínua disponibilizada em tempo real, fundamental para a monitorização das infra-estruturas, novas expansões e todas as operações portuárias, tendo em 2009 sido realizado o levantamento hidrográfico a multi-feixe de todo o porto de Sines.

Para o estabelecimento de um Protocolo de exploração exclusiva de inertes da pedra com a firma Pedreiras e Construções, Lda. (PEDREC) com validade de 1 ano, onde estão definidas as obrigações e zonas a explorar, tendo sido durante o ano de 2009 e no âmbito da concessão do TXXI concedida uma zona para exploração de enrocamentos para a empreitada de ampliação do cais, sendo a exploração da responsabilidade do empreiteiro da obra, consórcio constituído pelas firmas Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A., (CPTP) e Grupo Mota-Engil.

E para a assinatura de um Protocolo de Cooperação entre a APS e o Núcleo Regional do Litoral Alentejano da Associação Nacional de Conservação da Natureza (QUERCUS), visando a conservação da natureza e a defesa do ambiente, numa lógica de desenvolvimento sustentado.

Outras alterações verificadas referem-se à telegestão da Rede Eléctrica (2.ª fase), com a transferência da supervisão de toda a rede eléctrica para o sistema de telegestão da subestação, visou garantir condições de segurança e fiabilidade acrescidas em toda a rede, permitindo assim que a APS possa continuar a assumir o seu papel de distribuidor de energia eléctrica com segurança e responsabilidade.

À elaboração dos estudos e aos projectos de execução de arquitectura e especialidades, prevendo-se o lançamento do concurso público no 1º trimestre de 2010 para a construção do Centro de Controlo Logístico e Segurança da APS (CCLS), que visa dotar o Porto de Sines com um complexo integrado de serviços, permitindo assim dar resposta aos novos desenvolvimentos portuários e aos nor-

mativos internacionais no âmbito do ambiente, segurança e protecção, com elevada eficiência e qualidade, quer ao nível operacional, quer ao nível da supervisão portuária.

Ao seguimento da política de prevenção da APS com a renovação de dois veículos de combate a incêndios que vieram reforçar os equipamentos que o Porto de Sines detém para fazer face a qualquer situação de risco que possa surgir, contribuindo desta forma para uma maior segurança da suas instalações, *shareholder* e *stakeholders*.

Ao projecto Cartão Único Portuário de acesso à área portuária, que é emitido electronicamente e previamente validado pelas diferentes autoridades e entidades intervenientes, e que permite um reforço dos níveis de segurança e protecção e a simplificação dos procedimentos de autorização de acesso, entrou em funcionamento pleno no ano 2009, com a assinatura do Protocolo de Cooperação entre a APS e o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), em Dezembro de 2009, visa regular os procedimentos a adoptar pelos signatários no âmbito das autorizações emanadas e consequente facturação, permitindo simplificar e agilizar os processos relativos aos despachos de movimento de tripulantes, passageiros e trabalhos a bordo respeitantes aos navios, de trabalhadores, empreiteiros e visitas em geral no que respeita aos concessionários de terminais marítimos.

À Janela Única Portuária que também foi alvo de evolução, tendo passado a designar-se JUPII, e à criação do Centro de Sistemas e Helpdesk do Porto de Sines, que permitiu responder com mais rapidez e eficácia aos pedidos de suporte de utilizadores internos e externos da APS, possibilitando a supervisão em tempo real de todas as componentes da infra-estrutura tecnológica e aplicacionais, garantindo a operacionalidade 24 horas por dia de todos os sistemas.

À manutenção das certificações nos três referenciais ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, as quais em 2009 foram confirmadas pela Lloyd's Register após a realização com sucesso de auditoria de renovação do certificado do sistema de gestão ambiental e da segurança e saúde no trabalho, em Maio, de auditoria de renovação do certificado do sistema de gestão da qualidade, em Julho e de

auditoria de acompanhamento do certificado do sistema de gestão ambiental e da segurança e saúde no trabalho, em Outubro, e ao desenvolvimento dos trabalhos relativos à obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Segurança da Informação, segundo a Norma ISO 27001.

Ao registo de 15 escalas de navios certificados pela *Green Award Foundation*, e à aquisição da Lancha Atlântida Azul, com forte impacto na melhoria das condições de segurança das operações portuárias.

À reformulação do Código de Ética e de Conduta da APS, S.A., que pode ser consultado em www.portodesines.pt, e em sua consonância à preparação e aprovação do "Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas", onde são reconhecidas e analisadas as áreas de risco de corrupção e infracções conexas na actividade da administração portuária e as medidas de prevenção correspondentes, na sequência da Lei n.º 54/2008 de 4-9, em que foi criado, em Portugal, o Conselho de Prevenção da Corrupção, com atribuições e competências orientadas exclusivamente para a prevenção da corrupção, e da recomendação do Conselho, de 1 de Julho de 2009, dirigida a todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos.

Por fim uma referência à redução do efectivo, que em 2009-01-01 era de 217 activos e em 2009-12-31 de 210 activos, explicado principalmente pela saída de 10 trabalhadores por motivo de aposentação, dos quais 9 na sequência da adesão a incentivo pecuniário atribuído a trabalhadores que requereram a aposentação voluntária, nele se incluindo, por referência a 2009-12-31, 38 activos a exercerem funções em empresas concessionárias.

No ano de 2009 não foi recebido qualquer prémio ou distinção, e apesar da conjuntura económica muito desfavorável, o Porto de Sines teve uma reacção bastante positiva, uma vez que, à excepção do Terminal de Graneis Líquidos, todos os terminais apresentaram índices de crescimento positivos e, alguns deles, com crescimentos que superaram, em muito, os valores obtidos em anos transactos, tendo sido movimentadas 24,4 milhões de toneladas.



GOVERNAÇÃO, COMPROMISSO E ENVOLVIMENTO



3. GOVERNAÇÃO, COMPROMISSO E ENVOLVIMENTO

3.1. Governação

A Assembleia Geral da APS é o órgão que define a estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização, tendo, em reunião de 2008-04-18, e conforme consta da Acta nº 25, sido proposta e votada favoravelmente a composição dos órgãos sociais a integrar a sociedade para o triénio 2008/2010, e que se consubstanciam em:

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente da Mesa:

Dr. António Maldonado Gonelha

Secretária: Dra. Sara Alexandra R. Pereira
Simões Duarte Ambrósio

Conselho de Administração e respectivos pelouros:

Presidente: Dra. Maria Lídia Ferreira Sequeira (Director Adjunto do Conselho de Administração; Direcção de Sistemas Planeamento e Comunicação; Direcção de Concessões e Áreas Dominiais)

Vogal: Dr. Duarte Manuel Lince de Faria (Direcção de Assuntos Jurídicos; Direcção de Recursos Humanos; Direcção de Operações Marítimo-Portuárias; Pilotagem; Direcção de Segurança e Ambiente)

Vogal: Dr. João Paulo Farinha Franco (Direcção Financeira e Económica; Direcção de Infra-estruturas e Ordenamento; Gabinete da Qualidade)

Conselho Fiscal:

Presidente: Dra. Ana Paula Azurara

Vogal: Dra. Maria Teresa Morais

Vogal: Dr. Dino Santos

Suplente: Dra. Ana Teresa Peralta Reyes

Revisor Oficial de Contas:

PRICEWATERHOUSECOOPERS & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada pelo Dr. Jorge Manuel Santos Costa, e como suplente o Dr. José Manuel Henriques Bernardo

As Assembleias Gerais de carácter ordinário ou extraordinário, são um dos principais mecanismos que permitem ao accionista transmitir recomendações ou orientações ao Conselho de Administração, podendo a transmissão de orientações estratégicas e específicas, ser também emanadas pela tutela sectorial (Gabinete do Secretário de Estado dos Transportes

do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações) ou em sede de orientações instrumentais pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP), ou por despacho dos titulares dos respectivos cargos.

O Conselho de Administração não integra membros independentes ou não-executivos sendo composto unicamente por membros executivos, cujas funções no âmbito da gestão da organização, encontram-se fundamentadas na distribuição de pelouros acima descrita, tendo durante o ano de 2009 realizado 50 reuniões onde deliberou sobre as matérias mais relevantes da actividade da empresa, dando cumprimento ao disposto na alínea i) do artigo 13º-A do Decreto-Lei nº 558/99 de 17-12, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007 de 23-8.

Compete ao Conselho de Administração, e em conformidade com os contratos de gestão estabelecidos com a tutela, a definição do Plano Estratégico do Porto de Sines, ainda que não sejam aplicáveis aos seus membros processos para a determinação das qualificações e competências exigidas para a definição da estratégia da organização relativamente a questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social.

O Conselho de Administração tem ainda ao seu dispor instrumentos que permitem evitar a ocorrência de conflitos de interesse, já que a APS está dotada de sistemas que disponibilizam relatórios de acompanhamento e de apoio à decisão, permitindo-lhe supervisionar a forma como a empresa realiza a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social.

O “Plano de prevenção de riscos de corrupção e infracções conexas”, onde estão reconhecidos e analisados as áreas de risco de corrupção e infracções conexas na actividade da administração portuária, bem como o Código de Ética e de Conduta, onde constam como princípios gerais de actuação, a justiça e imparcialidade, direitos humanos e igualdade, boa governança, responsabilidade social, segurança e saúde, valorização profissional e ambiente e sustentabilidade, e a possibilidade referida no artigo 23º do Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias, aprovado pelo Decreto-Lei nº 421/99 de 21-10, são instrumentos que permitem a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes,

bem como a identificação do nível de adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios e outros documentos orientadores.

A comunicação *top-down-top*, é garantida pelo SI, existindo a possibilidade de accionar mecanismos que permitem aos trabalhadores transmitir recomendações ao Conselho de Administração, sendo este sistema um meio privilegiado de comunicação vertical, tendo em conta que possibilita a melhoria contínua dos processos, pela via da participação de todos os trabalhadores a título colectivo ou individual, podendo ainda incorporar recomendações da Comissão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST).

Outro método de avaliação do desempenho prende-se com a melhoria contínua nos domínios da qualidade, ambiente e segurança, e consequentemente manutenção ou incremento de certificações, no âmbito do SI, e com o desempenho social, relatado nos diferentes indicadores de desempenho tratados no presente Relatório, destacando-se a participação na Plataforma Supraconcelhia do Alentejo Litoral (NUT III) e no Concelho Local de Acção Social (CLAS), de Sines.

Em matéria de remunerações a APS dispõe de uma Comissão de Fixação de Remunerações, em conformidade com o disposto na alínea f) do nº 2 do artigo 8º do Anexo II ao Decreto-Lei nº 337/98 de 3-11, composta por elementos externos, que fixa as remunerações dos membros da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, a qual é eleita pela Assembleia Geral e que é actualmente composta pela Dra. Maria de Lurdes Castro, Presidente, Dra. Filomena Maria Amaro Bacelar, Vogal e Dr. André Cristóvão Henriques, também Vogal.

Não existe qualquer relação entre a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e das chefias de primeira linha existindo, no entanto, uma relação entre a remuneração dos membros do Conselho de Administração e o desempenho da organização, já que está prevista a atribuição de uma componente variável anual da remuneração, que se fixa num máximo de 35% da respectiva componente fixa da remuneração, em função do cumprimento dos objectivos anuais definidos.

3.2. Princípio da precaução

O princípio da precaução é colocado em prática no desenrolar da actividade da empresa, quer em termos financeiros, sendo contabilizadas, nomeadamente através de provisões, todas as potenciais variações patrimoniais negativas, desde que conhecidas, enquanto que as variações patrimoniais positivas apenas o são quando se tornam efectivas, quer em termos ambientais, através da identificação de aspectos ambientais e perigos e uma

avaliação de impactes ambientais e riscos.

Na eventualidade de existirem riscos potenciais associados a actividades da APS causados por acções que possam não estar cientificamente provadas, e que podem gerar efeitos nefastos e irrecuperáveis no ambiente, por precaução, e não havendo provas dos impactes serem negativos, a actividade não tem lugar.

O Porto de Sines adopta ainda os princípios de “bom governo” das empresas do Sector Empresarial do Estado, expressos quer na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 1 de Janeiro, quer no Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto, que republicou o Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, quer no novo Estatuto do Gestor Público, que consta do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março.



3.3. Objectivos estratégicos

O Plano Estratégico do Porto de Sines, desenvolvido num horizonte temporal até 2015 e enquadrado pelas Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário apresentadas pelo Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) em Dezembro de 2006, apresenta cinco objectivos estratégicos, que contemplam 19 linhas de acção e 55 projectos de execução, conforme tabela seguinte:

OBJ 1 - CONSOLIDAÇÃO DO MODELO DE GESTÃO COMO LANDLORD PORT

LA1.01	Concessão de operações	
P1.01.01	Concessão do TGL e da GIR do Porto de Sines	●
P1.01.02	Reavaliação do desempenho do contrato com a Docapesca	●
LA1.02	Certificação do Porto	
P1.02.01	Certificação Qualidade ISO9001:2000	●
P1.02.02	Certificação Ambiente ISO14001:2004	●
P1.02.03	Certificação Segurança OHSAS18001:1999	●
P1.02.04	Certificação Segurança TI/SI ISO27001:2005	●
LA1.03	Controlo de Gestão	
P1.03.01	Implementação da Contabilidade Analítica com imputação de custos indirectos	●
P1.03.02	Implementação de DW e aproximação ao BSC	●
P1.03.03	Elaboração do Reporte Anual de informação sobre as Concessões	●
P1.03.04	Elaboração do Relatório de Sustentabilidade do porto	●
P1.03.05	Sistema de identificação e gestão de Imobilizado	●
LA1.04	Valorização do Capital Humano	
P1.04.01	Criação do Modelo de Avaliação	●
P1.04.02	Elaboração e Implementação do programa de formação na área de segurança e protecção marítima	●
P1.04.03	Implementação do Sistema de HCM em SAP	●
LA1.05	Cooperação Institucional	
P1.05.01	Convénios com Instituições de Ensino	●

OBJ 2 - INCREMENTO DA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM 102% ATÉ 2015

LA2.01	Aumentar e diversificar a movimentação do TGLS	
P2.01.01	Estudo, projecto e execução da obra de Reabilitação do Molhe Oeste e activação do Posto 1	●
P2.01.02	Estudo das medidas a adoptar para o aumento de frequência de navios	●
P2.01.03	Reengenharia de piping e reordenamento de tancagem	●
LA2.02	Aumentar e diversificar a movimentação de carga geral no TMS	
P2.02.01	Concessão de lotes de armazenagem	●
LA2.03	Afirmação do TXXI no mercado internacional de contentores	
P2.03.01	Expansão do terraplino, cais e equipamentos de movimentação (acompanhamento)	●
P2.03.02	Estudo do layout da interface terminal/ferrovia (acompanhamento)	●
P2.03.03	Estudo e execução da obra de ampliação do Molhe Leste	●
P2.03.04	Melhoramento da ligação ferroviária porto/ZILS (acompanhamento)	●
LA2.04	Aumentar a movimentação e a capacidade de armazenamento de GNL	
P2.04.01	Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines (acompanhamento)	●

OBJ 3 - AFIRMAÇÃO DO PORTO DE SINES COMO MOTOR DA ACTIVIDADE ECONÓMICA REGIONAL E NACIONAL

LA3.01	Desenvolver a Zona de Actividades Logísticas	
P3.01.01	Construção das Infra-estruturas Básicas do Polo A	●
P3.01.02	Construção do Edifício de Apoio Logístico do Polo A	●
P3.01.03	Implementar modelo de promoção da ZAL	●
P3.01.04	Participação no desenvolvimento do Polo B	●
P3.01.05	Operacionalização do arranque da ZAL de Sines	●
LA3.02	Reordenamento e sinergias porto/cidade/ZILS e hinterland	
P3.02.01	Elaboração do plano de ordenamento Porto/Zils	●
P3.02.02	Negociação e aprovação da nova área de jurisdição da APS	●
P3.02.03	Sistema de Identificação e de Informação Geográfica do porto	●
LA3.03	Desenvolver Acessibilidades ao Hinterland	
P3.03.01	Incremento das condições de segurança no IP8 na Zils (acompanhamento)	●
P3.03.02	Construção do IP 8 - Ligação Santiago/A2 (acompanhamento)	●
P3.03.03	Construção do IC33 - A2/Évora (acompanhamento)	●
P3.03.04	Construção IP8 - A2/Beja (acompanhamento)	●
P3.03.05	Construção Ferrovia Bombel/Casa Branca/Évora (acompanhamento)	●
P3.03.06	Construção Ferrovia Évora/Elvas (acompanhamento)	●
P3.03.07	Construção Ferrovia Sines/Casa Branca (acompanhamento)	●
P3.03.08	Construção da Variante de Alcácer (acompanhamento)	●
LA3.04	Afirmação do Porto de Sines como Porta Atlântica da Europa	
P3.04.01	Desenvolver modelo de promoção, com organismos da Zona Económica de Sines/Santiago do Cacém	●

OBJ 4 - DESENVOLVER INFO-ESTRUTURA PORTUÁRIA

LA4.01	Implementação de "Janela Única Portuária"	
P4.01.01	PCom - Plataforma Comum Portuária	●
LA4.02	Harmonização e Simplificação de Procedimentos	
P4.02.01	PIPe - Procedimentos e Informação Portuária electrónica	●
LA4.03	Auto-Estradas do Mar	
P4.03.01	PORTMOS - Integração do Sistema Marítimo-Portuário nas Auto-Estradas do Mar	●
LA4.04	Suporte e Helpdesk	
P4.04.01	Implementação do Centro de Suporte/Helpdesk dos processos electrónicos de despacho de navios e mercadorias	●

OBJ 5 - AUMENTAR A SEGURANÇA MARÍTIMA E PORTUÁRIA

LA5.01	Segurança marítima	
P5.01.01	VTS Costeiro (acompanhamento)	●
P5.01.02	Implementar Sistema de Integração de Comunicações	●
P5.01.03	Modernização do Centro de Controlo de Tráfego Marítimo	●
P5.01.04	Porto de abrigo	●
P5.01.05	Unidade rápida de Comando Marítimo	●
LA5.02	Segurança portuária	
P5.02.01	SSP - Sistema de Supervisão Portuária	●
P5.02.02	Cartão Único do porto	●
P5.02.03	Implementação da Directiva ISPS	●
P5.02.04	CCLS - Centro de Controlo Logístico e Segurança	●
P5.02.05	Renovação e re-equipamento dos meios de intervenção	●

Legenda: ● Concluído ● Em realização

3.4. Diálogo com as partes interessadas

Ao nível central, no âmbito da sua autoridade e competências, a APS relaciona-se regularmente com diversas entidades, nomeadamente no que se refere aos organismos dos ministérios com competências tutelares, com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e o Ministério das Finanças e Administração Pública, apresentando-se o Estado como único accionista, tendo a estrutura societária da APS uma dupla tutela, ou seja, recebe orientações estratégicas e orientações específicas do MOPTC e orientações instrumentais do MFAP na condução de elevados níveis de eficiência e eficácia.

Ao nível regional, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR) é a entidade com quem a APS mantém um relacionamento continuado decorrente da sua própria actividade, e é o or-

ganismo que simultaneamente tutela as áreas ambiental e de ordenamento regional, destacando-se a nível regional/local, o Projecto Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente no Litoral Alentejano (GISA) pioneiro em Portugal e dinamizado pela CCDR e pela Câmara Municipal de Sines (CMS) ao qual se associaram empresas e outras entidades num total de vinte e três parceiros.

Ao nível local, o parceiro de excelência é a Câmara Municipal de Sines (CMS), com quem se tem vindo a desenvolver vários projectos, por forma a garantir não só uma melhor articulação entre o porto e a cidade, como também no desenvolvimento do concelho pela consolidação das Zonas Industriais e Logísticas de Sines (ZILS) e pela revisão do Plano Director Municipal.

Ao nível da cooperação e envolvimento de

toda a comunidade portuária de Sines, foi criado o Fórum para a Simplificação de Procedimentos no Porto de Sines (FSP), dele fazendo parte para além da APS, a Associação dos Agentes de Navegação de Portugal (AGEPOR), a Câmara de Despachantes Oficiais (CDO), a Capitania do Porto de Sines, o Conselho Português de Carregadores (CPC), os Comboios de Portugal (CP), a Delegação Aduaneira de Sines, a Direcção Geral de Veterinária, o Destacamento de Controlo Costeiro da Guarda Nacional Republicana, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Serviço de Sanidade Marítima (SSM), e os operadores dos diferentes terminais, como sejam a Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A. (CLT), (Terminal de Granéis Líquidos), a Portsines, S.A. (Terminal Multipurpose de Sines), a PSA Sines, S.A. (Terminais de Contentores), a Repsol



Polímeros (Terminal Petroquímico), a REN Atlântico (Terminal de Gás Natural) e a Sociedade Portuguesa de Reboques Marítimos, S.A. (REBOPORT).

As principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas são tratadas quer no âmbito do FSP, quer através de outras medidas adoptadas pela APS, designadamente as de monitorização de informações relativas à satisfação face aos serviços prestados pelo porto, quer através de um processo documentado de questionários e de tratamento de reclamações no âmbito do SI, o que permite à APS beneficiar de uma relação aberta, transparente e eficiente com as partes interessadas, potenciadora do incremento das suas competências, bem como de informações necessárias à melhoria contínua do sistema integrado, referindo-se ainda que no âmbito do processo de reclamações, foi realizado o estudo de um ante-projecto de estatuto do provedor do cliente do transporte marítimo elaborado em Abril de 2009 pela entidade reguladora Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP, (IPTM), processo que está ainda em curso.

Relativamente a fornecedores a APS dispõe de um procedimento de Compras, elaborado para cumprimento do princípio legal da transparência, e tem vindo a adoptar uma metodologia adequada à qualificação dos seus fornecedores tendo em consideração que o desempenho destes afecta directamente os resultados das actividades desenvolvidas, metodologia essa suportada pelo Enterprise Resource Planning (ERP) *System, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung* (SAP), que permite, com objectividade, avaliar o grau de eficiência e eficácia de cada um dos fornecedores e paralelamente, sempre que tal seja adequado, optar por critérios de selecção de fornecimentos que melhor garantam os objectivos da APS, bem como uma lógica de compras ecológicas.

A APS tem vinda a implementar um procedimento de Boas Práticas, relativo à aquisição e consumo de produtos e equipamen-

tos com características susceptíveis de contribuir para a redução de impactos ambientais, procedimento que define práticas de gestão ambiental e metodologias a seguir na aquisição (concursos ou consultas), ao nível do estabelecimento do contrato e ao nível da execução do mesmo.

Já na parte relativa a concessionários e licenciados dispõe de um processo de “Gestão de Contratos de Concessão” que tem por objectivo concretizar processos de acompanhamento e monitorização das actividades dessa tipologia de empresas, o que permite aferir o cumprimento de obrigações contratuais e de níveis de serviço que o porto, de forma global, deve prestar aos seus clientes (os donos das cargas e os seus transportadores), associado a um procedimento que exige que, para cada contrato ou licença, haja um Gestor de Contrato (GC) nomeado, e um Plano da Qualidade (PQ) aprovado, sendo que numa lógica de melhoria contínua, este processo de acompanhamento das concessões e licenças tem vindo a evoluir no sentido de serem melhoradas as actividades de monitorização e fiscalização, nomeadamente nas áreas de ambiente e de segurança.

Relativamente a agentes de navegação inscritos no IPTM, os mesmos têm o exercício da sua actividade, em cada porto, condicionado pela obtenção de licença a conceder pela respectiva Autoridade Portuária, porém exercem um papel fundamental na optimização dos procedimentos inerentes à escala dos navios nos portos, já que representam o armador e/ou o operador de transporte marítimo, junto das diversas entidades e facilitam o relacionamento do navio com as mesmas.

Em suma, a Comunidade Portuária é o motor aglutinador de todos os intervenientes no negócio portuário entre os quais se incluem associações ou empresas como carregadores/recebedores, reboques, operadores portuários, agentes de navegação, *brokers*, armadores, empresas de estiva, transitários, despachantes, armazenagem/distribuição, reparação naval, outros fornecedores, transportadores rodoviários e

ferroviários e ainda entidades da administração pública, e outras autoridades, Aduaneira (DGAIEC), Fronteira (SEF), Marítima (AMN), Sanidade Marítima/Autoridade de Saúde, Veterinária e fito-sanitária (PIF).

Por outro lado e ao nível de cooperação com outras entidades, a APS continua a financiar a “Monitorização dos Ambientes Marinhos do Porto de Sines”, com o objectivo de analisar os diferentes ambientes marinhos do porto, constituindo uma base de dados da sua qualidade e avaliando a longo prazo, os impactes das actividades exercidas no porto e os decorrentes de eventuais derrames acidentais ou outros acidentes ambientais, cujas monitorizações são coordenadas cientificamente pelo Laboratório de Ciências do Mar da Universidade de Évora e têm a colaboração de outros laboratórios e institutos de investigação, estando em curso o plano para o triénio de 2009 até 2011.

Encontra-se também em vigor o Protocolo de Colaboração entre a APS e o Instituto Hidrográfico (IH), que visa o desenvolvimento de interesses comuns nos domínios da informação e conhecimento das infra-estruturas marítimas, obras e áreas portuárias sob responsabilidade da APS com recurso às potencialidades do Instituto Hidrográfico, nos domínios da topografia, hidrografia oceanografia e navegação. São realizados periodicamente levantamentos topográficos e hidrográficos, são registados parâmetros oceanográficos e meteorológicos através de equipamentos instalados na área portuária como sejam uma Bóia-ondógrafo, um marégrafo e uma estação de medição de vento, precipitação, radiação solar, visibilidade, humidade e temperatura. A partir dos registos, que podem ser consultados em tempo real, são elaborados relatórios anuais de processamento e análise da informação.

Porque a APS entende que deve adoptar uma postura de responsabilidade social na região onde se insere, e porque são exercidas actividades de risco na sua área de jurisdição, vem adoptando uma política integrada de grande preocupação ambiental e

de prevenção de riscos inerentes à sua actividade, assinou um Protocolo de Cooperação, visando a conservação da natureza e a defesa do ambiente, bem como a sua harmonização com um desenvolvimento sustentado, com a Núcleo Regional do Litoral Alentejano da QUERCUS.

Convicta do importante papel económico que desempenha na área geográfica em que se insere, a APS integra nas suas acções e decisões, de forma voluntária, princípios relacionados com preocupações quer sociais quer ambientais, referindo-se, a título de exemplo, a manutenção de um sistema regular de transporte colectivo do seu pessoal, prestado por uma empresa externa, facilitador de deslocações, numa área em que a rede de transportes não é suficiente face à organização dos tempos de trabalho, minimizando a utilização de viaturas particulares, e contribuindo assim, por um lado para a sensibilização dirigida a uma mudança de comportamentos mais cívicos e respeitadores do meio ambiente, e por outro potenciando uma mobilidade mais sustentável e um ambiente mais limpo e saudável.

Outra iniciativa de âmbito social, e reconhecendo o elevado interesse de criação na área alargada de Sines de infra-estruturas que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida, atenuando situações de pobreza e/ou exclusão social, colabora com a Santa Casa da Misericórdia de Sines, estando em vigor o Protocolo celebrado entre a APS e esta instituição, que estabelece a

cedência de fracção autónoma de um imóvel sito em Vila Nova de Santo André, para instalação do “Centro de Acolhimento para Mães Solteiras”, sem qualquer contrapartida financeira para a APS.

A entrada em vigor do novo regime jurídico de protecção social na parentalidade foi também mais uma oportunidade para a APS, já que lhe permitiu, sem ultrapassar os limites previstos na lei, contribuir para o fomento da participação dos pais na partilha de responsabilidades familiares, reforçando assim laços afectivos, num quadro de pessoal maioritariamente do género masculino.

Por outro lado, por forma a cooperar na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal e contribuir para a igualdade de oportunidades, concede aos seus trabalhadores, prestações que garantem a possibilidade dos filhos frequentarem estabelecimentos de educação e ensino com condições que permitem a mães e pais trabalhadores desenvolverem a sua actividade profissional, sem sobressaltos e com confiança, certos de que aos seus filhos são prestados cuidados de qualidade e em segurança.

No sentido da garantia da empregabilidade os trabalhadores também podem aceder individualmente a um leque de oportunidades de desenvolvimento das suas qualificações académico-profissionais, para além da formação profissional disponibilizada pela empresa.

A formação profissional é também uma forte aposta da APS, tendo em conta que potencia o investimento na aprendizagem ao longo da vida, geradora do desenvolvimento do capital humano, destacando-se, para além do investimento em formação profissional, o investimento em formação/qualificação académica dirigida a trabalhadores com níveis de escolaridade mais baixos, utilizando como instrumento o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências, no âmbito de um acordo firmado com o Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Ainda neste âmbito a APS manteve em 2009 os protocolos de estágio com a Universidade de Évora, Universidade do Algarve, Instituto Politécnico de Setúbal, Instituto Politécnico de Beja, e convénios com estas instituições e com o Instituto Piaget - Cooperativa para o Desenvolvimento Humano Integral e Ecológico, C.R.L. e Escola Náutica Infante D. Henrique, e ainda o protocolo com a Empresa de Pilotagem da Barra de Luanda (EPIBAL), o protocolo com o Ceará Marine Pilots-Empresa de Praticagem do Estado do Ceará, Lda., o protocolo com o Corredor de Desenvolvimento do Norte Nacala (CDN), o protocolo com a Escola Superior Náutica Infante D. Henrique (ENIDH), tendo apoiado ainda a Associação Prosas, Projecto Sénior de Artes e Saberes de Sines, no arranque da Universidade Sénior em Sines nas novas instalações, através da cedência de equipamentos informáticos e mobiliário de apoio, e respectiva montagem, essenciais ao desenvolvimento desta iniciativa.



ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO



4. ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO

4.1. Indicadores de desempenho económico

Aspecto: Desempenho económico

Essencial	EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos
-----------	-----	--

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

	2007	2008	2009
Resultado Líquido (euros)	3.728.597	10.687.846	5.874.074
- distribuído sobre a forma de dividendos	1.864.299	5.343.923	n.d.
- não distribuído	1.864.299	5.343.923	n.d.
Resultado Operacional (euros)	2.994.518	1.573.693	-139.935
EBITDA (euros)	15.076.571	13.726.587	13.150.809
Valor Acrescentado Bruto (euros)	27.440.876	26.232.985	25.667.939
Autonomia Financeira (%)	26,2	31,4	32,6

OUTROS INDICADORES

	2007	2008	2009
Investimento (euros)	7.670.874	3.839.984	3 144 087
Donativos (euros)	39.500	123.291	119.875
Indemnizações a Trabalhadores (euros)	6.164	1.859	0

Essencial	EC3	Cobertura das obrigações referentes do plano de benefícios definidos pela organização
-----------	-----	---

A APS atribuiu um incentivo pecuniário com recurso ao orçamento privativo, aos subscritores da Caixa Geral de Aposentações (CGA) que por sua iniciativa requereram a

aposentação até 31 de Dezembro de 2008, tendo utilizado esta prerrogativa 25% da população alvo de 40 trabalhadores, o que representou o início do processo de apo-

sentação de 10 trabalhadores no ano de 2009, tendo-se registado a saída de 9 trabalhadores até 2009-12-31.

INCENTIVO PECUNIÁRIO AOS SUBSCRITORES DA CGA

	2007	2008	2009
Montante global	NA	NA	230.290,84€

Essencial	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo
-----------	-----	--

Ao nível do apoio financeiro público, a APS recebeu em 2009 os seguintes subsídios a fundo perdido:

SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO RECEBIDOS EM 2009

DATA	PROJECTO	VALOR (Euros)
08/06/2009	Projecto Radmonitor	17.643,97
	TOTAL	17.643,97

SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO RECEBIDOS EM 2009

DATA	PROJECTOS	VALOR (Euros)
27/03/2009	Interreg III B - Programa SUDOE	
	Projecto Placa 4S	39.770,54
22/04/2009	Programa PRIME-IDEA	
	Projecto Marport	1.721,88
23/11/2009	Interreg III B - Espaço Atlântico	
	Projecto Atmos	108.539,37
30/12/2009	POAT	1.891.441,03
	Estudos e Projectos de Reconstrução do Troço Final do Molhe Oeste	22.300,00
	Prolongamento do Molhe Leste - 2ª Fase	4.950,00
	Prolongamento do Molhe Leste - 2ª Fase	17.550,00
		22.500,00
	Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines Const. Circulação Rodoviária e Acessos à ZAL	52.502,69
	PCOM - Plataforma Comum Portuaria	71.322,35
	PCOM - Plataforma Comum Portuaria	18.872,63
		90.194,98
	Infra-estrutura de Apoio Logístico da ZAL - Polo A	95.624,99
	Acessibilidades Terrestres na Zona Leste do Porto de Sines - Rodo Ferroviaria ao T. de Contentores	269.596,23
	Incremento das Condições de Segª do Porto de Sines	216.473,43
	Incremento das Condições de Segª do Porto de Sines	87.947,00
	Incremento das Condições de Segª do Porto de Sines	36.813,50
	Incremento das Condições de Segª do Porto de Sines	88.186,74
		429.420,67
	Ampliação do Molhe Leste	909.301,47
	SUB-TOTAL	2.041.472,82
22/10/2009	PIDDAC	277.606,29
	Sistemas Operacionais de Supervisão e Segurança	
	- Implementação do Centro de Suporte/Helpdesk dos Processos Elec. de Despacho de Navios e Mercadorias	
30/12/2009	PIDDAC	184.893,71
	Sistemas Operacionais de Supervisão e Segurança	
	- Evolução e Modernização de Controlo de Tráfego (VTS)	
	SUB-TOTAL	462.500,00
	TOTAL	2.503.972,82

Aspecto: Presença no mercado

Adicional	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes
-----------	------------	--

A APS, na falta de elementos de referência das empresas locais, procede internamente à comparação com o Salário Mínimo Nacional (SMN) e com o Indexante dos Apoios Sociais (IAS) e ao estudo da evolução salarial, completado com a informação constante em LA14.

EVOLUÇÃO SALARIAL

	2007	2008	2009
Evolução do SMN	403,00 €	426,00 €	450,00 €
Actualização do SMN	4,40%	5,70%	5,63%
Evolução do IAS	397,86 €	407,41 €	419,22 €
Actualização do IAS	---	2,40%	2,90%
Actualização salarial da APS	1,50%	2,10%	2,50%
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao SMN	1,92	1,86	1,91
Evolução da base de remuneração mais baixa paga pela APS relativamente ao IAS	1,95	1,94	2,05
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao SMN	11,79	11,16	14,13
Evolução da base de remuneração mais alta paga pela APS relativamente ao IAS	11,95	11,67	15,17
Salário Médio (Massa Salarial / Efectivo Médio)	38.574,55	40.669,20	42.821,34

Essencial	EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes
-----------	------------	---

A APS, relativamente a políticas e práticas aplicáveis a fornecedores, para além das já relatadas no presente relatório, no que res-

peita a fornecedores locais, em 2009, representaram 25,7% do total de aquisições de fornecimentos e serviços da APS.

DESIGNAÇÃO

	2007	2008	2009
Aquisições a fornecedores locais	n.d.	3.574.530,00€	2.439.615,87€

Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupado por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes
-----------	-----	--

A APS suporta-se em matéria de recrutamento e selecção de recursos humanos, Procedimento PD011, sendo que dos 3 diri-

gentes, um é proveniente do distrito de Setúbal, e das 10 chefias de primeira linha, 50% são oriundos do distrito onde está in-

serida a empresa ou das ex-colónias portuguesas, totalmente integrados na área alargada de Sines.

DISTRITO DE NASCIMENTO DE DIRIGENTES E CHEFIAS DE PRIMEIRA LINHA

	H	M
Setúbal	2	0
Lisboa	2	0
Portalegre	1	0
Castelo Branco	1	0
Viana do Castelo	1	0
Aveiro	1	0
Viseu	0	1
Angola	1	1
Moçambique	2	1
Total	11	3

Aspecto: Impactos económicos indirectos

Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente o benefício público através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>
-----------	-----	--

A APS destaca aqui as acções de desenvolvimento que visam dar continuidade à qualidade da Praia Vasco da Gama para os veraneantes, tendo sido executadas acções de manutenção das infra-estruturas de apoio e substituídos o corredor de segu-

rança dos banhistas e o corredor de abicagem de embarcações.

Destaque ainda para a continuidade na aposta à introdução e melhoria de meios electrónicos de suporte a toda a actividade portuária, aliçada na Janela Única Portuária, na qual to-

dos os actores, internos e externos, intervenientes na cadeia logística e portuária de movimentação de cargas enviam electronicamente todo o tipo de informação para o despacho de mercadorias e navios, com os seguintes principais indicadores:

		2007	2008	2009
Nº de Navios Entrados / Nº Despacho de Largada Electrónicos	x 100	n.d.	n.d.	98,00%
Nº de Manifestos / Nº Contramarcas Ultimadas	x 100	n.d.	n.d.	91,00%

4.2. Indicadores de desempenho ambiental

Aspecto: Energia

Essencial	EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária
-----------	-----	---

DESIGNAÇÃO	2007	2008	2009
Energia intermediária comprada e consumida de fontes não renováveis	n.d.	353.112 Gj*	359.789 Gj**
Energia primária correspondente utilizada para a produção de electricidade (Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho)	n.d.	882.779 Gj***	899.473 Gj***

* Electricidade 2.824.894 kWh

** Electricidade 2.873.314 kWh

*** Rendimento médio de 40% entre a produção/transporte de electricidade e o seu ponto de entrega ao consumidor

Adicional	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência
-----------	-----	--

DESIGNAÇÃO	2007	2008	2009
Instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kW)	n.d.	2 Gj *	1 Gj
Instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	n.d.	154 Gj	154 Gj
Instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	n.d.	20 Gj	20 Gj
Instalação de detectores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	n.d.	n.d.	28 Gj

* Valor estimado

Adicional	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas
-----------	-----	--

A APS não dispõe de um sistema de recolha de dados relativamente a este indicador, face ao tipo de serviços prestados, contudo, em determinadas áreas, os concursos e consultas lançados incluem registos e critérios ambientais definidos na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, integrando normas nacionais e internacionais e as melhores práticas, definindo-se nos respectivos cadernos de encargos, diversos requisitos ambientais, designadamente:

- Nas aquisições de papel, é considerado papel reciclado de modo a permitir a redução do consumo de pasta de papel;
- A APS dispõe, nas suas instalações, de recipientes para recolha de embalagens e

dos consumíveis de impressão já utilizados;

- São adquiridos equipamentos de cópia e impressão que cumpram os requisitos Energy Star aplicáveis ao consumo de energia;
- A recolha de consumíveis é efectuada em recipiente apropriado (dedicado);
- Os computadores devem cumprir os requisitos Energy Star aplicáveis ao consumo de energia;
- Os monitores devem cumprir os requisitos TCO'03 e Energy Star;
- Nos casos em que tal é possível, as aquisições de Licenciamento de *Software* fazem-se com a possibilidade de distribuição electrónica (*download*), o que torna des-

necessária a impressão da caixa e de manuais;

- De forma a reduzir os consumos energéticos são adquiridas lâmpadas economizadoras de energia;
- A APS tem vindo igualmente a proceder à substituição continuada da sua frota automóvel, através da aquisição de veículos com menores emissões, sendo que no final de 2009, 37% dos veículos do parque automóvel da APS possuíam emissões máximas de 120 g/Km, ultrapassando a meta de 20% definida na Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas, enquanto que entre os veículos adquiridos no ano em questão tal valor subiu para 63%.

Aspecto: Água

Essencial	EN8	Consumo total de água, por fonte
-----------	-----	----------------------------------

DESIGNAÇÃO

	2007	2008	2009
Abastecimento de água potável pela CMS	n.d.	83.187 m ³	106.667 m ³
Abastecimento de água potável pela Águas de Stº André	n.d.	8.221 m ³	8.678 m ³
Abastecimento de água industrial pela Águas de Stº André	n.d.	26.756 m ³	36.580 m ³

Aspecto: Biodiversidade

Essencial	EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zonas protegidas ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das zonas protegidas
-----------	------	---

A APS não tem dentro da sua área de jurisdição, nem adjacentes a estas, áreas protegidas, assinalando-se como áreas protegidas das mais próximas a Reserva Natural das Lagoas de Santo André e da Sancha, que distanciam cerca de dois quilómetros a norte e o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, que distancia cerca de um quilómetro a sul.

Essencial	EN12	Descrição dos impactos significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas
-----------	------	---

A APS não tem dentro da sua área de jurisdição, áreas de alto índice de biodiversidade, demonstrado pela avaliação da significância dos impactes das actividades, efectuada no âmbito do SI, através de matrizes de avaliação de significância de impactes ambientais.

Adicional	EN13	Habitats protegidos ou recuperados
-----------	------	------------------------------------

A APS procedeu entre 1997 e 2000 à 1ª fase da recuperação paisagística da Pedreira de Monte Chãos, numa extensão de 6,5 ha.

Adicional	EN14	Estratégias e programas, actuais e futuros, de gestão de impactos na biodiversidade
-----------	------	---

A APS, procede desde 1997 à análise dos diferentes ambientes marinhos do Porto de Sines e aos padrões de variação espacial e temporal, bem como a sua qualidade, pretendendo com estes estudos, desenvolvidos pela Universidade de Évora, avaliar os impactes de actividades humanas exercidas no Porto de Sines, e os decorrentes de eventuais derrames acidentais ou outros acidentes ambientais, contribuir para a gestão e controlo ambiental do porto através da sua monitorização e constituir uma base de dados da qualidade dos ambientes marinhos.

Aspecto: Emissões, efluentes e resíduos

Essencial	EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito de estufa, por peso
-----------	------	---

DESIGNAÇÃO	2007	2008	2009
Electricidade	n.d.	1.327,7 TC02e	1.352,8 TC02e

Emissões totais indirectas, calculadas a partir dos factores de conversão indicados no Despacho nº 17313/2008 de 26 de Junho

Essencial	EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito de estufa, por peso
-----------	------	---

A APS regista os seguintes consumos relativos ao trem naval, ao transporte terrestre de pessoas e bens e à utilização de equipamentos:

GASÓLEO	2007	2008	2009
L	192.148,00	163.511,00	156.731,61
GJ	7.046,64	5.961,00	5.734,57
CO ₂ (ton)	522,16	441,10	424,93

Factores de Conversão e Emissão:

Densidade gasóleo = 845 Kg/m³ (Fonte: DL nº 235/2004, de 16 de Dezembro)
 1 ton gasóleo = 43,3 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)
 1GJ gasóleo emite 74,1 kg de CO₂ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)
 Despacho nº 17313, DR nº 122 de 26 de Junho de 2008, 2ª série

GASOLINA	2007	2008	2009
L	5.797,00	5.220,00	3.264,00
GJ	186,99	172,00	105,28
CO ₂ (ton)	12,83	11,90	7,22

Factores de Conversão e Emissão:

Densidade gasóleo = 720 Kg/m³ (Fonte: DL nº 235/2004, de 16 de Dezembro)
 1 ton gasóleo = 44,8 GJ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)
 1GJ gasóleo emite 68,6 kg de CO₂ (Fonte: APA – Metodologia Nacional PRTR 2009)
 Despacho nº 17313, DR nº 122 de 26 de Junho de 2008, 2ª série

Relativamente ao transporte de pessoal efectuado por uma empresa externa, não consumos e emissões totais.
 para e do local de trabalho, o serviço é existindo dados que permitam avaliar os

Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, assim como reduções alcançadas
-----------	-------------	--

DESIGNAÇÃO

	2007	2008	2009
Poupança estimada pela instalação de micro geradores eólicos (potência total 3kWh)	n.d.	0,2 TCO2e *	0,2 TCO2e
Poupança estimada pela instalação de equipamentos reguladores de tensão na iluminação pública	n.d.	20,1 TCO2e	20,1 TCO2e
Poupança estimada pela instalação de controladores de iluminação interior nos escritórios (sensor de presença e regulador de intensidade em função da luz natural)	n.d.	2,6 TCO2e *	2,6 TCO2e
Poupança estimada por instalação de detectores de presença nos WC dos edifícios Administrativo e Técnico	n.d.	n.d.	3,6 TCO2e

* Valor corrigido

Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso
-----------	-------------	--

A APS não tem actividades que utilizem *Ozone Depleting Substances* (ODS), tendo contudo identificado casos pontuais de equipamentos com ODS, nomeadamente aparelhos de ar condicionado, os

quais prevê substituir. As emissões gasosas com origem nestes equipamentos não são contabilizadas, no entanto, a probabilidade de ocorrência da libertação de ODS é muito reduzida. As intervenções de manutenção

destes equipamentos é efectuada de acordo com a legislação em vigor, estando em curso a elaboração de Planos de Manutenção Preventiva.

Essencial	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso
-----------	-------------	---

A APS tem emissões atmosféricas pouco significativas e difusas, geradas pela queima de combustíveis fósseis na frota automóvel, no trem naval e pela utilização de equipamentos, nomeadamente, grupos

geradores de emergência que funcionam pontualmente, não procedendo à monitorização sistemática das emissões atmosféricas que têm esta origem, regista contudo a quantidade de combustível gasto e calcula

o total de emissões de gases com efeito de estufa, em toneladas equivalentes de CO2.

Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino
-----------	-------------	---

A APS não desenvolve actividades do tipo industrial pelo que apenas são produzidos efluentes de natureza doméstica e águas

pluviais, sendo as primeiras tratadas por entidade externa, no âmbito de uma concessão e as segundas, desde que livres de

contaminação, descarregadas no meio hídrico.

Essencial	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e por método de eliminação
-----------	------	---

A APS, em matéria de gestão de resíduos por si produzidos, é efectuada por entidade externa, no âmbito de uma concessão.

RESÍDUOS NÃO PERIGOSOS				RESÍDUOS PERIGOSOS			
DESTINO ⁽¹⁾	QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)			DESTINO ⁽¹⁾	QUANTIDADES ESTIMADAS (ton)		
	2007	2008	2009		2007	2008	2009
R13	52,21	91,94	32,9	D15	309,56	263,46	2,00
D15	5,57	6,46	0,001	R9	n.d.	6015,00	12,00
D1	1,85	1178,70	54,46	R13	n.d.	n.d.	0,85
D8	n.d.	12,00	n.d.	--	n.d.	n.d.	n.d.
R4	13,50	n.d.	n.d.	--	n.d.	n.d.	n.d.

⁽¹⁾ De acordo com Portaria 209/2004, de 03 de Março.

Aspecto: Produtos e serviços

Essencial	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto
-----------	------	---

A APS, em 2009 manteve a monitorização dos ambientes marinhos no porto que permite avaliar se estes sofrem alterações significativas relativamente à situação estudada inicialmente, tendo sido introduzidas alterações no processo de acompanhamento da gestão dos contratos de concessão e licenças, nas auditorias a

estas entidades, através da integração de requisitos ambientais, com o objectivo de analisar os impactes ambientais das actividades desenvolvidas, e tendo-se assegurado que na aquisição de equipamentos, por exemplo, informático fossem considerados requisitos ambientais, nomeadamente, de eficiência energética.

Foi ainda contratado um técnico responsável pelo funcionamento dos sistemas energéticos de climatização, tendo sido avaliada ao longo do ano a qualidade da água da Praia Vasco da Gama e do Porto de Recreio.

Aspecto: Conformidade

Essencial	EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e número total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais
-----------	------	--

A APS, apesar de no ano de 2009 não ter iniciado qualquer processo de contra-ordenação por incumprimento de leis ou regulamentos ambientais, tem em fase administrativa ou de impugnação judicial processos relativos a anos anteriores (2006 e

2008) e em 2009 foi paga uma coima, resultante de infracção ambiental ocorrida em 2002, no montante de 25.000,00€, acrescida de 1.221,13€ de despesas diversas, e que se relacionaram com episódios de poluição marítima motivados por ano-

malias na altura dos caixotões dos postos 4/5 relativamente ao nível do mar em condições de maré extremas, como as verificadas na altura.

Aspecto: Geral

Adicional	EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo
-----------	------	---

INVESTIMENTOS EM 2009

DESIGNAÇÃO	VALOR (Euros)
Equipamento Básico, Maquinaria e Equipamento	
Equipamento de Segurança	
- Veículo Especial de Combate a Incêndios (VECI01) (Renovação e Reequipamento)	80.798
Total	80.798

CUSTOS 2009

DESIGNAÇÃO	VALOR (Euros)
Trabalhos Especializados - Análises Ar, Água e Areia	126.870
Donativos Mecenato Ambiental - Participação Projecto GISA	36.333
Total	163.203

4.3. Indicadores de desempenho referentes a práticas laborais e trabalho condigno

Aspecto: Emprego

Essencial	LA1	Discrimine a mão-de-obra total por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região
-----------	-----	---

A APS registou um efectivo médio estável no triénio 2005/2007, tendo registado em 2008, um decréscimo explicado sobretudo pelo efeito da Concessão do Terminal de Granéis Líquidos e da Gestão Integrada de

Resíduos do Porto de Sines a partir de 2008-08-01, pessoal que integrou a empresa concessionária Companhia de Logística e Transportes Marítimos, S.A. (CLT), com contrato individual de trabalho sem

termo, e em 2009 também um decréscimo pelo principal motivo de saída de trabalhadores por aposentação, não tendo no seu efectivo nenhum trabalhador em situação de contrato a termo.

EVOLUÇÃO POR VÍNCULOS

	GÉNERO	2007	2008	2009
Contratos sem termo	H	179	156	153
	M	54	54	54
	T	233	210	207
Orgãos Sociais	H	2	2	2
	M	1	1	1
	T	3	3	3
Contratos a termo	H	2	0	0
	M	3	4	0
	T	5	4	0
Efectivo em 31-12 (*)	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210
Efectivo médio	H	182	172	157
	M	58	58	57
	T	240	230	214

(*) Em 2009 inclui 1 trabalhador requisitado na REBOPORT e 37 trabalhadores a prestar serviço na CLT

NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

	GÉNERO	2007	2008	2009
Dirigentes	H	2	2	2
	M	1	1	1
	T	3	3	3
Quadros Superiores	H	48	46	49
	M	18	21	22
	T	66	67	71
Quadros Médios	H	0	0	0
	M	0	0	0
	T	0	0	0
Quadros Intermédios	H	9	9	9
	M	0	0	0
	T	9	9	9
Profissionais Altamente Qualificados e Qualificados	H	77	65	59
	M	36	34	31
	T	113	99	90
Profissionais Semiquualificados	H	47	36	36
	M	0	0	0
	T	47	36	36
Profissionais não Qualificados	H	0	0	0
	M	3	3	1
	T	3	3	1
Praticantes / Aprendizizes	H	0	0	0
	M	0	0	0
	T	0	0	0
TOTAL	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210

Essencial	LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região
-----------	-----	--

MOVIMENTO DE PESSOAL POR GÉNERO

	GÉNERO	2007	2008	2009
EFFECTIVO INICIAL	H	182	183	158
	M	59	58	59
	T	241	241	217
Entradas	H	6	3	3
	M	4	3	1
	T	10	6	4
Saídas	H	5	28	6
	M	5	2	5
	T	10	30	11
EFFECTIVO FINAL	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210
ÍNDICE DE ROTAÇÃO	H	0,95	0,74	0,93
	M	0,85	0,94	0,85
	T	0,92	0,78	0,91

SAÍDAS POR MOTIVO

	GÉNERO	2007	2008	2009	TOTAL
Iniciativa do trabalhador	H	1	0	1	2
	M	0	0	0	1
	T	1	0	1	3
Iniciativa da empresa	H	0	23	0	23
	M	0	0	0	0
	T	0	23	0	23
Termo de contrato	H	1	1	0	3
	M	4	1	0	10
	T	5	2	0	13
Termo da comissão de serviço por nomeação	H	0	2	0	2
	M	0	1	0	1
	T	0	3	0	3
Aposentação/Reforma	H	1	1	5	9
	M	0	0	5	5
	T	1	1	10	14
Outros	H	2	1	0	5
	M	1	0	0	2
	T	3	1	0	7
TOTAL	H	5	28	6	44
	M	5	2	5	19
	T	10	30	11	63

Adicional	LA3	Benefícios assegurados aos trabalhadores a tempo inteiro que não são concedidos a trabalhadores temporários ou a tempo parcial
-----------	-----	--

A APS tem em vigor o Procedimento PD042—"Funcionamento de Benefícios Sociais" relativo a apoio no âmbito da saúde e no âmbito social.

BENEFÍCIOS SOCIAIS

DESCRIÇÃO	2007	2008	2009
Encargos com saúde (comparticipações, reembolsos dos organismos e quotizações ADSE) ⁽¹⁾	169.261,99	163.746,25	150.855,33
Encargos com aleitação ⁽¹⁾	587,16	463,26	1.423,00
Encargos com infância ⁽¹⁾	43.722,15	45.525,51	38.995,80
Encargos com estudos ⁽¹⁾	116.719,14	96.747,21	97.203,38
Encargos com transportes ⁽²⁾	123.733,37	145.135,00	146.818,00
Encargos com seguros ⁽²⁾	76.542,00	67.134,00	88.571,00

NÚMERO DE BENEFICIÁRIOS

Beneficiários	874	760	741
---------------	-----	-----	-----

⁽¹⁾ - Valores sujeitos a correcção

⁽²⁾ - Valores DFE

Aspecto: Relações entre os trabalhadores e a administração

Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de contratação colectiva
-----------	-----	--

SINDICALIZAÇÃO	GÉNERO	2007	2008	2009
Efectivos sindicalizados	H	129	103	98
	M	19	18	15
	T	148	121	113
Efectivo em 31 de Dezembro	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210
TAXA SINDICALIZAÇÃO		61,41%	55,76%	53,81%

Essencial	LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva
-----------	-----	---

A APS tem em vigor o Procedimento PD027—"Comunicação Interna", o qual define responsabilidades, competências, flu-

xos de informação e meios adoptados para gerir a comunicação na APS, integrando o processo de gestão G.PRO.005—"Comunica-

ção", sendo que mudanças operacionais significativas são tratadas em tempo com todas as partes interessadas.

Aspecto: Saúde e segurança no trabalho

Adicional	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional
-----------	-----	---

A APS, desde 2004 tem constituídas comissões paritárias de SST assegurando a representação da totalidade do efectivo, que integram 3 representantes da empresa designados pelo Conselho de Administração, e 3 representantes efectivos eleitos pelos trabalhadores assim como 3 representantes

dos trabalhadores suplentes, devidamente publicitada no Boletim do Trabalho e do Emprego.

Pela Ordem de Serviço nº CA0509.003 de 30-1, foram designados dois técnicos superiores de SST, e através do Procedimento

PD045—"Monitorização Ambiental e de Segurança", encontram-se definidas matérias correlacionadas, tendo ainda disponíveis tabelas de identificação e avaliação de riscos e tabelas de avaliação da significância dos impactes ambientais, no âmbito do SI.

COMISSÕES DE HIGIENE E SEGURANÇA

DESCRIÇÃO

	2007	2008	2009
Reuniões anuais de higiene e segurança	10	8	2
Visitas aos locais de trabalho	1	0	0

Essencial	LA7	Taxa de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região
-----------	-----	---

A APS, de acordo com a Ordem de Serviço nº CAOS08.029 de 30-12, transferiu a responsabilidade em matéria de acidentes de trabalho e doenças profissionais à Fleming Seguros, Lda., colocado à Companhia de

Seguros Generali, passando todos os trabalhadores, independentemente da modalidade de vínculo, a estar abrangidos por seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, cujos processos seguem a tra-

mitação constante do Procedimento PD044— “Acidentes de Trabalho” e da Ordem de Serviço nº 20/2003 de 31-3, registando-se neste âmbito, os seguintes dados:

ACIDENTES DE TRABALHO, NO TEMPO DE TRABALHO, COM TRABALHADORES VINCULADOS POR CONTRATO DE TRABALHO OU EQUIPARADO AO EMPREGADOR	GÉNERO	TOTAL			< A 1 DIA (SEM DAR LUGAR A BAIXA)			1 A 3 DIAS DE BAIXA			4 A 30 DIAS DE BAIXA			> 30 DIAS DE BAIXA			MORTAL		
		2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
N.º de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência do relatório	H	7	10	5	4	5	3	1	0	0	0	3	2	2	2	0	0	0	0
	M	3	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	10	10	5	5	5	3	2	0	0	1	3	2	2	2	0	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos na sequência de AT ocorridos no ano de referenciado relatório	H	290	208	15	0	0	0	2	0	0	0	41	15	288	167	0	0	0	0
	M	11	0	0	0	0	0	2	0	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	301	208	15	0	0	0	4	0	0	9	41	15	288	167	0	0	0	0
N.º de dias de trabalho perdidos no ano de ref. do relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	T	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Nota:

2007 - inclui 1 trabalhador (M) com acidente de trajeto, classificado em < a 1 dia (sem dar lugar a baixa)
 2007 - inclui 1 trabalhador (M) com acidente de trajeto, classificado em 1 a 3 dias de baixa (com lugar a 2 dias de baixa)
 2007 - inclui 1 trabalhador (M) com acidente de trajeto, classificado em 4 a 30 dias de baixa (com lugar a 9 dias de baixa)
 2008 - não houve acidentes de trajeto
 2009 - inclui 1 trabalhador (H) com acidente de trajeto, classificado em < a 1 dia (sem dar lugar a baixa)

CÁLCULO DAS TAXAS DE FREQUÊNCIA E GRAVIDADE DOS ACIDENTES DE TRABALHO	2007	2008	2009
Horas efectivamente trabalhadas (normais e suplementares) durante o ano	396.351	394.338	356.164
N.º Total de Trabalhadores	241	230	210
N.º Total de Acidentes	10	10	5
N.º Total de dias perdidos	301	208	15
Taxa de frequência Tf = (N.º de acidentes de trab. / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000	25,23	25,36	14,04
Taxa de gravidade Tg = (N.º de dias perdidos / N.º horas efectivamente trabalhadas) x 1.000.000	759,43	527,47	42,12
Taxa de incidência (Total AT) TiT = (N.º de AT Totais / N.º total de trab.) x 1.000	41,49	43,48	23,81
Taxa de incidência (AT mortais) TiM = (N.º de AT mortais / N.º total de trab.) x 1.000	0,00	0,00	0,00

Essencial	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência a trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves
-----------	-----	--

A APS, no desempenho da sua actividade não enquadra profissões com alta incidência de doenças específicas e/ou graves, não havendo trabalhadores envolvidos em actividades profissionais que tenham uma incidência elevada ou alto risco de doenças específicas, sendo tratados os seguintes indicadores:

ACÇÕES DE INFORMAÇÃO

Código	DESIGNAÇÃO - (SITUAÇÃO CONTEMPLADA)	2007		2008		2009	
		Nº ACÇÕES	Nº DESTINATÁRIOS	Nº ACÇÕES	Nº DESTINATÁRIOS	Nº ACÇÕES	Nº DESTINATÁRIOS
01	Admissão dos trabalhadores	10	10	3	3	3	3
02	Actividades que envolvem trabalhadores não pertencentes ao estabelecimento	ND	246	3	59	11	65
03	Mudança de posto de trabalho	0	0	0	0	4	4
04	Introdução ou mudança de equipamento de trabalho	0	0	0	0	0	0
05	Adopção de novas tecnologias	0	0	0	0	8	53
06	Utilização de equipamentos de protecção individual (EPI's)	0	0	0	0	0	0
99	Outras situações contempladas	0	0	1	65	0	0
Total		10	256	7	127	26	125

Nota:
2009 JUP - 6 acções e 28 destinatários (inclui 2 CLT CAP's)
Plataforma Electrónica dos Contratos Públicos - 2 acções e 25 destinatários

ACÇÕES DE CONSULTA

Código	DESIGNAÇÃO - (RAZÃO DA CONSULTA)	2007		2008		2009	
		Nº ACÇÕES	Nº DESTINATÁRIOS	Nº ACÇÕES	Nº DESTINATÁRIOS	Nº ACÇÕES	Nº DESTINATÁRIOS
01	Medidas de segurança, higiene e saúde no trabalho a aplicar	4	ND	0	0	3	149
02	Outras medidas com reflexos na promoção da seg., higiene e saúde no trabalho	10	ND	2	18	4	230
03	Programação e organização da formação	1	ND	0	0		
04	Designação de representante do empregador	ND	ND	0	0		
05	Designação de trabalhadores responsáveis pelas actividades de 1ºs socorros, combate a incêndios e evacuação de trabalhadores	0	ND	0	0		
06	Aquisição de equipamento de protecção individual (EPI's)	0	ND	0	0		
99	Outras acções de consulta	0	ND	0	0	2	100
Total		15		2		9	479

ACÇÕES DE FORMAÇÃO

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO - (TEMA DA FORMAÇÃO)	2007			2008			2009		
		N.º ACÇÕES	N.º PARTICIPANTES		N.º ACÇÕES	N.º PARTICIPANTES		N.º ACÇÕES	N.º PARTICIPANTES	
			H	M		H	M		H	M
01	Riscos químicos									
02	Riscos físicos									
03	Riscos biológicos									
04	Riscos psicossociais e organizacionais									
05	Máquinas e equipamentos de trabalho							1	1	1
06	Trabalhos com riscos especiais (exemplos: trabalhos em altura, espaços confinados, etc.)									
07	Ergonomia									
08	Equipamento de protecção colectiva									
09	Equipamentos de protecção individual									
10	Promoção da segurança	4	51	24	5	11	32	5	3	19
11	Primeiros socorros									
12	Organização de emergência	1	1	0	5	66	47	16	100	54
13	Segurança contra incêndios				3	27	0			
14	Legislação sobre segurança, higiene e saúde no trabalho							1	0	2
15	Sinalização de segurança									
16	Promoção da saúde	1	13	23				1	25	25
99	Outras acções de formação	4	21	4	10	47	7	4	5	2
Total		10	86	51	23	151	86	28	134	103



EXAMES DE ADMISSÃO, PERIÓDICOS E/OU OCASIONAIS	GÊNERO	TOTAL			< A 18 ANOS			18 E 19 ANOS			20 A 49 ANOS			50 E MAIS ANOS		
		2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Total de Exames	H	317	266	189	0	0	0	0	0	0	210	114	104	107	152	85
	M	149	130	65	0	0	0	0	0	0	76	43	31	73	87	34
	T	466	396	254	0	0	0	0	0	0	286	157	135	180	239	119
Total de exames de admissão	H	2	1	2	0	0	0	0	0	0	2	1	2	0	0	0
	M	4	2	1	0	0	0	0	0	0	4	2	1	0	0	0
	T	6	3	3	0	0	0	0	0	0	6	3	3	0	0	0
Total de exames de periódicos	H	132	77	135	0	0	0	0	0	0	91	23	77	41	54	58
	M	46	28	49	0	0	0	0	0	0	23	6	24	23	22	25
	T	178	105	184	0	0	0	0	0	0	114	29	101	64	76	83
Total de exames ocasionais	H	183	188	52	0	0	0	0	0	0	117	90	25	66	98	27
	M	99	100	15	0	0	0	0	0	0	49	35	6	50	65	9
	T	282	288	67	0	0	0	0	0	0	166	125	31	116	163	36
Mudança de posto de trabalho	H	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
	M	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Alterações no posto de trabalho	H	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	H	11	15	1	0	0	0	0	0	0	4	14	1	7	1	0
	M	5	6	0	0	0	0	0	0	0	5	6	0	0	0	0
Pós baixa por acidente de trabalho	H	9	15	0	0	0	0	0	0	0	2	14	0	7	1	0
	M	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0
Pós baixa por doença	H	2	0	1	0	0	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0
	M	2	6	0	0	0	0	0	0	0	2	6	0	0	0	0
Iniciativa do médico	H	49	42	43	0	0	0	0	0	0	28	14	18	21	28	25
	M	15	11	13	0	0	0	0	0	0	5	3	5	10	8	8
Pedido do trabalhador	H	120	131	0	0	0	0	0	0	0	82	62	0	38	69	0
	M	78	83	0	0	0	0	0	0	0	38	26	0	40	57	0
Por cessação do contrato de trabalho	H	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	M	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras razões	H	1	0	4	0	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	2
	M	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0

EXAMES COMPLEMENTARES

		ANOS					
		2007		2008		2009	
CÓDIGO		N.º TOTAL	FACTOR	N.º TOTAL	FACTOR	N.º TOTAL	FACTOR
EXAME	DESCRIÇÃO	DE EXAMES	DE RISCO	DE EXAMES	DE RISCO	DE EXAMES	DE RISCO
01	Hemograma	200	ND	132	00	172	00
02	Urina II	182	ND	132	00	172	00
03	Espirometria	0	ND	31	00	98	00
04	Rx Tórax	7	ND	7	00	5	00
05	TAC (Tomografia Axial Computurizada)	0	ND	0		0	
06	Audiograma	138	ND	105	01	173	01
07	Biomarcadores	0	ND	0		0	
08	Exame oftalmológico	0	ND	105	00	172	00
99	Outros exames complementares	350	ND	315	99	868	99

Nota: Em 2008 foi rectificado, no código 99, o valor de 64 exames para 315 exames

VACINA

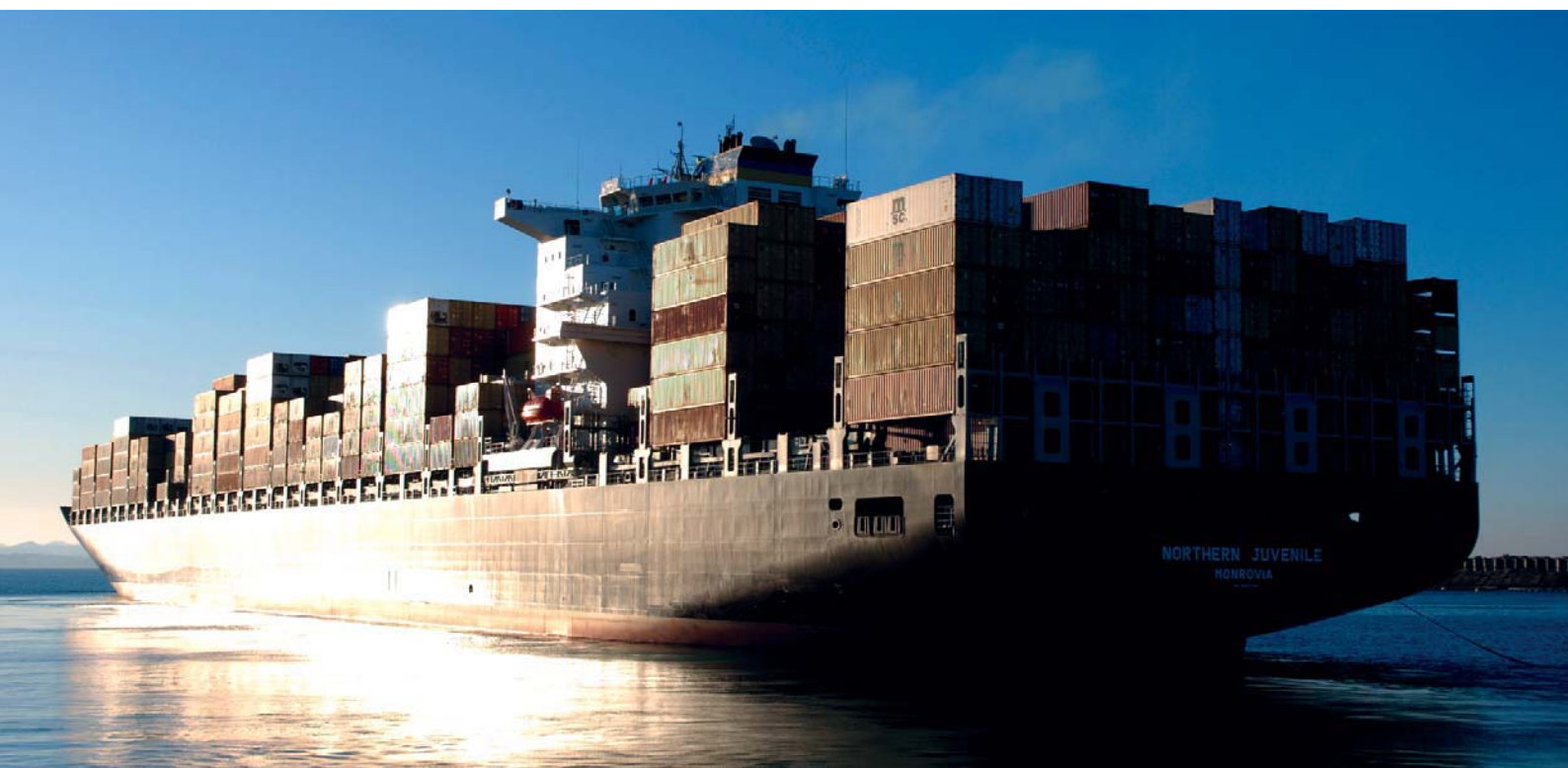
		ANOS			
		GÉNERO	2007	2008	2009
01	Tétano e Difteria	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
02	Gripe	H	44	44	62
		M	26	16	24
		T	70	60	86
03	Hepatite B	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
04	Imunizações específicas	H	0	0	0
		M	0	0	0
		T	0	0	0
99	Outras vacinas	H	0	0	2
		M	0	0	0
		T	0	0	2

ACTIVIDADES DE MEDICINA SOCIAL/ENFERMAGEM

	GÉNERO	2007	2008	2009
Total de consultas	H	ND	908	842
	M	ND	192	248
	T	1.055	1.100	1.090
Consultas a activos	H	ND	388	289
	M	ND	168	211
	T	549	556	500
Consultas a aposentados	H	ND	520	553
	M	ND	24	37
	T	506	544	590
Total de Actos de enfermagem	T	546	963	1.344

ENCARGOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

	2007	2008	2009
Na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho	ND	194.957,20	42.463,60
Na organização/modificação dos espaços de trabalho	ND	16.296,00	194.474,78
Na aquisição de bens ou equipamentos	ND	0,00	182.201,00
Na formação, informação e consulta	ND	3.072,00	2.768,30
Outros	ND	405.843,00	379.191,63
TOTAL	ND	620.168,20	801.099,31



Aspecto: Formação e educação

Essencial	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções
-----------	------	--

A APS, consciente de que as permanentes alterações da envolvente exigem a diversidade de cooperação de conhecimentos potenciadora de criatividade/ inovação, de cooperabilidade, de competitividade, de so-

ciabilidade, de produtividade e de empregabilidade, partilha com os trabalhadores as preocupações quer de formação profissional quer de formação académica, desenvolve o processo de formação profissional

de acordo com o Procedimento PD031—“Formação Profissional”, auditável nos termos dos requisitos da Norma ISO 9001, registando os seguintes dados:

ACÇÕES DE FORMAÇÃO

DESIGNAÇÃO	2007	2008	2009
N.º de Acções	101	116	138
Frequência de Participantes	527	683	612
Nº Real de Participantes	195	196	164
N.º de Horas	12.447,95	6.998,45	7.990,50
Horas/Frequência de Participantes	23,62	10,25	13,06
Horas/Participante	63,84	35,71	48,72
Horas/Efectivo Médio	51,87	30,43	37,34
Frequência de Participantes	527	683	612
Dirigentes	9	6	3
Quadros superiores	273	354	368
Profissionais altamente qualificados e qualificados	194	268	190
Profissionais semiquualificados	44	48	49
Profissionais não qualificados	7	7	2
Nº de Horas	12.447,95	6.998,45	7.990,50
Dirigentes	195,95	126,00	45,00
Quadros superiores	9.327,50	3.478,95	4.926,00
Profissionais altamente qualificados e qualificados	2.309,00	2.729,50	2.771,50
Profissionais semiquualificados	581,50	649,50	243,50
Profissionais não qualificados	34,00	14,50	4,50
Nº de horas de formação por agrupamento profissional/total de frequência de trabalhadores por agrupamento profissional			
Dirigentes	21,77	21,00	15,00
Quadros superiores	34,17	9,83	13,39
Profissionais altamente qualificados e qualificados	11,90	10,18	14,59
Profissionais semiquualificados	13,22	13,53	4,97
Profissionais não qualificados	4,86	2,07	2,25
Nº de horas por habilitação académica	12.447,95	6.998,45	7.990,50
Formação Superior	9.610,45	3.635,45	4.971,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	924,50	915,50	1.695,50
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	1.913,00	2.447,50	1.324,00

Adicional	LA11	Programas para a gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos trabalhadores e para a gestão de carreira
-----------	------	--

VOLUME TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ACADÉMICA

	2007	2008	2009
Efectivo médio	240	230	214
Volume total de horas de formação	12.447,95	6.998,45	7.990,50
Volume total de horas de formação profissional	6.461,95	5.489,45	6.999,50
Doutoramentos, Mestrados, Pós-graduações, Cursos de Nível V e IV	5.587,00	0,00	192,00
Estatuto de trabalhador estudante	n.a.	n.a.	474,00
RVCC	399,00	1.509,00	325,00
RVCC Básico	n.a.	160,00	n.a.
RVCC Básico (formação complementar)	399,00	49,00	n.a.
RVCC Secundário	n.a.	1.300,00	325,00
Nº de horas por habilitação académica	12.447,95	6.998,45	7.990,50
Formação Superior	9.610,45	3.635,45	4.971,00
Formação Secundária (=12 anos de escolaridade)	924,50	915,50	1.695,50
Formação Básica (<12 anos de escolaridade)	1.913,00	2.447,50	1.324,00
Média de horas de formação	51,87 h	30,43 h	34,04 h
Total de custos directos com formação	68.393,38 €	44.380,32 €	74.492,79 €

Adicional	LA12	Percentagem de trabalhadores que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento de carreira
-----------	------	--

A APS tem implementado um sistema de avaliação do desempenho que consta do Procedimento PD035—"Avaliação do Desempenho dos Recursos Humanos", o qual abrange dois subsistemas, o Subsistema de

Avaliação do Desempenho das Unidades através de um Quadro de Avaliação e Responsabilização das Unidades (QUARU) e de Chefias de 1ª Linha, e o Subsistema de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores,

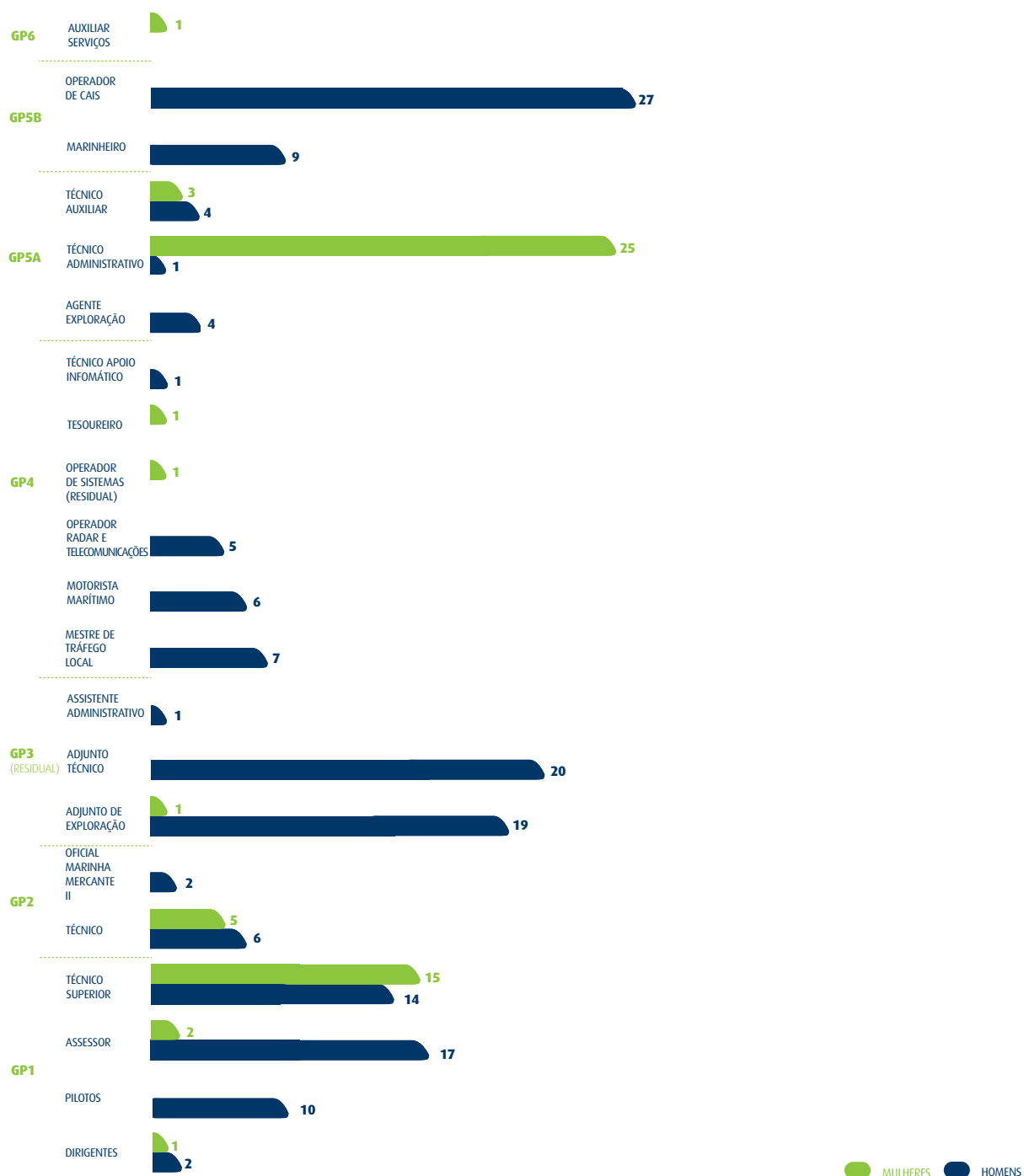
envolvendo a totalidade dos trabalhadores.

A avaliação das Unidades através dos QUARU, é feita com base em objectivos de eficácia, de eficiência e de qualidade.

Aspecto: Diversidade e igualdade de oportunidades

Essencial	LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade
-----------	------	---

EFFECTIVOS POR GRUPO PROFISSIONAL E POR GÉNERO 2009



O efectivo do género feminino representa menos de 30% do total do efectivo, ou seja, dos 210 trabalhadores, apenas 55 são do género feminino, enquanto que 155 são do género masculino, pelo que o índice de feminização no ano de 2009 foi de 26,19%.

			2007	2008	2009
Taxa de Feminização	Efectivos do Género Feminino Efectivo em 31 de Dezembro	x 100	24,07	27,19	26,19

No que se refere a cargos de direcção e chefia, verifica-se que apenas 10% destes são ocupados por mulheres, ou seja, de um total de 50 chefias, apenas 5 são ocupadas pelo género feminino.

			2007	2008	2009
Taxa de Tecnicidade I	Assessor+Tec. Superior+ Pilotos Assist. Administrativo+Tesoureiro+Téc. Administrativo+Téc. Auxiliar	x 100	123,91	136,59	165,71
Taxa de Tecnicidade II	Assessor+Tec. Superior+Téc.+Of. Marinha Merc. II + Adj. Explor.+Adj. Téc.+ Pilotos Efectivo em 31 de Dezembro	x 100	44,40	49,77	52,86
Taxa de enquadramento	Chefias Efectivo em 31 de Dezembro	x 100	21,58	23,50	23,81
Taxa de enquadramento feminino	Chefias do Género Feminino Efectivo Chefia 31 de Dezembro	x 100	11,54	11,76	10,00

Em relação à estrutura etária das mulheres, verifica-se que 9% têm idades inferior a 30 anos, 49% têm idade compreendida entre os 30 e os 50 anos, e 42% têm idade superior a 50 anos. Relativamente aos homens, 1% têm idade inferior a 30 anos, 58% têm idade compreendida entre os 30 e os 50 anos, e 41% têm idade superior a 50 anos.

ESTRUTURA ETÁRIA

	2007			2008			2009			
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	Percentagem
18-24	1	0	1	0	1	1	1	1	2	0,95%
25-29	12	5	17	3	4	7	1	4	5	2,38%
30-34	31	6	37	20	6	26	17	6	23	10,95%
35-39	26	5	31	18	5	23	20	5	25	11,90%
40-44	16	5	21	19	3	22	22	3	25	11,90%
45-49	44	14	58	31	13	44	20	8	28	13,33%
50-54	34	15	49	41	19	60	48	22	70	33,33%
55-59	16	5	21	21	5	26	19	5	24	11,43%
60-64	2	3	5	4	3	7	6	0	6	2,86%
65 e mais	1	0	1	1	0	1	1	1	2	0,95%
TOTAL	183	58	241	158	59	217	155	55	210	100,00%

ESTRUTURA ETÁRIA

IDADES	GÉNERO	2007	2008	2009
<30	H	13	3	2
	M	5	5	5
	T	18	8	7
30-50	H	122	103	90
	M	37	31	27
	T	159	134	117
>50	H	48	52	63
	M	16	23	23
	T	64	75	86
TOTAL	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210

		2007	2008	2009
Nível etário médio	Total das idades dos efectivos em 31 de Dezembro			
	Efectivos em 31 de Dezembro	43,72	45,98	46,29
Média de idade mulheres	Total das idades dos efectivos mulheres em 31 de Dezembro			
	Efectivos em 31 de Dezembro (mulheres)	45,24	45,83	45,45
Média de idade homens	Total das idades dos efectivos homens em 31 de Dezembro			
	Efectivos em 31 de Dezembro (homens)	43,23	46,04	46,59

De uma forma geral, está implementada na APS uma cultura de flexibilidade de organização dos tempos de trabalho, que abrangeu em 2009, 75% dos activos, potenciada pela possibilidade de compensação de tempos de trabalho, ou seja, não havendo inconveniente para o serviço e com o acordo do trabalhador, as horas de trabalho suplementar podem ser compensadas com folgas ou deduções no período normal de trabalho, sendo que as horas prestadas entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte, são majoradas em 50%, e pela possibilidade

de através das tecnologias de informação e comunicação, poderem as funções ser exercidas remotamente.

No que respeita a modalidades de horário de trabalho, a percentagem de mulheres em regime de isenção de horário de trabalho está a aumentar, sendo que no ano de 2009 24% das mulheres trabalhava neste regime, isto é, 13 mulheres, enquanto que 145 homens estavam indexados a este tipo de horário representando 94% do total do efectivo, incluindo-se aqui

o trabalho por turnos permanente total.

O Regulamento RI11 - "Regulamento interno de registo de presenças" prevê ainda no seu artigo 11º horários de trabalho específicos, ou seja, a possibilidade do Conselho de Administração de, sempre que circunstâncias relevantes o justifiquem, estabelecer formas particulares de organização do trabalho, naturalmente mais conciliadoras de necessidades específicas.

MODALIDADE DE HORÁRIO

MODALIDADE DE HORÁRIO	GÊNERO	2007	2008	2009
Horário Flexível Pilotos	H	10	10	10
	M	0	0	0
	T	10	10	10
Horário Regular	H	11	9	10
	M	45	47	42
	T	56	56	52
Horário Turnos Permanente Total	H	96	78	78
	M	1	1	1
	T	97	79	79
Isenção de Horário Regular	H	66	61	57
	M	12	11	12
	T	78	72	69
TOTAL	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210

Relativamente à antiguidade na empresa, 53,33% da população apresenta uma antiguidade igual ou superior a 15 anos, sendo que 33,81% tem mais de 25 anos.

Acresce ainda que 80% das mulheres tem antiguidade superior a 10 anos, enquanto que 74% dos homens apresenta este nível de antiguidade, e cerca de 55% das mulhe-

res têm mais de 25 anos de antiguidade enquanto que 75% dos homens se encontra neste escalão.

ESTRUTURA DAS ANTIGUIDADES

	GÊNERO	2007	2008	2009
Até 4 anos	H	22	6	7
	M	6	6	7
	T	28	12	14
5-9	H	66	42	32
	M	9	6	4
	T	75	48	36
10-14	H	12	28	36
	M	6	10	12
	T	18	38	48
15-19	H	39	38	22
	M	1	1	1
	T	40	39	23
20-24	H	5	2	17
	M	4	2	1
	T	9	4	18
Mais de 25 anos	H	39	42	41
	M	32	34	30
	T	71	76	71
TOTAL	H	183	158	155
	M	58	59	55
	T	241	217	210
NÍVEL MÉDIO DE ANTIGUIDADE		14,70	16,65	17,24

Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções
-----------	------	--

A APS e todas as administrações portuárias têm uma tabela salarial única, sem distinção por via do género, procedendo ao tratamento do leque salarial e do leque salarial interpretativo, cuja evolução é a seguinte:

		2007	2008	2009
Leque salarial líquido	Maior vencimento base líquido	4,59	4,52	5,40
	Menor vencimento base líquido			
		2007	2008	2009
Leque salarial interpretativo	Maior vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais elevados)	2,99	2,81	2,81
	Menor vencimento base líquido (depois de retirar os 5% mais baixos)			



4.4. Indicadores de desempenho referentes a direitos humanos

Aspecto: Liberdade de associação e acordo de negociação colectiva

Essencial	HR5	Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício de liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação
-----------	-----	--

A APS, e conforme referido no indicador LA4, respeita o livre exercício da liberdade de associação, referindo-se que do total de

54% de efectivos sindicalizados, que corresponde a 113 dos 210 trabalhadores, apenas 15 são mulheres, enquanto que 98

são homens, ou seja, 27% dos sindicalizados são mulheres e 63% dos sindicalizados são homens.

Aspecto: Práticas de segurança

Adicional	HR8	Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações
-----------	-----	--

A APS garante o serviço de vigilância das instalações e património através de prestação de serviços, ao qual estão indexados

um total de 16 elementos, 3 mulheres e 13 homens, sendo que para o exercício das funções todos são titulares de cartão profis-

sional emitido pelo Ministério da Administração Interna.



4.5. Indicadores de desempenho social referentes à sociedade

Aspecto: Comunidade

Essencial	S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação durante a operação e no momento da retirada
-----------	-----	--

A APS manteve-se em vigor o Protocolo de Colaboração e Prestação de Serviços com a Fundação Luís de Molina que abrange as actividades a desenvolver no âmbito do projecto “Plano Geral de Exames Químicos e Mi-

crobiológicos do Porto de Sines – 2009”, relativamente às zonas balneares, e o Protocolo de Colaboração e Prestação de Serviços de Monitorização dos Ambientes Marinhos, designado MAPSI 2009/2011, e os já referidos

no presente relatório, Projecto GISA e Protocolo de Cooperação com a QUERCUS, assinado em 2009-07-29.

Aspecto: Corrupção

Essencial	S02	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção
-----------	-----	---

A APS em consonância com o Código de Ética e de Conduta da APS, S.A., preparou o “Plano de prevenção de riscos de corrupção

e infracções conexas”, onde são reconhecidas e analisadas as áreas de risco de corrupção e infracções conexas na actividade

da administração portuária e as correspondentes medidas de prevenção, procedendo-se à análise do seguinte indicador.

ÍNDICE

Índice de análise de risco de corrupção

$$\frac{n.º \text{ unidade analisadas}}{n.º \text{ unidades APS}} \times 100$$

2007	2008	2009
n.d.	n.d.	100%

Essencial	S03	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anticorrupção da organização
-----------	-----	---

A APS não registou em 2009 acções de formação em políticas e práticas de anticorrupção, contudo, está previsto realizarem-se, du-

rante o ano de 2010, acções de informação/sensibilização internas, dirigidas a todos os trabalhadores no âmbito do Plano de Pre-

venção de Riscos e de Corrupção e do Código de Ética e de Conduta.

Essencial	S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção
-----------	------------	--

A APS não registou incidentes relacionados com a corrupção, no entanto elaborou um plano em que foram evidenciadas as medidas de prevenção de riscos de corrupção já referido no presente Relatório.

Aspecto: Políticas públicas

Essencial	S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão
-----------	------------	--

A APS aprovou em 2009 o Código de Ética e de Conduta, formalizado no Regulamento RI019, com base na Norma NP 4460, o qual constitui um documento onde se inscrevem os valores que pautam a sua actuação, bem como os princípios gerais de actuação e as respectivas normas de conduta, tendo-se do mesmo dado conhecimento à estrutura representativa dos trabalhadores e efectuado depósito na Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT). Refere-se ainda que a APS tem tomado posição, a nível institucional, na definição de políticas públicas mas não integra grupos de pressão organizados.



4.6. Indicadores de desempenho referentes à responsabilidade pelo produto

Aspecto: Saúde e segurança do cliente

Essencial	PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos
-----------	------------	--

A APS tem implementada uma metodologia para a identificação dos aspectos ambientais e perigos que têm ou possam ter efeitos significativos no ambiente e na segurança e saúde e a avaliação dos respectivos impactes ambientais e riscos, resul-

tantes da sua actividade enquanto Autoridade Portuária e que esta possa influenciar e sobre as quais tem controlo, baseada nas normas ISO 14001 e OHSAS 18001.

São efectuadas auditorias periódicas ao SI

tendo por base os referenciais normativos ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001, assim como a política da qualidade, ambiente e segurança e os seus processos, com os seguintes índices de conformidade com os procedimentos aplicáveis.

ÍNDICE

	2007	2008	2009
Índice de aplicação da qualidade	93,55%	89,20%	89,61%
Índice de aplicação de segurança	n.d.	86,19%	88,40%
Índice de aplicação de ambiente	n.d.	87,75%	87,23%

Nota: A integração dos sistemas de ambiente e segurança ocorreu apenas em Maio de 2008.

Estes índices destinam-se a avaliar o grau de aplicação prática da documentação relevante, sendo que as questões constantes

das listas de verificação permitem uma constante reformulação entre o desenvolvimento da actividade e a sua descrição do-

cumental, de modo a facilitar a melhoria contínua dos aspectos da qualidade, ambiente e segurança.

Adicional	PR2	Refira o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado
-----------	------------	--

A APS não registou reclamações relativas a incidentes resultantes da não-conformidade

com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segu-

rança, dos serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado.

Adicional	PR5	Procedimentos relacionados com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente
-----------	------------	---

A APS dispõe do Processo M.PRO016—"Registo de Processo de Reclamações", no âmbito do SI, que descreve as responsabilida-

des e metodologia para a recepção e tratamento das reclamações de clientes e partes interessadas, sendo monitorizado pela

entidade reguladora, Instituto Portuário dos Transportes Marítimos (IPTM), controlando a APS os seguintes indicadores:

RECLAMAÇÕES DE CLIENTES E PARTES INTERESSADAS

		2007	2008	2009
Índice de resposta às reclamações	$IRR = \frac{RR}{RT} \times 100$			
	RR – Nº Reclamações resolvidas no ano			
	RT – Nº Reclamações apresentadas	98%	50%	100%
Índice de resposta no prazo estabelecido	$IRRP = \frac{RRP}{RR} \times 100$			
	RRP – Nº total de reclamações respondidas dentro do prazo			
	RR – Nº Reclamações resolvidas no ano	57%	70%	80%

RR – número de reclamações respondidas, RT – número de reclamações apresentadas à APS, RRP – número de reclamações respondidas no prazo.

O Processo M.PRO013—"Processo de Avaliação da Satisfação", descreve as responsabilidades e actividades a desenvolver,

correspondentes à avaliação do grau de satisfação dos clientes, com os seguintes indicadores:

SATISFAÇÃO DE CLIENTES

		2007	2008	2009
Cliente – navio		88,22%	88,93%	89,86%
Concessionários, licenciados e agentes de navegação		93,43%	99,41%	84,86%
Porto de recreio - permanentes		n.d.	64,14%	n.d.
Porto de recreio - temporários		n.d.	87,29%	n.d.
	$IS = \frac{\sum p_i \otimes V_i}{3 \otimes (\sum p_i) \otimes n.º \text{ questões}}$			
	IS – Índice de satisfação			
	Pi – ponderação			
	Vi – valorização			

A APS dispõe ainda do Processo M.PRO006—"Avaliação dos fornecedores",

que garante a contratação de fornecedores adequados aos objectivos e requisitos da

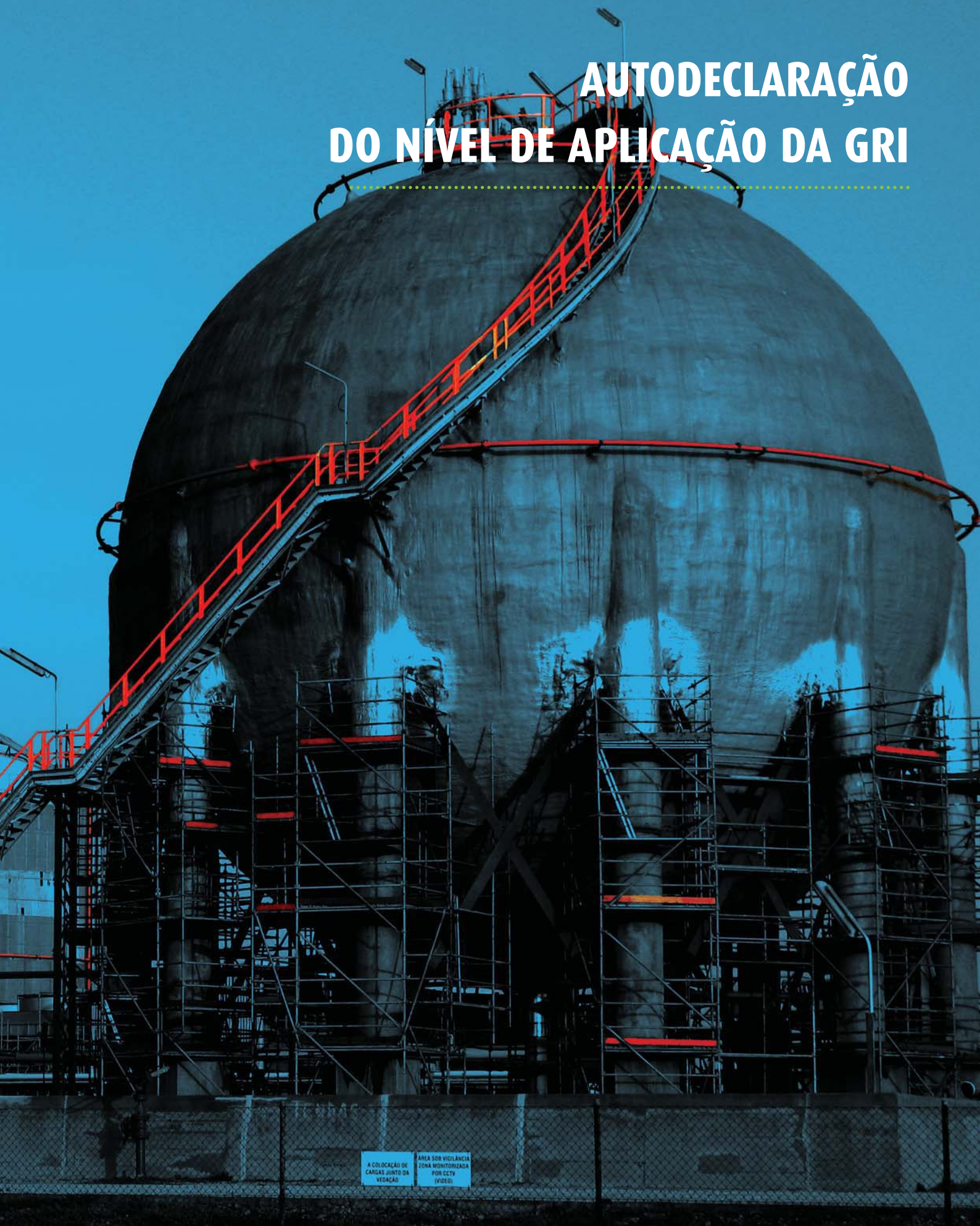
APS, pelo que a evolução do índice de qualificação de fornecedores é a seguinte:

QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES

		2007	2008	2009
Índice de qualificação dos fornecedores	$IQ = \frac{Nº \text{ fornecedores qualificados}}{Nº \text{ total fornecedores}}$	100%	100%	100%



AUTODECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO DA GRI




A COLOCAÇÃO DE
CARGAS JUNTO DA
VEDAÇÃO

ÁREA SOB VIGILÂNCIA
ZONA MONITORIZADA
POR CCTV
(VÍDEO)

5. AUTODECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO DO GRI

O Relatório de Sustentabilidade da APS foi elaborado de acordo com as directrizes da Global Reporting Initiative, G3, auto-declarando-se o cumprimento do nível A de aplicação das directrizes GRI, relativamente ao perfil e indicadores de desempenho.

		2002 "de acordo com"	C	C+	B	B+	A	A+
Obrigatório	Auto declarado						✓	
Opcional	Examinado por terceiros			Com Verificação Externa		Com Verificação Externa		Com Verificação Externa
	Examinado pela GRI							





SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI



6. SUMÁRIO DO CONTEÚDO DA GRI

TIPO	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
	1	ESTRATÉGIA E ANÁLISE	
	1.1	Declaração da pessoa com maior poder de decisão na organização sobre a relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia	3
	1.2	Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades	12 a 15
	2	PERFIL ORGANIZACIONAL	
	2.1	Denominação organização relatora	8
	2.2	Principais marcas, produtos e/ou serviços	19 a 20
	2.3	Estrutura operacional da organização e principais divisões, operadoras, subsidiárias e <i>joint ventures</i>	21 a 22
	2.4	Localização da sede social da organização	8
	2.5	Número de países em que a organização opera, assim como os nomes dos países onde se encontram as principais operações ou que têm uma relevância específica para as questões da sustentabilidade abrangidas pelo relatório	23 a 29
	2.6	Tipo e natureza jurídica da propriedade	30
	2.7	Mercados abrangidos (incluindo uma análise geográfica discriminativa, os sectores abrangidos e os tipos de clientes/beneficiários)	23 a 25
	2.8	Dimensão da organização relatora	13 a 18
	2.9	Principais alterações que tenham ocorrido, durante o período abrangido pelo relatório, referentes à dimensão, à estrutura organizacional ou à estrutura accionista	30 a 31
	2.10	Prémios recebidos durante o período abrangido pelo relatório	31
	3	PARÂMETROS PARA O RELATÓRIO	
	3.1	Período abrangido para as informações apresentadas no relatório	8
	3.2	Data do último relatório publicado (se aplicável)	8
	3.3	Ciclo de publicação de relatórios	8
	3.4	Contacto para perguntas referentes ao relatório ou seu conteúdo	8
	3.5	Processo para a definição do conteúdo do relatório	8
	3.6	Limite do relatório (por ex., países, divisões, subsidiárias, instalações arrendadas, <i>joint ventures</i> , fornecedores)	8
	3.7	Refira quaisquer limitações específicas relativas ao âmbito e ao limite do relatório	8
	3.8	Base para a elaboração do relatório, no que se refere a <i>joint ventures</i> , subsidiárias, instalações arrendadas, operações atribuídas a serviços externos e outras entidades, passíveis de afectar significativamente a comparação entre diferentes períodos e/ou organizações	21 a 22
	3.9	Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas subjacentes às estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e de outras informações contidas no relatório	8
	3.10	Explicação do efeito de quaisquer reformulações de informações existentes em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (por ex., fusões/aquisições, mudança do período ou ano base, na natureza do negócio, métodos de medição)	8
	3.11	Alterações significativas, em relação a relatórios anteriores, no âmbito, limite ou métodos de medição aplicados	8
	3.12	Sumário do conteúdo da GRI	80 a 89
	3.13	Política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia e fiabilidade para o relatório	76

4	GOVERNAÇÃO, COMPROMISSOS E ENVOLVIMENTO	
4.1	Estrutura de governação da organização, incluindo comissões subordinadas ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado e com responsabilidade por tarefas específicas, tais como a definição da estratégia ou a supervisão da organização	34
4.2	Indique se o presidente do órgão de governação hierarquicamente mais elevado é, simultaneamente, um director executivo (e, nesse caso, quais as suas funções no âmbito da gestão da organização e as razões para esta composição)	34
4.3	Indique, no caso de organizações com uma estrutura de administração unitária, o número de membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado que são independentes e/ou os membros não-executivos	34
4.4	Mecanismos que permitam a accionistas e trabalhadores transmitir recomendações ou orientações ao órgão de governação hierarquicamente mais elevado	34
4.5	Relação entre remuneração dos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, dos directores de topo e dos executivos (incluindo acordos de tomada de decisão) e o desempenho da organização (incluindo o desempenho social e ambiental)	34
4.6	Processos ao dispor do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para evitar a ocorrência de conflitos de interesse	34
4.7	Processo para a determinação das qualificações e competências exigidas aos membros do órgão de governação hierarquicamente mais elevado para definir a estratégia da organização relativamente às questões ligadas ao desempenho económico, ambiental e social	34
4.8	O desenvolvimento interno de declarações de princípios ou de missão, códigos de conduta e princípios considerados relevantes para o desempenho económico, ambiental e social, assim como a fase de implementação	34 a 36
4.9	Processos do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, para supervisionar a forma como a organização efectua a identificação e a gestão do desempenho económico, ambiental e social, a identificação e a gestão de riscos e oportunidades relevantes, bem como a adesão ou conformidade com as normas internacionalmente aceites, códigos de conduta e princípios	34
4.10	Processos para avaliação do desempenho do órgão de governação hierarquicamente mais elevado, especialmente em relação ao desempenho económico, ambiental e social	34
4.11	Explicação sobre se o princípio da precaução é abordado pela organização e de que forma	35
4.12	Cartas, princípios ou outras iniciativas, desenvolvidas externamente, de carácter económico, ambiental e social que a organização subscreve ou defende	30 a 31
4.13	Participação significativa em associações (tais como associações industriais) e/ou organizações de defesa nacionais/internacionais, em que a organização detém posições nos órgãos de governação, participa em projectos e comissões, contribui com financiamentos substanciais, que ultrapassam as obrigações normais dos participantes, encara a participação como estratégica	21
4.14	Relação dos grupos que constituem as partes interessadas envolvidas pela organização	37 a 39
4.15	Base para a identificação e selecção das partes interessadas a serem envolvidas	37 a 39
4.16	Abordagens utilizadas para envolver as partes interessadas, incluindo a frequência do envolvimento, por tipo e por grupos, das partes interessadas	37 a 39
4.17	Principais questões e preocupações identificadas através do envolvimento das partes interessadas e as medidas adoptadas pela organização no tratamento das mesmas, nomeadamente através dos relatórios	37 a 39
5	ABORDAGEM DE GESTÃO E INDICADORES DE DESEMPENHO	
5.1	Indicadores de Desempenho Económico	
	Abordagem de Gestão e Desempenho	13 a 15, 42 a 45

ASPECTO - DESEMPENHO ECONÓMICO			
Essencial	EC1	Valor económico directo gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, indemnizações a trabalhadores, donativos e outros investimentos na comunidade, lucros não distribuídos e pagamentos a investidores e governos	42
Essencial	EC2	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as actividades da organização, devido às alterações climáticas <i>A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita prospectivamente determinar eventuais impactos de alterações climáticas, contudo a longo prazo pretende implementar sistemas de monitorização de apoio à estratégia capazes de tratar este tipo de variáveis.</i>	n.d.
Essencial	EC3	Cobertura das obrigações referentes ao plano de benefícios definidos pela organização	42
Essencial	EC4	Apoio financeiro significativo recebido do governo	43
ASPECTO - PRESENÇA NO MERCADO			
Adicional	EC5	Rácio entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, nas unidades operacionais importantes	44
Essencial	EC6	Políticas, práticas e proporção de custos com fornecedores locais, em unidades operacionais importantes	44
Essencial	EC7	Procedimentos para contratação local e proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local, nas unidades operacionais mais importantes	45
ASPECTO - IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS			
Essencial	EC8	Desenvolvimento e impacto dos investimentos em infra-estruturas e serviços que visam essencialmente benefício público, através de envolvimento comercial, em géneros ou <i>pro bono</i>	45
Adicional	EC9	Descrição e análise dos impactos económicos indirectos mais significativos, incluindo a sua extensão <i>A APS em 2009 não registou impactos significativos que possam ser apontados neste indicador.</i>	82
	5.2	Indicadores de Desempenho Ambiental	
		Abordagem de Gestão e Desempenho	30 a 31, 35, 46 a 52
ASPECTO - MATERIAIS			
Essencial	EN1	Materiais utilizados, por peso ou por volume <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não se relaciona com a sua actividade principal de fornecimento de serviços.</i>	82
Essencial	EN2	Percentagem de materiais utilizados que são provenientes de reciclagem <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não se relaciona com a sua actividade principal de fornecimento de serviços.</i>	82

ASPECTO - ENERGIA

Essencial	EN3	Consumo directo de energia, discriminado por fonte de energia primária <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não converte energia primária noutras formas de energia. A única energia primária adquirida pela APS foi a reportada no EN17 e EN29, relativas a combustíveis para meios de transporte.</i>	48, 83
Essencial	EN4	Consumo indirecto de energia, discriminado por fonte primária	46
Adicional	EN5	Total de poupança de energia devido a melhorias na conservação e na eficiência	46
Adicional	EN6	Iniciativas para fornecer produtos e serviços baseados na eficiência energética ou nas energias renováveis, e reduções no consumo de energia em resultado dessas iniciativas	46
Adicional	EN7	Iniciativas para reduzir o consumo indirecto de energia e reduções alcançadas <i>A APS não dispõe nesta oportunidade de um sistema de recolha de dados que permita identificar reduções no consumo indirecto de energia nem reduções alcançadas.</i>	n.d.

ASPECTO - ÁGUA

Essencial	EN8	Consumo total de água por fonte	47
Adicional	EN9	Recursos hídricos significativamente afectados pelo consumo de água <i>A APS, para a realização das suas actividades não explora nenhum poço ou furo, sendo todos os seus consumos provenientes de entidades abastecedoras, a Câmara Municipal de Sines e as Águas de Santo André.</i>	83
Adicional	EN10	Percentagem e volume total de água reciclada e reutilizada <i>A APS não tem instalações para a reciclagem ou reutilização das águas residuais e das pluviais.</i>	83

ASPECTO - BIODIVERSIDADE

Essencial	EN11	Localização e área dos terrenos pertencentes, arrendados ou administrados pela organização, no interior de zona protegidas, ou a elas adjacentes, e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	47
Essencial	EN12	Descrição dos impactos significativos de actividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade das áreas protegidas e sobre as áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas	47
Adicional	EN13	Habitats protegidos ou recuperados	47
Adicional	EN14	Estratégias e programas actuais futuros, de gestão de impactos na biodiversidade	47
Adicional	EN15	Número de espécies, na Lista Vermelha da IUCN e na lista nacional de conservação das espécies, com habitats em áreas afectadas por operações, discriminadas por nível de risco de extinção <i>A APS, não tem na sua área de jurisdição habitats de espécies ameaçadas ou em risco de extinção.</i>	83

ASPECTO - EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS			
Essencial	EN16	Emissões totais directas e indirectas de gases com efeito estufa, por peso	48
Essencial	EN17	Outras emissões indirectas relevantes de gases com efeito estufa, por peso	48
Adicional	EN18	Iniciativas para reduzir as emissões de gases com efeito estufa, assim como reduções alcançadas	49
Essencial	EN19	Emissão de substâncias destruidoras da camada de ozono, por peso	49
Essencial	EN20	NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e por peso	49
Essencial	EN21	Descarga total de água, por qualidade e destino	49
Essencial	EN22	Quantidade total de resíduos, por tipo e método de eliminação	50
Essencial	EN23	Número e volume total de derrames significativos <i>A APS não registou em 2009 a ocorrência de derrames com origem nas suas actividades.</i>	84
Adicional	EN24	Peso dos resíduos transportados, importados, exportados ou tratados, considerados perigosos nos termos da Convenção de Basileia — Anexo I, II, III e VIII, e percentagem de resíduos transportados por navio, a nível internacional <i>A APS, no desenvolvimento da sua actividade não produz resíduos que necessitem de ser geridos nos termos da Convenção de Basileia.</i>	84
Adicional	EN25	Identidade, dimensão, estatuto de protecção valor para a biodiversidade dos recursos hídricos e respectivos habitats, afectados de forma significativa pelas descargas de água e escoamento superficial <i>A APS não tem registos de recursos hídricos e habitats afectados de forma significativa pelas descargas de águas ou escoamento superficial.</i>	84
ASPECTO - PRODUTOS E SERVIÇOS			
Essencial	EN26	Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e grau de redução do impacto	50
Essencial	EN27	Percentagem recuperada de produtos vendidos e respectivas embalagens, por categoria <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não se relaciona com a sua actividade principal de fornecimento de serviços.</i>	84
ASPECTO - CONFORMIDADE			
Essencial	EN28	Montantes envolvidos no pagamento de coimas significativas e o numero total de sanções não-monetárias por incumprimento das leis e regulamentos ambientais	51
ASPECTO - TRANSPORTE			
Adicional	EN29	Impactos ambientais significativos, resultantes do transporte de produtos e outros bens ou matérias-primas utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores <i>A APS responde ao presente indicador conforme relatado em EN17.</i>	48

ASPECTO - GERAL			
Adicional	EN30	Total de custos e investimentos com a protecção ambiental, por tipo	51
	5.3	Indicadores de Desempenho referentes a Práticas Laborais e Trabalho Condigno	
		Abordagem de Gestão e Desempenho	34, 38 a 39, 52 a 68
ASPECTO - EMPREGO			
Essencial	LA1	Discrimine a mão-de-obra total, por tipo de emprego, por contrato de trabalho e por região	52
Essencial	LA2	Número total de trabalhadores e respectiva taxa de rotatividade, por faixa etária, género e região	53
Adicional	LA3	Benefícios assegurados aos trabalhadores a tempo inteiro que não são concedidos a trabalhadores temporários ou a tempo parcial	54
ASPECTO - RELAÇÕES ENTRE OS TRABALHADORES E A ADMINISTRAÇÃO			
Essencial	LA4	Percentagem de trabalhadores abrangidos por acordos e contratação colectiva	54
Essencial	LA5	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento é mencionado nos acordos de contratação colectiva	55
ASPECTO - SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO			
Adicional	LA6	Percentagem da totalidade da mão-de-obra representada em comissões formais de segurança e saúde, que ajudam no acompanhamento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional	55
Essencial	LA7	Taxas de lesões, doenças profissionais, dias perdidos, absentismo e óbitos relacionados com o trabalho, por região	56
Essencial	LA8	Programas em curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controlo de risco, em curso, para garantir assistência aos trabalhadores, às suas famílias ou aos membros da comunidade afectados por doenças graves	57 a 61
Adicional	LA9	Tópicos relativos a saúde e segurança abrangidos por acordos formais com sindicatos <i>A APS responde ao presente indicador conforme relatado em LA6, na parte relativa a Comissão de SST e respectivo Regulamento.</i>	55
ASPECTO - FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO			
Essencial	LA10	Média de horas de formação, por ano, por trabalhador, discriminadas por categoria de funções	62
Adicional	LA11	Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos trabalhadores e para a gestão de carreira	63
Adicional	LA12	Percentagem de trabalhadores que recebem, regularmente, análises de desempenho e desenvolvimento da carreira	63

ASPECTO - DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES			
Essencial	LA13	Composição dos órgãos sociais da empresa e relação dos trabalhadores por categoria, de acordo com o género, a faixa etária, as minorias e outros indicadores de diversidade	64 a 67
Essencial	LA14	Discriminação do rácio do salário base entre homens e mulheres, por categoria de funções	68
	5.4	Indicadores de Desempenho referentes aos Direitos Humanos	
		Abordagem de Gestão e Desempenho	69
ASPECTO - PRÁTICAS DE INVESTIMENTO E DE AQUISIÇÕES			
Essencial	HR1	<p>Percentagem e número total de contratos de investimento significativos que incluam cláusulas referentes aos direitos humanos ou que foram submetidos a análises referentes aos direitos humanos</p> <p><i>A APS, em 2009 não tem registos de contratos de investimento significativos, tendo a última grande empreitada sido consignada em 2000-11-10, no âmbito da qual foi firmado o Acordo Social 2000-2003, que foi premiado com 12.500,00€ no âmbito do Prémio Agostinho Roseta para o concurso 2001 – 2ª Edição, na categoria de “Boas Práticas”, reconhecida a elevada qualidade no domínio da concertação social, valor que foi distribuído equitativamente a entidades de cariz social, os Bombeiros Voluntários de Santo André, de Sines, de Santiago do Cacém, do Cercal do Alentejo, a Santa Casa da Misericórdia de Sines, a Quercus-Centro de Acolhimento de Animais Selvagens, a Cercisiago e a A Gralha, estando prevista nova empreitada de investimento significativo para o ano de 2010, seguindo-se os pressupostos previstos no A.PRO.007.</i></p>	86
Essencial	HR2	<p>Percentagem dos principais fornecedores e empresas contratadas que foram submetidos a avaliações relativas a direitos humanos e medidas tomadas</p> <p><i>Na APS, dos seis maiores fornecedores registados em 2009, nenhum apresentou um volume de facturação superior a 1.000.000,00€, não sendo por isso significativos. Contudo, nos contratos celebrados com empresas contratadas os direitos humanos estão salvaguardados pela lei em vigor, não sendo esta uma situação crítica, procedendo-se ainda internamente, através do M.PRO.006 a avaliação de fornecedores, assegurando-se que as aquisições são efectuadas a fornecedores qualificados de bens e serviços e avaliando-se entre outros parâmetros, que o fornecedor detenha um sistema de gestão da qualidade certificado. Acresce ainda que a APS tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de actuação da APS.</i></p>	86
Adicional	HR3	<p>Número total de horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações, incluindo a percentagem de trabalhadores que beneficiaram de formação</p> <p><i>A APS não registou em 2009 horas de formação em políticas e procedimentos relativos a aspectos dos direitos humanos relevantes para as operações.</i></p>	86

ASPECTO - NÃO-DISCRIMINAÇÃO			
Essencial	HR4	<p>Número total de casos de discriminação e acções tomadas</p> <p><i>A APS, tem em execução vários instrumentos por forma a garantir o respeito por diferentes comunidades, através do A.PRO010, relativo a formação profissional, do A.PRO.009, relativo a selecção e recrutamento de recursos humanos, do M.PRO.016 relativo a reclamação de clientes e do M.PRO.013 relativo a satisfação de clientes, tendo ainda em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos e a igualdade como princípios gerais de actuação da APS, não tendo sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a discriminação durante o ano de 2009.</i></p>	87
ASPECTO - LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E ACORDO DE NEGOCIAÇÃO COLECTIVA			
Essencial	HR5	<p>Casos em que exista um risco significativo de impedimento ao livre exercício de liberdade de associação e realização de acordos de contratação colectiva, e medidas que contribuam para a sua eliminação</p>	69
ASPECTO - TRABALHO INFANTIL			
Essencial	HR6	<p>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho infantil, e medidas que contribuam para a sua eliminação</p> <p><i>A APS, tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de actuação da APS. Na actividade da APS não existem riscos de ocorrência de trabalho infantil, não tendo também sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a esta matéria, pelo que não foram implementadas medidas para a sua eliminação.</i></p>	87
ASPECTO - TRABALHO FORÇADO E ESCRAVO			
Essencial	HR7	<p>Casos em que exista um risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, e medidas que contribuam para a sua eliminação</p> <p><i>A APS, tem em execução o RI19, relativo a código de ética e de conduta, aplicável a todos os seus trabalhadores bem como a todos aqueles que, em algum momento, actuem em nome da APS, no qual se encontram previstos os direitos humanos como um dos princípios gerais de actuação da APS. Na actividade da APS não existem riscos de ocorrência de trabalho forçado ou escravo, não tendo também sido alvo de processos por incumprimento de leis ou regulamentos relativos a esta matéria, pelo que não foram implementadas medidas para a sua eliminação.</i></p>	87
ASPECTO - PRÁTICAS DE SEGURANÇA			
Adicional	HR8	<p>Percentagem do pessoal de segurança submetido a formação nas políticas ou procedimentos da organização, relativos aos direitos humanos, e que são relevantes para as operações</p>	69

ASPECTO - DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS			
Adicional	HR9	Número total de incidentes que envolvam a violação dos direitos dos povos indígenas e ações tomadas <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador que não tem registo de casos de de direitos dos povos indígenas.</i>	88
	5.5	Indicadores de Desempenho Social referentes à Sociedade	
		Abordagem de Gestão e Desempenho	34 a 35, 70 a 71
ASPECTO - COMUNIDADE			
Essencial	S01	Natureza, âmbito e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo no momento da sua instalação, durante a operação e no momento da retirada	70
ASPECTO - CORRUPÇÃO			
Essencial	S02	Percentagem e número total de unidades de negócio alvo de análise de riscos à corrupção	70
Essencial	S03	Percentagem de trabalhadores que tenham efectuado formação nas políticas e práticas de anti-corrupção da organização	70
Essencial	S04	Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção	71
ASPECTO - POLÍTICAS PÚBLICAS			
Essencial	S05	Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e em grupos de pressão	71
Adicional	S06	Valor total de contribuições financeiras ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas, discriminadas por país <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente já que não registou a atribuição de qualquer contribuição financeira ou em espécie a partidos políticos, políticos ou a instituições relacionadas.</i>	88
ASPECTO - CONCORRÊNCIA DESLEAL			
Adicional	S07	Número total de ações judiciais por concorrência desleal, antitrust e práticas de monopólio, bem como os seus resultados <i>A APS não foi alvo de qualquer ação judicial no âmbito mencionado.</i>	88
ASPECTO - CONFORMIDADE			
Essencial	S08	Montantes das coimas significativas e número total de sanções não monetárias por incumprimento leis e regulamentos <i>A APS, não reporta o presente indicador, por em 2009 o valor monetário de multas não ter materialidade pelo que não se justifica a sua desagregação por diferentes categorias.</i>	88
	5.6	Indicadores de Desempenho referentes à Responsabilidade pelo Produto	
		Abordagem de Gestão e Desempenho	72 a 73

ASPECTO - SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE			
Essencial	PR1	Indique os ciclos de vida dos produtos e serviços em que os impactos de saúde e segurança são avaliados com o objectivo de efectuar melhorias, bem como a percentagem das principais categorias de produtos e serviços sujeitas a tais procedimentos	72
Adicional	PR2	Refira o número total de casos de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos aos impactos, na saúde e segurança, dos produtos e serviços durante o respectivo ciclo de vida, discriminado por tipo de resultado	72
ASPECTO - ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS			
Essencial	PR3	Tipo de informação sobre os produtos e serviços exigida por regulamentos, e a percentagem de produtos e serviços significativos sujeitos a tais requisitos <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que os serviços do âmbito da sua actividade não são tangíveis e não são rotulados.</i>	89
Adicional	PR4	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos à informação e rotulagem dos produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que os serviços do âmbito da sua actividade não são tangíveis e não são rotulados.</i>	89
Adicional	PR5	Procedimentos relacionadas com a satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que meçam a satisfação do cliente	72 a 73
ASPECTO - COMUNICAÇÕES DE MARKETING			
Essencial	PR6	Programas de observância das leis, normas e códigos voluntários relacionados com comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que todas as acções de marketing são adequadas a padrões éticos e culturalmente aceites, não se verificando abordagens de marketing vistas como inapropriadas que possam representar risco para a organização.</i>	89
Adicional	PR7	Indique o número total de incidentes resultantes da não-conformidade com os regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado <i>A APS, não reporta nem tenciona reportar o presente indicador já que não existem incidentes resultantes de não conformidade de procedimentos de marketing.</i>	89
ASPECTO - PRIVACIDADE DO CLIENTE			
Adicional	PR8	Número total de reclamações registadas relativas à violação da privacidade de clientes <i>A APS não tem registo de reclamações registadas no âmbito do SI relativas à violação de privacidade de clientes.</i>	89
ASPECTO - CONFORMIDADE			
Essencial	PR9	Montante das coimas (significativas) por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços <i>A APS não tem registo de coimas significativas por incumprimento de leis e regulamentos relativos ao fornecimento e utilização de produtos e serviços.</i>	89
	5	AUTODECLARAÇÃO DO NÍVEL DE APLICAÇÃO DA GRI	76



LISTA DE ACRÓNIMOS E SÍMBOLOS



7. LISTA DE ACRÓNIMO E SÍMBOLOS

ABAE	Associação Bandeira Azul da Europa
ACT	Autoridade para as Condições do Trabalho
ADFER	Associação Portuguesa para o Desenvolvimento do Transporte Ferroviário
ADRAL	Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo, S.A.
AERSET	Associação Empresarial da Região de Setúbal
AES	Associação Empresarial de Sines
AGEPOR	Associação dos Agentes de Navegação de Portugal
AICEP GLOBAL PARQUES	Gestão de Áreas Empresariais e Serviços, S.A.
AMN	Autoridade Marítima Nacional
APA	Associação Porta Atlântica
APG	Associação Portuguesa de Gestores de Recursos Humanos
APOCEEP	Associação Portuguesa do Centro Europeu com Participação Pública e/ou Interesse Económico Geral
APP	Associação dos Portos de Portugal
APPR	Associação Portuguesa de Portos de Recreio
APQ	Associação Portuguesa da Qualidade
APS	Administração do Porto de Sines, S.A.
APTMCD	Associação Portuguesa do Transporte Marítimo de Curta Distância
BEI	Banco Europeu de Investimento
CA	Conselho de Administração
CAE	Código de Actividade Económica
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCLS	Centro de Controlo Logístico e Segurança
CDN	Corredor de Desenvolvimento do Norte Nacala
CDO	Câmara de Despachantes Oficiais
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIMPOR	CIMPOR—Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.
CLAS	Concelho Local de Acção Social
CLT	CLT—Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.
CMS	Câmara Municipal de Sines
CMVMC	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
CO	Monóxido de carbono
CP	Comboios de Portugal
CPC	Conselho Português de Carregadores
CPTP	Companhia Portuguesa de Trabalhos Portuários e Construções, S.A.
D1	Deposição sobre o solo ou no seu interior (por exemplo, aterro sanitário, etc)
D8	Tratamento biológico não especificado em qualquer parte do presente anexo que produz compostos ou misturas finais que são rejeitados por meio de qualquer das operações enumeradas de D1 a D12.
D15	Armazenagem enquanto se aguarda a execução de uma das operações enumeradas de D1 a D14 (com exclusão) do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada)
DGAIEC	Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

DOCAPESCA	DOCAPESCA—Portos e Lotas, S.A.
DR	Diário da República
EBITDA	Resultados antes de amortizações, juros e imposto s/ rendimento
EC	Económico
EDAB	Empresa para o Desenvolvimento do Aeroporto de Beja, S.A.
EN	Ambiental
ENIDH	Escola Náutica Infante D. Henrique
EPIBAL	Empresa de Pilotagem da Barra de Luanda
ERP	<i>Enterprise Resource Planning</i>
ESPO	<i>European Sea Ports Organization</i>
ETLA	Associação Para a Formação Tecnológica do Litoral Alentejano
EURORESINAS	EURORESINAS—Indústrias Químicas, S.A.
FAE	Fórum de Administradores de Empresas
FSP	Fórum para a Simplificação de Procedimentos
GALP	Petróleos e Gás de Portugal, S.G.P.S., S.A.
G.PRO	Processo de Gestão
GC	Gestor de Contrato
GISA	Gestão Integrada da Saúde e do Ambiente
GJ	Gigajoules
GNL	Gás Natural Liquefeito
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GT	<i>Gross Tonnage</i>
H	Homens
ha	Hectare
HR	Direitos humanos
IAPH	<i>International Association of Ports and Harbours</i>
IAS	Indexante dos Apoios Sociais
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IH	Instituto Hidrográfico
INPP	Instituto Nacional de Pilotagem dos Portos
IPTM	Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.
IQ	Índice de Qualificação
IS	Índice de satisfação
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISPS	<i>International Ship and Port Security Code</i>
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i>
JUP	Janela Única Portuária
kW	Quilowatt
l	Litro

LA	Práticas laborais e trabalho condigno
M	Mulheres
MAPSI	Monitorização de Ambientes Marinhos do Porto de Sines
Marmedsa	Marmedsa—Agência Marítima (Portugal), Lda.
MFAP	Ministério das Finanças e Administração Pública
M.PRO	Processo de Medição
MOPTC	Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações
N	Não
NA	Não Aplicável
n.d.	Sem dados relativos ao ano
NOx	Óxidos de azoto
NP	Norma Portuguesa
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
ODS	<i>Ozone Depleting Substances</i>
OHSAS	<i>Occupational Health and Safety Assessment Series</i>
PCom	Plataforma Comum Portuária
PD	Procedimento
PEDREC	Pedreiras e Construções, Lda.
PETROGAL	PETROGAL—Petróleos de Portugal, S.A.
PETS	Projecto de Expansão do Terminal de Gás Natural Liquefeito de Sines
Pi	Ponderação
PIANC	<i>World Association for Waterborne Transport Infrastructure</i>
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIF	Posto de Inspeção Fronteiriço
PL	Plano
PORTSINES	PORTSINES—Terminal Multipurpose de Sines, S.A.
PQ	Plano da Qualidade
PR	Responsabilidade pelo produto
PRTR	<i>Pollutant Release and Transfer Register</i>
PSA	<i>Port of Singapore Authority</i>
QUARU	Quadro de Avaliação e Responsabilização das Unidades
QUERCUS	Associação Nacional de Conservação da Natureza
REBOPORT	REBOPORT - Sociedade Portuguesa de Reboques Marítimos, S.A.
R4	Reciclagem/recuperação de metais e ligas
R9	Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos
R13	Acumulação de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R1 a R12 (com excepção do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde esta é efectuada)
RI	Regulamento Interno
ROACE	Remuneração do Capital Médio Empregado

RR	Número Reclamações resolvidas no ano
RRP	Número de reclamações respondidas dentro no prazo
RT	Número Reclamações apresentadas
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
S	Sim
SAP	<i>Systeme, Anwendungen und Produkte in der Datenverarbeitung</i>
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SETH	Sociedade de Empreitadas e Trabalhos Hidráulicos, S.A.
SI	Sistema de Gestão Integrado da Qualidade, Ambiente e Segurança
SIGÁS	SIGÁS—Armazenagem de Gás, A.C.E.
SIMPLEX	Programa de simplificação administrativa e legislativa
SITANK	SITANK—Agência de Navegação, Lda.
SMM	Serviço de Sanidade Marítima
SMN	Salário Mínimo Nacional
SNTAP	Sindicato Nacional dos Trabalhadores das Administrações Portuárias
SO	Sociedade
SODEXO	SODEXO—Sodexo Portugal II – Restauração e Serviços, S.A.
SOx	Óxidos de enxofre
SST	Segurança e Saúde no Trabalho
T	Total
TB	Tabela
TCO	<i>Tjänstemännens Centralorganisation (Swedish Confederation of Professional Employees)</i>
TCO2e	Dióxido de carbono total
TEU	<i>Twenty-Foot Equivalent Unit</i>
TGLS	Terminal de Granéis Líquidos de Sines
TMS	Terminal Multipurpose de Sines
TON	Tonelada
TUP	Taxa de Uso do Porto
TXXI	Terminal de Contentores
UPS	UPS—Ups Supply Chain Solutions (Portugal) – Transitários, Unipessoal, Lda.
USD	<i>United States Dollar</i>
VECI	Veículo Especial de Combate a Incêndios
Vi	Valorização
VTS	<i>Vessel Traffic System</i>
ZAL	Zona de Actividades Logísticas
ZILS	Zona Industrial Ligeira de Sines



INQUÉRITO DE APRECIÇÃO



8. INQUÉRITO DE APRECIÇÃO

A sua opinião conta para nós:

Identificação (facultativo)

Nome _____

Carreira/Profissão _____

Empresa _____

1. Faz parte de que grupo de *stakeholder*?

- ☐ Cliente
- ☐ Fornecedor
- ☐ Concessionário
- ☐ Agente de Navegação
- ☐ Outra Entidade da Comunidade Portuária
- ☐ Administração Central
- ☐ Administração Regional e Local
- ☐ Comunidade Sectorial, Regional e Local
- ☐ Instituição Académica ou outra
- ☐ Trabalhador
- ☐ Organismo Não Governamental
- ☐ Órgão de Comunicação Social
- ☐ Outro

Especifique: _____

2. Classifique a incidência do Relatório de Sustentabilidade de 2009, relativamente aos principais conceitos de sustentabilidade, de acordo com a seguinte escala:

(Escala: 1=Excelente; 2=Bom; 3=Suficiente; 4=Medíocre)

Âmbito Social:	1	2	3	4
Âmbito Ambiental:	1	2	3	4
Âmbito Económico:	1	2	3	4

3. Quais os aspectos que considerou mais positivos no Relatório de Sustentabilidade de 2009?

- ☐ A exactidão da informação
- ☐ A comparabilidade da informação
- ☐ A precisão da informação
- ☐ A periodicidade da informação
- ☐ A clareza da informação
- ☐ A utilidade da informação
- ☐ As acções promovidas pela APS
- ☐ As políticas definidas pela APS
- ☐ Outros

Especifique. _____

4. Teve contacto com o Relatório de Sustentabilidade da APS relativo ao ano de 2008?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Se sim, através de que meio? _____

Se sim, como qualifica o Relatório de Sustentabilidade de 2009 relativamente ao Relatório de Sustentabilidade de 2008?

- ☐ Superior
- ☐ Semelhante
- ☐ Inferior

5. Comentários e/ou sugestões:

Obrigado pelo seu contributo.

Poderá remeter este Inquérito de Apreciação à APS de uma das seguintes formas:


- Por e-mail: helena.silva@portodesines.pt
- Por fax: +351 269 860 690
- Em papel: APS—Administração do Porto de Sines, SA, Helena Maria Silva, Directora de Recursos Humanos, Apartado 16, 7520-953 Sines, Portugal



RELATÓRIO ÚNICO



9. RELATÓRIO ÚNICO

ECT INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	CERTIFICADO Data e hora de entrega: 2010-05-17 11:25 Chave de certificação: 11469TYU625051Y
 MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL	

RELATÓRIO ÚNICO	Ano de Referência 2009
-----------------	---------------------------

I. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA	
1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869
3. Nome ou designação social APS - Administração do Porto de Sines, SA	
4. Localização e contactos da sede	
4.1 Morada Rua do Porto Industrial	
4.2 Localidade Sines	
4.3 Código Postal 7520 - 203 Sines	
4.4 País PT Portugal	
4.5 Distrito ou Ilha/ Município/ Freguesia 151301 Setúbal - Sines - Sines	
4.6 Telefone/ Telemóvel 269860650 4.7 Fax 269860690	
4.8 Endereço de correio electrónico helena.silva@portodesines.pt	

III. PESSOAS AO SERVIÇO		
	Em 31 de Dezembro	Número médio durante o ano
1. Pessoas ao serviço da entidade empregadora	210	214
1.1 Trabalhadores por conta de outrem	210	214
2. Destacamentos de trabalhadores para o estrangeiro, ao longo do ano		
2.1 Número de trabalhadores destacados	0	
2.2 Número de destacamentos	0	

IV. FILIAÇÃO SINDICAL E FILIAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES DE EMPREGADORES	
1. Número de trabalhadores sindicalizados, em 31 de Outubro	115
2. Inscrita em Associações de empregadores?	Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>

V. TRABALHO SUPLEMENTAR	
1. Foram realizadas horas suplementares ao longo do ano? Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
2. A relação nominal dos trabalhadores que prestaram trabalho suplementar durante o período de referência, com discriminação do número de horas ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do art. n.º 227 da Lei 7/2009, foi visada pela comissão de trabalhadores ou, na sua falta, em caso de trabalhador filiado, pelo respectivo sindicato?	
Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	

VI. TRABALHADORES TEMPORÁRIOS NA EMPRESA UTILIZADORA			
1. Número de trabalhadores temporários			
1.1 em 31 de Outubro	1.2 em 31 de Dezembro	1.3 Número médio durante o ano	
0	0	0	
2. Fluxo de entradas ou saídas de pessoas em prestação de trabalho temporário, ao longo do ano			
2.1 Entradas durante o ano	H	0	M 0
2.2 Saídas durante o ano	H	0	M 0

VII. TRABALHADORES COM PERDA OU ANOMALIA DE ESTRUTURAS OU FUNÇÕES DO CORPO COM IMPLICAÇÕES NA PRESTAÇÃO DO TRABALHO					
	Menos de 18 anos	De 18 a 34 anos	De 35 a 44 anos	45 a 64 anos	65 e mais anos
1.1 Distribuição por estrutura etária - TOTAL	H 0	H 0	H 0	H 1	H 0
	M 0	M 0	M 0	M 3	M 0
1.1.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0
	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0
1.1.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 80% (excl.)	H 0	H 0	H 0	H 1	H 0
	M 0	M 0	M 0	M 2	M 0
1.1.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 80%	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0
	M 0	M 0	M 0	M 1	M 0
	Inferior ao 3º ciclo ens. básico	3º ciclo ens. básico	Ensino Secundário	Ensino pós-sec. não superior	Ensino Superior
1.2 Distribuição por habilitação literária - TOTAL	H 0	H 0	H 1	H 0	H 0
	M 0	M 1	M 2	M 0	M 0
1.2.1 Com grau de incapacidade inferior a 60%	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0
	M 0	M 0	M 0	M 0	M 0
1.2.2 Com grau de incapacidade entre 60% e 80% (excl.)	H 0	H 0	H 1	H 0	H 0
	M 0	M 0	M 2	M 0	M 0
1.2.3 Com grau de incapacidade maior ou igual a 80%	H 0	H 0	H 0	H 0	H 0
	M 0	M 1	M 0	M 0	M 0

VIII. DADOS ECONÓMICOS DA ENTIDADE EMPREGADORA			
1. Volume de Negócios (VN)	30449305 €	Ano a que se refere o VN	2009
2. Capital social	80000000 €		
Repartição percentual	2.1 Privado Nacional 0 %	2.2 Estrangeiro 0 %	2.3 Público Nacional 100.0 %
3. Encargos de formação profissional			
3.1 Montante financiado pela entidade empregadora		74493 €	
3.1.1 Montante correspondente à remuneração das horas despendidas em formação		0 €	
3.1.2 Restante financiamento da entidade empregadora		74493 €	
3.2 Financiamento externo à entidade empregadora		0 €	
3.2.1 Do Fundo Social Europeu (FSE)		0 €	
3.2.2 De outras fontes de financiamento		0 €	
3.3 Encargos globais com formação profissional (3.1 + 3.2)		74493 €	
4. Encargos no âmbito da segurança e saúde no trabalho			
4.1 Na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho	43738 €	4.4 Na formação, informação e consulta	2768 €
4.2 Na organização/modificação dos espaços de trabalho	194475 €	4.5 Outros	379192 €
4.3 Na aquisição de bens ou equipamentos	182201 €	4.6 TOTAL	802374 €

104

CERTIFICADO

Data e hora de entrega: 2010-05-17 11:28
Chave de certificação: 36751KRS5824140



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL**
Autoridade para as Condições de Trabalho
Gabinete de Estratégia e Planeamento



MINISTÉRIO DA SAÚDE
Direcção Geral da Saúde

ANEXO D - Relatório Anual da Actividade do Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

Número de Identificação Fiscal (NIF)	Número de Identificação da Segurança Social (NISS)	Nº da Unidade Local (estabelecimento)	Ano de referência
501208950	20006305869	136091	2009

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA

1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950 3. Nome ou designação social APS - Administração do Porto de Sines, SA 4. Localização e contactos da sede 4.1 Morada Rua do Porto Industrial 4.2 Localidade Sines 4.3 Código Postal 7520 - 203 Sines 4.5 Distrito ou Ilha/ Município/ Freguesia 151301 Setúbal - Sines - Sines 4.6 Telefone/ Telemóvel 269860650 4.7 Fax 269860690 4.8 Endereço de correio electrónico helenasilva@portodesines.pt	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869 4.4 País PT Portugal
---	--

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE LOCAL

1. Nome ou designação social APS - Administração do Porto de Sines, SA 2. Localização e contactos da sede 2.1 Morada Rua do Porto Industrial 2.2 Localidade Sines 2.3 Código Postal 7520 - 203 Sines 2.5 Distrito ou Ilha/ Município/ Freguesia 151301 Setúbal - Sines - Sines 2.6 Telefone/ Telemóvel 269860650	2.4 País PT Portugal
---	-----------------------------

I - UNIDADE LOCAL (ESTABELECIMENTO)

1. Existiram trabalhadores ao serviço em algum período do ano de referência do relatório? Sim ☒ Não ☐

2. Actividade económica principal (CAE) da unidade local em 31 de Dezembro
52220 ACTIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES POR ÁGUA

3. Número médio de trabalhadores afectos à Unidade Local, no ano:

	Total	Homens	Mulheres
3.1 Vinculados por contrato de trabalho ou equiparado ao empregador responsável pelo relatório	210	155	55
3.1.1 A trabalhar na unidade local (estabelecimento)	172	119	53
3.1.2 A trabalhar fora da unidade local (estabelecimento)	38	36	2
3.1.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização	0	0	0
3.1.2.2 Trabalhadores em regime de cedência ocasional	38	36	2
3.1.2.3 Outros trabalhadores (em regime de teletrabalho ou trabalhadores no domicílio)	0	0	0
3.2 Outros trabalhadores a trabalhar na unidade local (estabelecimento)	0	0	0
3.2.1 Trabalhadores temporários cedidos por contrato de utilização	0	0	0
3.2.2 Trabalhadores independentes e trabalhadores ao serviço de empresas prestadoras de serviços	0	0	0
3.2.3 Trabalhadores em regime de cedência ocasional	0	0	0
3.3 TOTAL (3.1 + 3.2)	210	155	55

4. Número total de horas efectivamente trabalhadas (incluindo as suplementares) durante o ano, pelos trabalhadores declarados em 3.1.1

283270

II - NATUREZA DA MODALIDADE ADOPTADA NA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO			
1. Foram organizados os serviços de segurança no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
2. Foram organizados os serviços de saúde no trabalho?		Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/>	
3. Quantos trabalhadores estão afectos à organização da estrutura interna de 1ºs socorros, combate a incêndios e evacuação de instalações?		31	
4. As actividades de segurança e saúde no trabalho foram organizadas:		Em conjunto <input checked="" type="checkbox"/>	Em separado <input type="checkbox"/>
5. Especifique a modalidade:			
5.1 No domínio da segurança:		5.2 No domínio da saúde:	
5.1.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>	5.2.1 Serviço interno	<input checked="" type="checkbox"/>
5.1.2 Serviço comum/partilhado	<input type="checkbox"/>	5.2.2 Serviços comum/partilhado	<input type="checkbox"/>
5.1.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>	5.2.3 Serviço externo	<input type="checkbox"/>
5.1.4 Actividades exercidas pelo empregador	<input type="checkbox"/>	5.2.4 Serviço Nacional/Regional de Saúde	<input type="checkbox"/>
5.1.5 Actividades exercidas pelo trabalhador designado	<input type="checkbox"/>		
6. Foram complementados os serviços especificados em 5.?		Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>	

III- PESSOAL DOS SERVIÇOS DE SEGURANÇA, HIGIENE E SAÚDE NO TRABALHO

1. Serviços internos, comuns/partilhados e/ou externos

1.1 Indique o número de técnicos em cada grupo profissional, que exerceram actividade efectiva na unidade local (estabelecimento):

1.1.1 Médicos do trabalho	1.1.2 Enfermeiros	1.1.3 Técnicos Superiores de SHT	1.1.4 Técnicos de SHT	1.1.5 Outro Pessoal
<u>1</u>	<u>5</u>	<u>2</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

1.2 Médico(s) do trabalho:

1.2.1 Nome do(s) médico(s) do trabalho:

JOAO FRANCISCO DE OLIVEIRA CAMPOS1.2.2 N°(s) da cédula profissional
161311.2.3 N° de horas mensais de afectação
36,00

1.3 Técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho:

1.3.1 Nome do(s) técnico(s) de Segurança e Higiene do Trabalho

ANDREIA CRISTINA CANDEIAS CALADO
LUIS MIGUEL DA SILVA MOURÃO

1.3.2 N°(s) Certificado de Aptidão Profissional (CAP)

01930109EC5
0902/13237/02

1.4 Director/Responsável dos Serviços:

1.4.1 De Segurança

1.4.1.1 NIF 1239695301.4.1.2 Nome JOSE AFONSO
BRAZUNA DOS
SANTOS FONTES

1.4.2 De Saúde

1.4.2.1 NIF 1188265901.4.2.2 Nome HELENA MARIA
DE SOUSA GOMES
DA SILVA

1.5 Empregador

1.5.1 Nome do Empregador:

1.5.2 n° autorização:

1.6 Trabalhador Designado:

1.6.1 Nome do Trabalhador Designado:

1.6.2 n° autorização:

1.7 Nome do Representante do empregador para o acompanhamento dos serviços comuns/partilhados ou externos:

2. No caso de Serviços Externos, indicar denominação e número de identificação fiscal da(s) entidade(s) prestadora(s)

2.1 Serviços de Segurança

2.2 Serviços de Saúde

IV - ACTIVIDADE(S) DO(S) SERVIÇO(S) DE SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

1. Foram organizados programas de prevenção:

1.1 Programa de prevenção de riscos profissionais: Sim ☒ Não ☐1.2 Programa de promoção da saúde: Sim ☒ Não ☐1.3 Programa de vigilância da saúde: Sim ☒ Não ☐2. Foram realizadas Auditorias? Sim ☒ Não ☐3. Foram realizadas Inspeções? Sim ☒ Não ☐

4. Acções de informação, consulta, e formação aos trabalhadores

4.1 Informação aos trabalhadores sobre os riscos inerentes à sua actividade profissional

4.1.1 Foram realizadas acções de informação? Sim ☒ Não ☐

4.1.1.1 Situação contemplada	4.1.1.2 N° de acções realizadas	4.1.1.3 N° de destinatários
01	3	3
02	11	65
03	4	4
05	8	53

4.2 Consulta aos trabalhadores na área da Segurança e Saúde no Trabalho

4.2.1 Foram realizadas acções de consulta? Sim ☒ Não ☐

4.2.1.1 Código da situação contemplada	4.2.1.2 N° de acções realizadas	4.2.1.3 N° de participantes
01	3	149
02	4	230
99	2	100

4.3 Formação dos trabalhadores nos domínios da Segurança e Saúde no Trabalho

4.3.1 Foram realizadas acções de formação? Sim ☒ Não ☐

4.3.1.1 Código da situação contemplada	4.3.1.2 N° de acções realizadas	4.3.1.3 N° de participantes
05	1	H 1 M 1
10	5	H 3 M 19
12	16	H 100 M 54
14	1	H 0 M 2
16	1	H 25 M 25
99	4	H 5 M 2

5. Identificação, avaliação e controlo dos factores de risco

5.1 Foram identificados factores de risco físico? Sim ☒ Não ☐

5.1.1 Código do agente	5.1.2 N° de trabalhadores expostos	5.1.3 N° de avaliações efectuadas	5.1.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 28 M 0	3	01 12
02	H 18 M 0	1	12
05	H 24 M 36	1	12
06	H 44 M 32	3	00 02 05 10 12
99	H 57 M 0	10	00 05 10 11 12

5.2 Foram identificados factores de risco químico? Sim ☒ Não ☐

Código Interno	Código EINECS(n° CE)	Identificação do agente	Menção ou frase de risco	N° de trabalhadores expostos	N° de avaliações efectuadas	Códigos das medidas de prev. adoptadas
1873	271-259-7	Hidrocarbonetos, C1-3; gases de petróleo liquefeitos [Uma combinação complexa de hidrocarbonetos com n.º de átomos de carbono predominantemente na gama de C1 até	R23	H 18 M 0	2	12 14

1976	278-012-2	C3 e que destila no intervalo de aproximadamente -164°C a -42°C.] Óleos lubrificantes; Óleo base não especificado	R24	H 18 M 0	1	05 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R37	H 29 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R22	H 29 M 0	1	00 07 11 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R38	H 29 M 0	1	00 07 11 12
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R36	H 29 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R40	H 29 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R23	H 29 M 0	1	00 07 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R25	H 29 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R24	H 29 M 0	1	00 07 11 12 14
9999	-	Outros agentes químicos não especificados	R7	H 29 M 0	1	00 07 11 12 14

5.3 Foram identificados factores de risco biológico? Sim ☒ Não ☐

5.3.1 Código do agente	5.3.2 Identificação do agente	5.3.3 Classificação do agente	5.3.4 N° de trabalhadores expostos	5.3.5 N° de avaliações efectuadas	5.3.6 Códigos das medidas de prev. adoptadas
1067	Legionella pneumophila	C.A.	H 47 M 53	1	06 13 14
9999	Outra	C.A.	H 34 M 0	3	14

5.4 Foram identificados factores de risco relacionados com a actividade, capazes de originar alterações do sistema músculo-esquelético?

Sim ☒ Não ☐

5.4.1 Código do agente	5.4.2 N° de trabalhadores expostos	5.4.3 N° de avaliações efectuadas	5.4.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
1	H 24 M 36	1	8
2	H 71 M 36	8	0 6 8
3	H 24 M 36	2	4 8
4	H 48 M 36	5	0 8
5	H 57 M 0	13	1 6 8
6	H 69 M 85	4	0 7 8
7	H 24 M 36	1	2 3 4
8	H 29 M 0	2	5

5.5 Foram identificados factores de risco Psicossociais e Organizacionais?Sim ☒Não ☐

5.5.1 Código do agente	5.5.2 Nº de trabalhadores expostos	5.5.3 Nº de avaliações efectuadas	5.5.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
01	H 24 M 36	2	01 05
05	H 10 M 0	1	01 05
06	H 42 M 36	2	01 05 99

5.6 Foram identificados outros factores de risco para a Segurança e Saúde no Trabalho?Sim ☒Não ☐

5.6.1 Código do agente	5.6.2 Nº de trabalhadores expostos	5.6.3 Nº de avaliações efectuadas	5.6.4 Códigos das medidas de prevenção adoptadas
03	H 24 M 0	4	00 08
06	H 74 M 49	13	00 14
07	H 0 M 3	2	10
08	H 52 M 0	5	00
09	H 29 M 0	7	00
10	H 47 M 0	8	00 08 14
11	H 24 M 0	4	02 12 16 17
12	H 10 M 0	1	00
14	H 69 M 49	6	00 07 08 11
99	H 109 M 85	23	00 03 08 11 12 16

6. Promoção e vigilância da saúde

6.1 Foram realizados exames de admissão, periódicos e/ou ocasionais? Sim ☒ Não ☐

	Escalaões etários							
	Total	Inferior a 18 anos	18 e 19 anos	20 a 49 anos	50 e mais anos			
Total de exames	H 189 M 65	H 0 M 0	H 0 M 0	H 104 M 31	H 85 M 34			
6.1.1 Total de exames de admissão	H 2 M 1	H 0 M 0	H 0 M 0	H 2 M 1	H 0 M 0			
6.1.2 Total de exames periódicos	H 135 M 49	H 0 M 0	H 0 M 0	H 77 M 24	H 58 M 25			
6.1.3 Total de exames ocasionais	H 52 M 15	H 0 M 0	H 0 M 0	H 25 M 6	H 27 M 9			
6.1.3.1 Mudança de posto de trabalho	H 4 M 1	H 0 M 0	H 0 M 0	H 4 M 0	H 0 M 1			
6.1.3.2 Alterações no posto trabalho	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.3 Regresso ao trab. após ausência superior a 30 dias	H 1 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 1 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.3.1 Pós baixa por acidente de trabalho	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.3.2 Pós baixa por doença	H 1 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 1 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.4 Iniciativa do médico	H 43 M 13	H 0 M 0	H 0 M 0	H 18 M 5	H 25 M 8			
6.1.3.5 Pedido do trabalhador	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.6 Por cessação do contrato de trabalho	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0	H 0 M 0			
6.1.3.7 Outras razões	H 4 M 1	H 0 M 0	H 0 M 0	H 2 M 1	H 2 M 0			

6.2 Foram realizados exames complementares? Sim ☒ Não ☐

6.2.1 Exame	6.2.2 N° total de exames	6.2.3 Factor de risco
01	172	00
02	172	00
03	98	00
04	5	00
06	173	01
08	172	00
99	868	99

6.3 Foram realizadas acções de imunização Sim ☒ Não ☐

6.3.1 Vacina	6.3.2 N° de inoculações	6.3.3 N° de trabalhadores
02	86	H 62 M 24
99	2	H 2 M 0

6.4 Foram realizadas acções de promoção da Saúde no Trabalho? Sim ☐ Não ☒

V - ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS

1. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.1.1? Sim ☒ Não ☐

1.1 Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa, segundo o escalão de duração da baixa

(não incluir neste item a informação referente aos acidentes de trajeto)

	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	1 a 3 dias de baixa	4 a 30 dias de baixa	Superior a 30 dias de baixa	Mortal
1.1.1 N° de acidentes no trabalho (AT) ocorridos	H 1	0	0	1	0	0
no ano de referência do relatório	M 0	0	0	0	0	0
1.1.2 N° de dias de trabalho perdidos na sequência de	H 8		0	8	0	
AT ocorridos no ano de referência do relatório	M 0		0	0	0	
1.1.3 N° de dias de trab. perdidos no ano de ref. do	H 0		0	0	0	
relatório, na seq. dos AT ocorridos em anos anteriores	M 0		0	0	0	

1.2 Cálculo das taxas de frequência e gravidade dos acidentes de trabalho não mortais, segundo as fórmulas:

1.2.1 Taxa de frequência: $Tf = (N^{\circ} \text{ de acidentes de trab. com baixa} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	=	3.53
1.2.2 Taxa de gravidade: $Tg = (N^{\circ} \text{ de dias perdidos} / N^{\circ} \text{ horas efectivamente trabalhadas}) \times 1.000.000$	=	28.24

2. Ocorreram acidentes de trabalho, no tempo de trabalho, com trabalhadores indicados no quadro I, questão 3.2? Sim ☐ Não ☒

3. Taxa de incidência dos acidentes de trabalho totais e mortais, ocorridos com os trabalhadores indicados no quadro I, questões 3.1.1 e I - 3.2

3.1 Taxa de incidência (Total AT) $TIT = (N^{\circ} \text{ de AT Totais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$	=	5.81
3.2 Taxa de incidência (AT Mortais) $TIM = (N^{\circ} \text{ de AT mortais} / N^{\circ} \text{ total de trab. em I - 3.1.1 e I - 3.2}) \times 1000$	=	0

4. Doenças Profissionais de participação obrigatória

4.1 Foram participadas doenças no ano? Sim ☒ Não ☐

	Factor de risco	Doença profissional	Número de casos participados
Código:	4201	104	H 1
Designação:	Ruído	Hipoacusia de percepção bilateral por lesão coclear irreversível (com ou sem acufenos), frequentemente simétrica, afectando preferencialmente as altas frequências, devida a traumatismo sonoro	M 0

4.2 Foram confirmadas doenças no ano? Sim ☐ Não ☒

ECT INFORMAÇÃO SOBRE EMPREGO E CONDIÇÕES DE TRABALHO	CERTIFICADO Data e hora de entrega: 2010-05-17 11:29 Chave de certificação: 86894HPB601913C
 MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL	

ANEXO E - GREVES		
Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869	Ano de referência 2009

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EMPREGADORA	
1. Número de Identificação Fiscal (NIF) 501208950	2. Número de Identificação da Segurança Social (NISS) 20006305869
3. Nome ou designação social APS - Administração do Porto de Sines, SA	
4. Localização e contactos da sede	
4.1 Morada Rua do Porto Industrial	
4.2 Localidade Sines	
4.3 Código Postal 7520 - 203 Sines	4.4 País PT Portugal
4.5 Distrito ou Ilha/ Município/ Freguesia 151301 Setúbal - Sines - Sines	
4.6 Telefone/ Telemóvel 269860650	4.7 Fax 269860690
4.8 Endereço de correio electrónico helena.silva@portodesines.pt	

I. ENTIDADE EMPREGADORA
1. Existiram greves durante o ano de referência do relatório? Sim <input type="checkbox"/> Não <input checked="" type="checkbox"/>
2. Actividade económica principal (CAE) da Entidade empregadora em 31 de Dezembro

II. GREVE



DSC.BR10.002

Administração do Porto de Sines, S.A.

Apartado 16 7520-953 Sines - Portugal

Tel. +351 269 860 600 | Fax +351 269 860 690

E-mail: geral@portodesines.pt

www.portodesines.pt

NIPC 501 208 950 | Sociedade Anónima | Capital Social 80 milhões de Euros | Matricula Nº 648 C.R.C. Sines



ZALSINES
Zona de Actividades Logísticas de Sines

